

FACULDADES INTEGRADAS “ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

O SERVIÇO SOCIAL NA CENTRAL DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS DE PRESIDENTE PRUDENTE. UMA PROPOSTA DE FORTALECIMENTO DA REDE SOCIAL PARA O CUMPRIMENTO DA PENA

Aline de Haro Rodrigues
Aline Santos das Neves
Bruna Letícia Catucci
Tassiany Maressa Santos Aguiar

Presidente Prudente/SP
2010

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**O SERVIÇO SOCIAL NA CENTRAL DE PENAS E MEDIDAS
ALTERNATIVAS DE PRESIDENTE PRUDENTE. UMA PROPOSTA DE
FORTALECIMENTO DA REDE SOCIAL PARA O CUMPRIMENTO DA
PENA**

Aline de Haro Rodrigues
Aline Santos das Neves
Bruna Letícia Catucci
Tassiany Maressa Santos Aguiar

Trabalho de Curso apresentado
como requisito parcial de
Conclusão de Curso para
obtenção do grau de Bacharel
em Serviço Social, sob a
orientação do Prof. Mestrando
Eduardo Luis Couto.

Presidente Prudente/SP
2010

**O SERVIÇO SOCIAL NA CENTRAL DE PENAS A MEDIDAS
ALTERNATIVAS DE PRESIDENTE PRUDENTE. UMA PROPOSTA DE
FORTALECIMENTO DA REDE SOCIAL PARA O CUMPRIMENTO DA
PENA**

Trabalho de Curso aprovado
como requisito parcial para
obtenção do Grau de Bacharel em
Serviço Social.

EDUARDO LUIS COUTO

ISAURA PARIS CABANILLAS TADIOTO

SILVANA MALAMAN TREVISAN DIAS BATISTA

Presidente Prudente, 18 de outubro de 2010

Imagine

Imagine que não há paraíso
É fácil se você tentar
Nenhum inferno abaixo de nós
Acima de nós apenas o céu
Imagine todas as pessoas
Vivendo para o hoje

Imagine não existir países
Não é difícil de fazê-lo
Nada pelo que matar ou morrer
E nenhuma religião também
Imagine todas as pessoas
Vivendo a vida em paz

Você pode dizer
Que eu sou um sonhador
Mas eu não sou o único
Espero que um dia
você se junte a nós
E o mundo, então, será como um só

Imagine não existir posses
Me pergunto se você consegue
Sem necessidade de ganância ou fome
Uma irmandade de homens
Imagine todas as pessoas
Compartilhando todo o mundo

Você pode dizer
Que eu sou um sonhador
Mas eu não sou o único
Espero que um dia
Você se juntará a nós
E o mundo, então, será como um só

John Lennon

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por nos acompanhar nesta trajetória e permitir a realização deste grande sonho.

Aos meus pais Antonio e Aparecida que estiveram presente nesta caminhada apoiando, dando força e acreditando em mim. A minha irmã Elaine, ao meu irmão Anderson e a minha sobrinha Polyana que também contribuíram para a realização deste sonho, se demonstrando muito dedicados para ajudar nas horas difíceis.

As amigas Tassiany, Bruna e Aline que contribuíram para a realização do estudo acadêmico. Pois acredito que muito mais que o conhecimento proporcionado pela pesquisa, este nos possibilitou crescer e amadurecer enquanto pessoas, pois apreendemos o quanto é importante para tudo que é construído em conjunto o respeito, compreensão, companheirismo e especialmente amizade conhecendo e respeitando os limites e possibilidades de cada um.

A minha supervisora de estágio Elizete que sempre se demonstrou muito dedicada em transmitir seus conhecimentos e experiências profissionais e que foram importantes para o meu conhecimento pessoal e profissional.

Por fim, ao orientador Eduardo Luis Couto nosso muito obrigado pela paciência e dedicação, pois sua contribuição foi importante para o desenvolvimento do estudo acadêmico.

Aline de Haro Rodrigues

AGRADECIMENTOS

Minha maior gratidão é a Deus por ter me guiado até este curso. Algumas vezes pensei em recuar ou desistir, mas o Senhor se fez presente nesta minha caminhada. Acredito piamente na sua grandeza e esta me trouxe até este momento. Sei que não é o fim, mas o início de uma longa caminhada.

“Se grandes foram as lutas, maiores foram as vitórias”.

Agradeço infinitamente, aos meus amados e queridos pais, Valdomiro e Ivonete, por todas as vezes que suas mãos seguraram as minhas e ajudaram-me a prosseguir.

Pela compreensão, carinho e amor, que em muito me apoiaram, incentivaram e acompanharam nesta fase da minha vida.

Obrigado pelos olhares transbordantes de amor, pelas palavras oportunas que foram proferidas, pelos esforços despendidos em meu favor.

Às amigas, Aline, Bruna e Tassiany, que no decorrer destes quatro anos de curso em muito me ajudaram, incentivaram e ensinaram. Só tenho que agradecer a Deus por ter me presenteado com a amizade de pessoas tão especiais.

À aqueles que estiveram ao meu lado, meu irmão Wellington, meus familiares, amigos e professores, a todos vocês que de algum modo incentivaram e acompanharam essa jornada da minha vida, meu mais sincero agradecimento.

Ao nosso orientador Eduardo, nessa oportunidade agradeço a você, o resultado de um esforço em comum, consciente e honesto em prol do desenvolvimento de nosso estudo acadêmico.

Aline Santos das Neves

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar Agradeço e ofereço este trabalho a Deus, que me possibilitou à vida, a saúde, a coragem e a confiança de que sou capaz. Deus esteve e está ao meu lado em todos os momentos, e basta ter fé e entregar a direção e o caminho de nossa vida em tuas mãos, obrigado Senhor por estar completando mais uma etapa de minha vida, esta é uma vitória que dedico a ti, no qual, só cheguei até este estágio porque o Senhor sempre esteve ao meu lado, reconheço que nunca me abandonastes principalmente nos momentos mais difíceis de desespero, insegurança e desânimo. Obrigado Deus pai por tudo, esta é uma vitória que dedico a ti.

Agradeço também aos meus pais Tadeu e Ivanir que me apoiaram a todo o momento, e não mediram esforços para me ajudar a me tornar uma Assistente Social, ambos foram peça fundamental para que eu vivesse este momento, me ampararam tanto no aspecto financeiro como emocional muito obrigado pai e mãe agradeço todos os dias a Deus por vocês. Estendo também neste agradecimento a minha irmã Duda, que apesar dela ter somente sete anos de idade, sem entender direito o que é faculdade, também me ajudou com seu carinho e alegria.

Estendo este agradecimento a meu amigo, companheiro e namorado Douglas, presente em todos os momentos desses quatro anos de faculdade, esteve sempre ao meu lado, me apoiando, me compreendendo e ouvindo meus desabafos. Douglas muito obrigado por tudo, por ter ficado ao meu lado, com suas palavras de conforto e principalmente nos momentos de desespero e cansaço como em semanas de prova, trabalhos e neste ano de elaboração da monografia. Douglas esta conquista também ofereço a ti.

Aos meus avós Pedro e Cida, que muito contribuíram para meu processo de formação, obrigado pela presença de vocês a todo o momento que precisei aos incentivos e apoio que me deram.

Ao orientador Eduardo Luis Couto, agradeço pela atenção, dedicação e apoio para conosco, esta também é uma conquista sua.

As minhas amigas e companheiras de estágio Alana, Daiane, Dalvana, Elaine, Naiara e Suelen, que me apoiaram, deram força, me ajudaram com trocas de

horários, e principalmente sempre estiveram ao meu lado com uma palavra amiga quando me batia o desespero e medo de não conseguir concluir a faculdade, obrigado meninas vocês fazem parte da minha história e dedico também a vocês esta conquista.

As minhas supervisoras de estágio Aline e Simone Assistentes Sociais do meu campo de estágio, que foram muito mais que supervisoras, foram também amigas e parceiras em meu processo de formação, muito obrigado pelas oportunidades, ensinamentos e palavras de amiga de verdade.

Não poderia finalizar meus agradecimentos sem falar das três pessoas que tiveram ao meu lado nesse processo de elaboração e construção desta monografia, minhas amigas e irmãs Aline Haro, Aline Santos e Tassiany, estas foram minhas parceiras, que me acolheram muito bem no grupo a partir do terceiro ano de faculdade, fico muito feliz por ter conhecido vocês e realizar este trabalho juntas. Amigas me desculpe por alguma falha ou momento de nervoso. Que esta amizade construída não acabe jamais, que Deus abençoe vossas vidas, minhas amigas e companheiras jamais esquecerei de vocês, da conquista que conseguimos juntas.

Bruna Letícia Catucci

AGRADECIMENTO

Chegando ao fim de uma tão esperada e grande conquista, não poderia deixar de oferecer o meu sincero agradecimento a DEUS, meu amigo, meu refúgio, minha fortaleza, que estive ao meu lado durante todos os momentos, principalmente naqueles em que eu achava que não iria suportar. ELE sempre acreditando em mim e me proporcionando novas forças para continuar.

Dedico este trabalho a DEUS, porque ter chego até aqui só foi possível com a graça DELE, e por ter me dado a honra de ter pais tão maravilhosos e abençoados que acreditaram em mim, aos meus amados pais Romildo Soares de Aguiar e Odete dos Santos Jorge Aguiar, por nunca medirem esforços e estarem sempre presente em todos os momentos da minha vida, fazendo de tudo para que eu pudesse alcançar este objetivo, por terem me incentivado a lutar por meus sonhos, sobretudo por terem me criado nos princípios da religião, e contribuído plenamente para o desenvolvimento do ser humano que sou.

Em especial a Nossa Senhora que durante todo momento esteve a interceder por mim, junto a DEUS.

A minha irmã Lawany Gracielly Santos Aguiar, ao meu namorado Deilton Lucas de Oliveira, e a todos os meus amigos pelo auxílio, carinho e principalmente paciência durante todo esse período tão importante na minha vida.

Aos meus queridos mestres, professores e supervisores de estágio por todo carinho e principalmente por ter me proporcionado todo conhecimento e aprendizado durante esses quatro anos de formação.

Ao nosso querido orientador Luis Eduardo C., por todo auxílio, carinho e principalmente paciência.

E claro, não posso deixar de agradecer as minhas amigas-irmãs-companheiras de todas as horas Aline Haro, Aline Santos e Bruna Letícia, no qual juntas realizamos esta pesquisa, com muita harmonia e união, uma ajudando e compreendendo o momento da outra, e transformando um período de tensões, em um momento de fortalecimento da nossa grande amizade.

“A TODOS, OS MEUS AGRADECIMENTOS DE CORAÇÃO”

Tassiany Maressa Santos Aguiar

RESUMO

A presente pesquisa busca conhecer o trabalho do Serviço Social na Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente/SP, com o objetivo mais específico de fazer uma proposta de fortalecimento da Rede Social para o cumprimento da pena. Será problematizada a pena de Prestação de Serviço à Comunidade, visto que nesse tipo de condenação o sentenciado cumprirá sua pena ou medida na própria sociedade, prestando serviço nas entidades sociais. Sendo assim, é de primordial importância o trabalho de fortalecimento da Rede Social, para romper com tabus e pré-conceitos existentes em relação aos prestadores de serviço. A pesquisa aborda questões relativas ao desenvolvimento ocorrido na legislação penal brasileira; à questão conceitual do que venham a ser penas e medidas alternativas; ao trabalho do Serviço Social e sua importante e necessária atuação na referida Central. Desse modo, serão traçadas e problematizadas as dificuldades identificadas no processo de cumprimento da pena assim como a discussão central da proposta de fortalecimento da Rede Social. No entendimento dos pesquisadores esse fortalecimento deve ocorrer através da articulação entre instituições, entidades e a Central de Penas e Medidas Alternativas. Considera-se ainda que o principal objetivo da pena não deve ser a punição, mas a reflexão, de forma preventiva, sobre o ato praticado para que o prestador não reincida em novo ato que gere novo cumprimento da pena e ou medida. A análise buscou levantar o perfil dos prestadores usando para esse levantamento os dados coletados nos relatórios mensais e nos instrumentais técnicos da Central. Procurou também fazer um levantamento - através do instrumental da avaliação realizada pelas entidades parceiras que compõem a Rede Social – sobre a opinião dos responsáveis acerca do impacto que a Prestação de Serviço à Comunidade traz para os prestadores e para a sociedade, bem como suas vivências, dificuldades e sugestões. Para complementar a proposta de fortalecimento da Rede Social, foi levantado - através do instrumental de avaliação realizado pelos prestadores ao final do cumprimento da pena, as opiniões dos prestadores que registrassem suas experiências, vivenciadas durante todo o período que estiveram em cumprimento de pena e suas sugestões sobre a PSC. A análise buscou também, constatar no decorrer de toda elaboração desta pesquisa a necessidade do Fortalecimento da Rede Social para o cumprimento da pena de PSC, com o objetivo de mudar a visão presente de que os órgãos da Rede Social são meros parceiros para a visão futura de uma Rede Social, fortalecida e com objetivos em comum.

Palavras-chave: Central de Penas e Medidas Alternativas. Penas Alternativas. Prestação de Serviço à Comunidade. Serviço Social. Fortalecimento da Rede Social.

ABSTRACT

This research seeks to know the work of Social Service at the Sentencing and Alternative Measures Center of Presidente Prudente ,SP. With the goal of making a more specific proposal for strengthening the social network for sentence. The penalty will be problematic for the Provision of Service to the Community, since for this type of sentence, the convicted serves his sentence or measure in the society, providing services in social agencies. It is therefore of paramount importance to strengthen the work of the Social Network, to break taboos and prejudices that exist in relation to service providers. The research addresses issues relating to developments in the Brazilian legislation, the conceptual question of what will be penalties and alternative measures. The work of Social Service and its importance and need role at the Central. Thus they shall be drawn and focuses on the difficulties encountered in the process of imprisonment as well as the central discussion of the proposed strengthening of the Social Network. In the researchers' understanding that empowerment must occur through the articulation between institutions, and Central and Sentencing Alternative Measures. It is considered that the main purpose of the penalty should not be punished, but the reflection in a preventive manner, about the action taken so that he does not reoffend in another act that generates new and execution of the sentence or measure. The analysis searched profiles of providers for this survey using data collected in the monthly reports and technical instrumental at the Central. It also conduct a survey by instrumental evaluation by the partners that make up the Social Network - about the opinions of officials about the impact that the provision of Community Service providers and brings to society as well as their experiences, difficulties and suggestions. To complement the proposed strengthening of the social network, was lifted - by instrumental evaluation performed by providers at the end of the sentence, the views of providers to record their experiences, lived throughout the period were in compliance with their sentence and suggestions on the PSC. The analysis also sought, noted throughout the entire development of this research the need for strengthening the social network for the sentence of PSC, with the aim of changing the present vision of the organs of the Social Network partners are mere vision for future a social network and has strengthened with common goals.

Key-words: Sentencing and alternative measures. Alternative measures. Community hours, social service. Strengthening of social network.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ART – Artigo

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CONEPA - Congresso Nacional de Execução das Penas e Medidas Alternativas

CP – Código Penal

CPMA – Central de Penas e Medidas Alternativas

CRAM – Centro de Referência a Mulher Vitima de Violência

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referencia Especial de Assistência Social

CTB – Código de Trânsito Brasileiro

LCA – Lei das Contravenções Ambientais

LCP – Lei das Contravenções Penais

ME – Medida Educativa

ONU – Organização das Nações Unidas

PMAs – Penas e Medidas Alternativas

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PP – Pena Pecuniária

PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

SAP - Secretária de Administração Penitenciária

SAP/DRSP – Secretária de Administração Penitenciária / Departamento de Reintegração Social Penitenciário

SAS – Secretária de Assistência Social

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SIC – Segundo Informações do Cliente

TV – Televisão

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICEF – Fundação das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, TABELAS E QUADROS

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Sexo.....	62
GRÁFICO 2 – Estado Civil.....	64
GRÁFICO 3 – Faixa Etária.....	66
GRÁFICO 4 – Grau de Instrução Escolar.....	67
GRÁFICO 5 – Renda.....	68
GRÁFICO 6 – Vínculo Empregatício.....	69
GRÁFICO 7 – Cumprimento Anterior de Pena.....	72
GRÁFICO 8 – Prestadores Referenciados por Áreas de Serviço Sócio Assistencial.....	78
GRÁFICO 9 – Localização dos Prestadores por Zona.....	83
GRÁFICO 10 – Prestadores de Serviço à Comunidade Moradores de Outras Cidades.....	84
GRÁFICO 11 – Total de Novos Cadastros–Ano da Pena de PSC.....	102

QUADRO

QUADRO 1 – Quadro-Síntese.....	88
--------------------------------	----

TABELAS

TABELA 1 – Tabela de Delitos.....	73
TABELA 2 – Bairros/Zonas/Áreas de Referência.....	80

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CONCEITO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS.....	21
2.1 Evolução das Penas e Medidas Alternativas	23
3 CENTRAL DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS DE PRESIDENTE PRUDENTE.....	32
3.1 A Pena de Prestação de Serviço à Comunidade Monitorada pela Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente.....	36
4 SERVIÇO SOCIAL PROFISSÃO INTERVENTIVA.....	40
4.1 Direção Social do Serviço Social.....	40
4.2 A Importante e Qualificada Atuação Profissional do Assistente Social na Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente.....	46
5 CONCEITUANDO REDE.....	56
5.1 Porque e Como Pensar uma Proposta de Fortalecimento da Rede Social para o Cumprimento da Pena?.....	58
5.2 Perfil dos Prestadores de Serviço à Comunidade como um Indicador Social para a proposta de Fortalecimento da Rede Social.....	61
5.3 Entrevista com as Instituições que Compõem a Rede Social.....	85
5.3.1 Metodologia utilizada, amostra estratificada.....	87
5.3.2 Sistematização da entrevista/quadro-síntese: avaliação das instituições sobre a PSC.....	88
5.3.3 Análise qualitativa do quadro-síntese, como um indicador para a proposta de fortalecimento da rede social.....	90
6 PROPOSTA DE FORTALECIMENTO DA REDE SOCIAL PARA O CUMPRIMENTO DA PENA.....	95
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
BIBLIOGRAFIA.....	113
ANEXOS.....	119

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo discutir a importância da atuação do Serviço Social no âmbito da Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente e a construção de uma proposta de fortalecimento da Rede social para o cumprimento das penas alternativas tendo como foco a Prestação de Serviço à Comunidade.

A escolha deste tema surgiu do interesse das integrantes do grupo em aprofundar o conhecimento sobre as competências do Serviço Social no âmbito das particularidades da pena de Prestação de Serviço à Comunidade. Contribuíram para esta pesquisa e maior interesse do grupo, as experiências vivenciadas e compartilhadas por uma de suas integrantes em seu campo de estágio.

Diante das questões vivenciadas no cotidiano pela estagiária e profissionais da Central de Penas e Medidas Alternativas, no que tange ao número limitado de vagas para o cumprimento desta pena e a resistência que os órgãos apresentam para acolher os prestadores, o grupo chegou à conclusão que para o enfrentamento dessas demandas, apresentaria uma proposta de fortalecimento da Rede Social. Estabelecemos, também como objetivo, produzir um trabalho que evidenciasse a importância da atuação diferenciada do Serviço Social nesse contexto, no que diz respeito aos resultados alcançados através das suas ações interventivas na realidade presente no município de Presidente Prudente e na Central de Penas e Medidas Alternativas.

Por outro lado, pretendemos utilizar esta pesquisa como meio de produção de conhecimento sobre a atuação do Serviço Social no campo sócio-jurídico. Bastante recente - com apenas 4 (quatro anos) - de implantação desta Central no município, e que ao mesmo tempo já se evidencia um grau de avanço relevante, principalmente no que se refere aos resultados positivos que o Serviço Social tem alcançado na sua atuação junto aos prestadores que cumprem pena de prestação de serviço à comunidade. Sendo assim, aproveitaremos para mostrar esses resultados com o relato de 3(três) situações vivenciadas por uma das

integrantes do grupo na Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente.

O grupo buscou aprofundar seu conhecimento sobre o tema através de pesquisa exploratória¹ e descritiva², utilizando um levantamento bibliográfico³ e em meios eletrônicos, no qual objetivou tratar do assunto através de uma análise ao mesmo tempo crítica e propositiva. Para que a pesquisa fosse melhor fundamentada foi utilizada a pesquisa de campo para construir um conhecimento mais específico das questões que permeiam o âmbito institucional, assim como as dificuldades enfrentadas pelos órgãos que compõem a Rede Social e pelos próprios prestadores que cumprem a Prestação de Serviço à Comunidade.

As principais dificuldades enfrentadas pela Central de Penas e Medidas Alternativas estão relacionadas à resistência e o preconceito que as entidades têm em relação a alguns delitos, como também, as dificuldades de encaminhamento dos prestadores às entidades para o cumprimento da pena e/ou medida, tendo em vista o número reduzido de vagas e de entidades vinculadas à Central, e pelo fato ainda de que as atividades exercidas pelos prestadores nem sempre propiciam uma reflexão de fato sobre o ato cometido.

Assim sendo, sentimos que fazia-se necessário buscar conhecer a veracidade do grau dessas dificuldades e para tanto, foi realizada pesquisa de campo em que se utilizou fontes secundárias⁴, através de um levantamento para identificar o perfil dos prestadores assim como levantar também algumas opiniões, tanto das entidades sobre prestadores como vice-versa. Essa busca se fez em

¹ Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de instituições. (GIL, 2002, p. 41)

² As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativa está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. [...] São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. [...] (Gil, 2002, p. 42)

³ Tem como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições científicas já existentes sobre determinado assunto. (MARTINS, 2002, p. 35)

⁴ Realizada através dos prontuários dos prestadores, e instrumentais técnicos da Central de Penas Medidas Alternativas de Presidente Prudente.

consulta aos registros e instrumentais técnicos da Central e nos permitiu entender, através dos dados levantados e analisados, a importância do trabalho em Rede como resposta às demandas aqui problematizadas.

Para discutir a relevância das penas e medidas alternativas e consequentemente a proposta de fortalecimento da rede utilizamos como marco importante a década de 1980 no que tange à legislação penal brasileira tomando como referência a Reforma do Código Penal em 1984. A partir desse primeiro marco, sucessivamente outros foram sendo efetivados para as penas e medidas alternativas como, a Lei de Execução Penal de 1984, a Constituição Federal de 1988, as Regras de Tóquio de 1990, a Lei que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais de 1995 e a Lei 9.714/1998, que ficou conhecida como Lei das Penas Alternativas, devido ao fato dela ter ampliado o número de penas alternativas.

Temos claro que esses marcos constituíram-se como muito importantes no cenário do direito penal, uma vez que possibilitaram penas alternativas à pena privativa de liberdade (prisão) para os delitos de menor potencial ofensivo. Também essa importância se refere principalmente à possibilidade que o sentenciado tem de cumprir a pena alternativa - no caso, prestação de serviço à comunidade -, sem perder seus vínculos familiares como comunitários. Em outras palavras, cumprir sua pena no âmbito comunitário, sem ficar isolado. Essa evolução na legislação penal brasileira nos despertou para a realização da presente pesquisa.

Conscientes de que vivemos em uma sociedade capitalista onde predominam o preconceito, a exclusão e a desigualdade social, dentre outras expressões da questão social, assumimos como foco de nossa reflexão que esta sociedade não estava e não está preparada para receber e tratar com indivíduos que cumprem pena e/ou medida alternativa em decorrência de delitos de menor potencial ofensivo.

Diante dessa constatação verificou-se a necessidade de preparo e fortalecimento da rede social para acolher os prestadores de serviço à comunidade, bem como uma maior articulação entre a Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente e as instituições governamentais e não governamentais que compõem essa rede social e que ficam em contato direto com os prestadores durante todo o período de cumprimento da pena.

Esta pesquisa está organizada em 6 (seis) capítulos e mais as considerações finais. A Introdução tem por objetivo apresentar de forma breve os pontos principais da pesquisa, bem como a sua relevância, sua metodologia e uma breve apresentação do conteúdo de cada capítulo. Por subsequente, no segundo capítulo foi abordado a questão conceitual de penas e medidas alternativas esclarecendo, principalmente, que estas devem ser aplicadas aos delitos de menor potencial ofensivo. No mesmo capítulo também foi abordada a evolução histórica dos principais marcos do processo de instituição de penas e medidas alternativas.

No terceiro capítulo o foco foi a Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente. Com base em sua implantação no município, a equipe técnica responsável por realizar um trabalho interdisciplinar que abrange atualmente a pena de prestação de serviço à comunidade, a pena pecuniária e a medida educativa. Este capítulo contempla também em seu subitem a descrição dos procedimentos tomados pela respectiva Central em relação à Prestação de Serviço à Comunidade, sendo esta o foco desta pesquisa.

No quarto capítulo, apresentamos de forma objetiva o que vem a ser o Serviço Social enquanto profissão propositiva, destacando no seu subitem a direção social desta profissão, sua natureza de existir, seus princípios, valores e, principalmente, o seu compromisso ético, independente do campo de atuação que estiver inserido.

Para complementar o referencial teórico apresentado neste capítulo trazemos ainda, um subitem apresentando, especificamente, o trabalho do Serviço Social na Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente. Consideramos que o Assistente Social em sua atuação faz a diferença neste campo de trabalho, tendo um olhar que vai além do simples cumprimento da pena. Ao utilizar o processo de mediação entre o delito cometido, a sociedade em que estamos inseridos para assim compreender em sua essência o contexto que envolve esta demanda.

Diante o cumprimento da pena no que tange a prestação de serviço à comunidade e diante as inúmeras necessidades pessoais apresentadas pelos prestadores, o Assistente Social ao realizar os encaminhamentos necessários, para atender não só a necessidade do cumprimento da pena, mas as reais necessidades apresentadas pelo prestador, não se limita somente aos encaminhamentos, mas

realiza uma contra-referência a fim de verificar se tais necessidades foram atendidas.

No mesmo capítulo relatamos, de forma breve, porém bastante objetiva, três situações atendidas pelo Serviço Social na Central, que evidenciam o compromisso ético desse profissional para atuar e atender além das demandas imediatas e provocar de fato transformação social na realidade vivenciada pelos prestadores para além do cumprimento da pena.

No quinto capítulo foi explanado o conceito de rede social e suas principais características para o cumprimento da pena e/ou medida. Buscou-se destacar também a necessidade e a importância de se pensar no fortalecimento da rede social para receber os prestadores de serviço à comunidade considerando que os resultados junto aos prestadores só poderão ser transformadores se as instituições estiverem compromissadas com esse propósito e fortalecidas através da articulação em rede, cujo objetivo e direção das ações sejam voltadas para a mudança na realidade desses prestadores.

Ainda neste capítulo, foi feito o perfil dos prestadores cadastrados pela Central no ano de 2009 até o 1º semestre de 2010, como um indicador social para que a proposta do fortalecimento da rede esteja voltada para as reais necessidades dos prestadores e preparada para o enfrentamento da realidade concreta desse público, ao analisar cada peculiaridade desse perfil.

Foram pesquisados os dados considerados como de maior relevância na elaboração do perfil dos prestadores: sexo, estado civil, idade, escolaridade, renda, vínculo empregatício, cumprimento anterior de pena, delito cometido, bairros em que os prestadores estão localizados e aspectos que pudessem demonstrar vulnerabilidade e risco social. Consideramos que são estas as informações que poderão ajudar na escolha das formas de intervenção que levem em conta, principalmente que a intervenção não pode estar dissociada do contexto sócio econômico e não pode se limitar apenas às entidades articuladas em rede. Levamos em consideração também o fato de que a sociedade civil deve ter um olhar diferenciado quanto à prestação de serviço à comunidade contribuindo assim para a formação de uma nova cultura de penalização e para a criação de novas oportunidades para aqueles que transgridem as leis.

Outro indicador levantado no terceiro subitem deste capítulo, a fim de fundamentar a proposta a nível de realidade foi com base na avaliação realizada com 20% do total dos 70⁵ órgãos cadastrados na Central que acompanham e acolhem os prestadores de serviço à comunidade. Sobre eles apresentamos, através de um quadro-síntese as opiniões dos entrevistados em cada órgão acerca da pena de PSC e de sua validade em relação aos seus objetivos, bem como as dificuldades em sua aplicação. Acolhemos também as sugestões dos entrevistados e apresentamos uma análise crítica dos resultados das entrevistas com o objetivo de levantar fundamentos para a proposta.

Finalizamos a apresentação deste estudo com o sexto capítulo, o qual consideramos de grande importância, pois é nesta parte que se faz o enfrentamento das dificuldades e problemas abordados ao longo deste trabalho. Neste capítulo apresentamos algumas propostas para o fortalecimento da rede social, vista esta como extremamente importante para uma transformação na vida dos prestadores e que, de certa forma, refletirá em um novo olhar da própria sociedade sobre os mesmos.

Dentre as principais propostas podemos destacar a busca de uma metodologia para mobilizar, convocar as instituições e a própria sociedade civil a adotar esta causa, seja através da TV, *folders*, campanhas publicitárias, preventivas, articulação com o Ministério da Justiça entre outras. É nossa intenção que haja o fortalecimento da rede social através de instituições que já lutam e tentam construir respostas transformadoras para a vida dos prestadores. No entanto, as propostas de fortalecimento também visam um projeto que supõe a aprovação do juiz desta comarca a fim de que o prestador destine tempo de seu serviço prestado à comunidade para a reflexão sobre o ato que cometeu.

A nossa proposta de intervenção através do fortalecimento da rede social destaca também o papel que o CRAS tem e terá, não apenas para o cumprimento da medida, mas também através do fortalecimento destes sujeitos, os prestadores de serviço à comunidade, enquanto sujeitos potenciais e pró-ativos. É enfatizada também, nesta parte, a importância da troca de experiências entre Central e instituição que acolhe o prestador de serviço sobre o cotidiano vivido por eles que, certamente, terá importante papel na ação que ambos.

⁵ Atualmente a Central conta com 67, pois três se desligaram.

O papel que o poder público municipal pode representar para a prestação do serviço à comunidade também foi abordado de forma a evidenciar que esse poder também deve se unir à Central de Penas e Medidas Alternativas nos compromissos e nas responsabilidades em relação ao prestador.

Nas considerações finais evidenciamos a relevância da atuação do Serviço Social na realidade e dinâmica de trabalho da Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente, destacando a importância e a diferença que esta profissão faz nesse campo de intervenção, diante das possibilidades e dos limites presentes, - principalmente no que se refere à realização do trabalho em rede com as entidades que recebem os prestadores de serviço - , destacando ser este (o trabalho em rede) a principal dificuldade e demanda para o Serviço Social, e evidenciando esta profissão como uma possibilidade refletida em seu compromisso ético com os sujeitos sociais.

2 CONCEITO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

Este primeiro capítulo tem por objetivo conceituar as penas e medidas alternativas, analisar de forma breve o histórico, a evolução e os marcos importantes para essa conquista. São diversas as linhas de conceituação e muitos os autores que tratam das penas e medidas alternativas. Nesta pesquisa utilizamos conceitos que contemplam o nosso foco, ou seja, buscamos fazer a relação entre o real significado das penas alternativas com uma proposta de fortalecimento da rede social para o cumprimento das mesmas com vistas que o seja de forma digna e que passe pelo acompanhamento do Serviço Social.

Segundo a SAP/DRSP (2007, p. 4-5):

A pena/medida alternativa é uma medida punitiva de caráter educativo e socialmente útil, imposta ao infrator, em substituição à pena privativa de liberdade. Propõe-se, portanto, a não afastar o indivíduo da sociedade, ou excluí-lo do convívio de seus familiares e nem expô-lo aos males do sistema penitenciário.

As Penas Restritivas de Direitos são instrumentos de transformação do beneficiário e da sociedade na forma de agir e pensar. Este processo oferece momentos de reflexão sobre a realidade, sobre o dano causado pela infração cometida e sobre as possíveis soluções para o erro dentre outras reflexões. Tem como objetivo cultivar a consciência social assim como atitudes construtivas proporcionando ao beneficiário o contato com pessoas conscientes de sua cidadania, inserindo-lhes novos valores e conceitos.

Assim, as penas e medidas alternativas como o próprio nome destaca é uma alternativa para as penas privativas de liberdade. Elas são também denominadas “restritivas de direitos” porque, de certa forma, restringem alguns direitos do indivíduo que está sujeito a elas.

Essas penas são determinadas, no caso da cidade de Presidente Prudente, pelos juízes das Varas de Execuções Criminais (1ª e 2ª) e das Varas Criminais (1ª, 2ª, 3ª) e podem ser aplicadas como punição aos delitos considerados de menor potencial ofensivo.

De acordo com Borba (s.d., s.p.):

As alternativas penais, para o Estado, significam um meio extremamente eficiente de punir e recuperar criminosos, científica e comprovadamente

recuperáveis, que não praticaram o crime com violência ou grave ameaça à pessoa, que as circunstâncias judiciais, a conduta social, a personalidade criminosa, a culpabilidade, as circunstâncias e motivo do crime recomendam a aplicação e a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos. Nesse sentido, o Estado tem hoje, por meio das penas alternativas, um meio mais barato de recuperar o sentenciado sem precisar segregá-lo na cadeia. Fica patente, portanto, a importância das alternativas penais num cenário mundial de necessário controle da criminalidade.

Também se faz pertinente distinguir o que se entende por pena alternativa e medida alternativa, pois, podem parecer que são a mesma coisa, mas são distintas entre si. Como afirma Tadioto (2010, p. 37):

A diferença entre pena e medida alternativa não está, pois, na gravidade do delito cometido, haja vista que em ambos os casos o ato gerador da acusação é de pequeno ou médio poder ofensivo. A diferença está no fato de que os beneficiados com medida alternativa não chegam a ser julgados e condenados, enquanto os contemplados com pena alternativa responderam processo, foram julgados e condenados por um Juiz com sentença definitiva.

Em referência ao que afirma Tadioto (2010, p.36), compreende-se que o indivíduo beneficiado com a medida alternativa embora considerado como autor do delito, não sofrerá julgamento ou condenação e não constará como tendo antecedentes criminais. Por outro lado aquele que for julgado e condenado por um delito responderá por uma pena alternativa e será considerado sentenciado, ou seja, constará em seu histórico social antecedentes criminais, mesmo tendo concluído o cumprimento da pena.

Podemos afirmar que o tema: Penas e Medidas Alternativas é novo. Apesar de estar vigente no sistema desde 1984, com a Reforma do Código Penal brasileiro já encontra defensores para a sua aplicação como sustenta Colmán (s. d., s. p.):

[...] as penas alternativas encontram defensores na comunidade em geral, por três motivos básicos. Primeiro, por se contraporem diretamente ao encarceramento e seus efeitos perversos, tais como: tornar o indivíduo improdutivo, afastá-lo da sociedade, desamparar seus familiares, aumentar sua revolta, corromper, agindo inclusive de maneira preventiva ao não possibilitar contato entre pessoas que cometeram delitos de natureza e gravidade diversos. Segundo, por sua efetiva viabilidade, sendo desnecessário qualquer investimento de porte para sua aplicação. E

finalmente, por seus resultados que, embora preliminares, dão indicativo de eficácia.

Principalmente por apresentar indicativos de eficácia as Penas e Medidas Alternativas tiveram boa repercussão na sociedade e no sistema de justiça, e apresentaram várias conquistas e avanços durante todo seu processo de efetivação, estruturação e conquistas tanto em nível nacional como internacional.

No próximo item apresentaremos um breve histórico acerca da implantação das Penas e Medidas Alternativas no Brasil, com o intuito de relacionar o seu significado e a sua evolução.

2.1 Evolução das Penas e Medidas Alternativas

Neste item discutiremos a evolução das penas e medidas alternativas no Brasil, destacando os marcos importantes dessa evolução, assim como os acontecimentos internacionais que foram significativos para o sucesso desse salto qualitativo, como as Regras de Tóquio. Será feita também, uma breve discussão acerca dos malefícios do sistema prisional principalmente no que se refere às penas de curta duração.

Para que possamos ter uma compreensão mais ampla sobre a necessidade de pensar em alternativas penais, é necessário inserir essa questão na sociedade atual, sociedade essa que, cada vez mais se defronta com o aumento expressivo da violência e da criminalidade situação essa facilmente verificável em nossos meios de comunicação de massa que a noticiam.

A criminalidade e a violência no Brasil vêm crescendo a passos largos e causam em toda a sociedade medo, insegurança e sentimento de desproteção. Porém ao tratar dessa questão o senso comum vê como alternativas a diminuição da maioridade penal, maior policiamento nas ruas e construção de mais presídios. No entanto, essa discussão é muito ampla e a violência predominante na contemporaneidade tem múltiplas causas desde a forma como a sociedade está

organizada economicamente, bem como pelas características de produção e distribuição de bens e riquezas marcadas por profundas desigualdades sociais.

Ao abordar o sistema de penas no Brasil é importante entender que estas, ao longo de todo processo histórico tiveram sempre como objetivo a manutenção da ordem social e a punição do indivíduo. No entanto, hoje, as penas privativas de liberdade (prisão) apresentam inúmeras dificuldades para a reintegração do sentenciado à sociedade. Da forma como está estruturado o sistema prisional dificilmente ele trará ao indivíduo encarcerado meios que possibilitem uma reflexão sobre o ato que cometeu assim como oportunidade de estabelecimento de um projeto de vida diferente daquele em que estava inserido antes do cumprimento da pena.

No sistema prisional tal como é hoje o indivíduo passa o tempo de forma ociosa sem realizar nenhuma atividade com vistas à sua reintegração social. Essa questão se evidencia diante da alta reincidência no crime. “Após a prisão, 80% dos apenados voltam a delinquir, contra 1,6% daqueles que cumprem penas alternativas” (DIP, s.d., s.p.).

Diante do aumento da violência na sociedade as respostas não podem ser a da mera construção de novos presídios - principalmente aqueles de segurança máxima -, como se essa fosse a única solução, sem pensar que esses indivíduos, mais cedo ou mais tarde terão que voltar ao convívio social. Em razão dessa realidade reafirmamos a importância da aplicação das penas e medidas alternativas para aqueles delitos de menor potencial ofensivo, sem grave ameaça, ou seja, crime culposos⁶, para que o indivíduo não perpassasse e seja afetado pelos malefícios do sistema prisional, e que, ao deixar a prisão venha a cometer crimes mais graves e de natureza dolosa⁷.

Assim, podemos pensar o sistema prisional brasileiro com vistas a sua ineficácia, pois este sistema não implica na diminuição da violência que, ao contrário, parece aumentar todos os dias. À semelhante conclusão chega Bitencourt (1999, p. 3) quando afirma que:

⁶ Crime culposos configura-se no Art. 18 do Código Penal que: “II - culposos, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia”.

⁷ Crime Doloso configura-se no Art. 18 do Código Penal que: “I - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo”. (não estava justificado)

Como se percebe, há um grande questionamento em torno da pena privativa de liberdade, e se tem dito reiteradamente que o problema da prisão é a própria prisão. Aqui, como em outros países, avilta, desmoraliza, denigra e embrutece o apenado. Por isso, o centro da gravidade das reformas situa-se nas sanções, na reação penal; luta-se contra as penas de curta duração. Sabe-se, hoje, que a prisão reforça os valores negativos do condenado.

A partir da constatação da ineficiência do sistema prisional e da pena privativa de liberdade estamos de acordo com Martins (2001, p. 26) e não pretendemos aqui considerar somente o sistema prisional como responsável pelo aumento da violência e criminalidade, uma vez que temos clareza de que esta situação envolve outros fatores como: “má distribuição de renda, educação precária, impossibilidade de acesso ao trabalho, à saúde, à habitação digna, entre outros fatores”.

O foco deste estudo recai sobre as penas alternativas, considerando que elas resultaram de muitas lutas, com grande contribuição da Organização das Nações Unidas (ONU) que, no âmbito internacional, buscava que se desse maior atenção à questão das penas, sem contar as inúmeras conferências e seminários temáticos realizados, a nível nacional, pelo CONEPA (Congresso Nacional de Penas e Medidas Alternativas) para colocar em discussão o tema em questão com os vários órgãos responsáveis pelo sistema de justiça e com as entidades representativas da sociedade.

Os marcos importantes no que tange à instituição das penas e medidas alternativas no Brasil são:

- a Reforma do Código Penal brasileiro com a Lei 7.209 de 1984;
- a Lei de Execução Penal Lei 7.210 de 1984;
- a Constituição Federal de 1988;
- as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade denominada como “Regras de Tóquio”, resolução 45/110 de 1990;
- a Lei 9.099 de 1995 que criou os Juizados Especiais Cíveis e Criminais;

- a Lei 9.714 de 1998 que aumentou o rol das penas e medidas alternativas.

O primeiro marco no que tange a legalização das penas e medidas alternativas foi com a Lei 7.209 com a Reforma do Código Penal brasileiro em 11 de julho de 1984, marco este muito importante porque instaura em seu conteúdo as penas restritivas de direito ou penas alternativas.

O atual Código Penal (1984) estabelece em seu artigo 32 que: “As penas são: I – privativas de liberdade; II – restritivas de direitos; III – de multa”. Já o seu artigo 43 estabelece que: “As penas restritivas de direito são: I – prestação de serviço à comunidade; II – interdição temporária de direitos⁸; III – limitação de fim de semana”. E o artigo 49 estabelece a “pena de multa”.

Com a Reforma do Código Penal em 1984 a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos, ou seja, por uma pena alternativa⁹ como reza o artigo 44 do Código Penal (1984).

É materializada também em 11 de julho de 1984 a Lei 7.210, a Lei de Execução Penal, que abarca em seu rol de artigos a questão da humanização penal dos artigos vigentes no Código Penal, como sustenta Andreucci (2009, p. 13-14), que versa sobre a garantia de que a integridade física e moral do condenado seja preservada, com vistas ao respeito à dignidade humana, tanto para a pena privativa de liberdade quanto para as penas restritivas de direitos.

Continuando na linha cronológica de marcos importantes, temos a nossa Carta Cidadã, a Constituição Federal de 1988, visto que determina , em seu

⁸ Art. 47 – As penas de interdição temporária de direitos são:

I – proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo;

II – proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público;

III – suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo.

⁹ Art. 44 – As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

I – aplicada pena privativa de liberdade inferior a um ano ou se o crime for culposos;

II – o réu não for reincidente;

III – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

Parágrafo Único – Nos crimes culposos, a pena privativa de liberdade aplicada, igual ou superior a um ano, pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas penas restritivas de direitos, exeqüíveis simultaneamente.

Art. 5º, inciso XLVI que “a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: a) privação ou restrição de liberdade; b) perda de bens; c) multa; d) prestação social alternativa; e) suspensão ou interdição de direitos”.

A instituição das penas restritivas de direito ou penas alternativas foi fruto de muita luta como já foi citado anteriormente. De acordo com Cólman (s.d., s.p.), ela adveio da luta em âmbito internacional, como a da Organização das Nações Unidas, em 1955, que aprovou regras mínimas para o tratamento dos reclusos. Desde então a ONU passou a recomendar penas não restritivas de liberdade.

Porém, só na década de 1990, mais precisamente em 14 de dezembro de 1990, como afirma Cólman (s.d., s.p.) “[...] a Assembléia Geral da ONU aprovou a Resolução 45/110, que estabeleceu as Regras Mínimas das Nações Unidas para a elaboração de medidas não privativas de liberdade”.

As Regras Mínimas das Nações Unidas para a elaboração de medidas não privativas de liberdade ficou conhecida como Regras de Tóquio e ganhou representação no Brasil após sua aprovação pela Resolução 45/110. De acordo com a ONU (1990, s.p.) “as Regras de Tóquio levam em consideração a Declaração Universal dos Direitos do Homem e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos”. As Regras de Tóquio como mecanismo internacional, foi um documento muito importante para que se colocasse em pauta de discussão a necessidade de utilização de penas e medidas alternativas ao sistema prisional, com vistas à permanência do indivíduo na sociedade.

As Regras de Tóquio estão divididas em oito seções e têm como direção primordial o incentivo à utilização de medidas não privativas de liberdade, e outros objetivos como o respeito aos direitos humanos, à dignidade e à permanência do indivíduo no convívio social. De acordo com a ONU (1990, s.p.) seção V – Execução das Medidas não Privativas de Liberdade, assim cabe citar duas regras fundamentais, que envolve o foco da presente discussão, no qual são estas:

Regra 14.3. O insucesso de uma medida não privativa de liberdade não deve conduzir automaticamente a uma medida de prisão.

Regra 14.4. Em caso de modificação ou de revogação da medida não privativa de liberdade, a autoridade competente esforça-se por encontrar

uma solução de substituição adequada. Uma pena privativa de liberdade só pode ser pronunciada se não existirem outras medidas adequadas.

Buscamos destacar estas duas regras, pois, as mesmas veem de encontro com a atuação do Assistente Social no âmbito das penas e medidas alternativas, na qual o profissional procura ultrapassar os processos burocráticos internos da Central de Penas e Medidas Alternativas para a compreensão da essência do delito, sem pré conceitos e julgamentos, através de sucessivas aproximações da realidade vivenciada pelo prestador, com o intuito de reconstruir seu objeto de intervenção e compreender suas especificidades.

Em continuidade às leis, temos em 26 de setembro de 1995 a Lei 9.099 que foi também um marco muito importante. Essa lei instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que têm entre suas competências o julgamento e conciliação de causas de menor potencial ofensivo, de acordo com o seu artigo 3º “o Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade [...]”. A criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais está disposta na Lei 9.099 em seu artigo 60, conforme se segue: “[...] tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo [...]”. Já no seu artigo 61 da supracitada lei dispõe que:

Art. 61º - Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.

A partir da promulgação da Lei 9.099 que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, o julgamento das infrações passou a ser efetivado em tempo mais rápido, como dispõe em seu artigo 2º¹⁰ pelo qual o juizado citado tem por obrigação cuidar das infrações de menor potencial ofensivo como já fora afirmado. Tadioto (2010, p. 36) sustenta que:

[...] os Juizados Especiais e Criminais representaram (e representam) a possibilidade de aliviar o volume de trabalho das varas criminais, de diminuir

¹⁰ Art. 2º O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

as condenações às penas privativas de liberdade e de intensificar a aplicação de medidas não privativas de liberdade.

Considerada também como marco importante para a efetivação das penas alternativas temos a Lei Nº 9.714 de 25 de novembro de 1998, que se tornou conhecida como a Lei das Penas Alternativas, como sustenta Paula (2007, s.p.) “com o advento da Lei 9.714/98, o rol das penas restritivas de liberdade foi ampliado [...]”. As penas restritivas de direitos conforme o artigo 43 da Lei 9.714/98 são:

Art. 43. As penas restritivas de direitos são:

- I – prestação pecuniária;
- II – perda de bens e valores;
- III – (VETADO)
- IV – prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas;
- V – interdição temporária de direitos;
- VI – limitação de fim de semana.

Resta comprovado, pelo artigo acima, a ampliação das penas. Como afirma Paula (2007, s.p.), hoje temos um rol de dez penas alternativas que podem ser aplicadas para os delitos de menor potencial ofensivo, uma vez que a pena varia de acordo a gravidade do delito. Jesus (2000, p. 58) afirma que:

O Código Penal, com as alterações da lei nova (Lei n. 9.714, de 25-11-1998), passou a prever as seguintes alternativas, algumas restritivas de direitos:

1ª prestação pecuniária; 2ª perda de bens e valores; 3ª prestação de serviço à comunidade; 4ª proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo; 5ª proibição de exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação oficial, de licença ou autorização do Poder Público; 6ª suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo; 7ª proibição de freqüentar determinados lugares; 8ª limitação de fim de semana; 9ª multa; 10ª prestação inominada.

Outras alterações também foram feitas pela Lei Nº 9.714/1998 em seu Art. 44¹¹. Como se pode constatar essa lei não se limitou somente a alterar a

¹¹ Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

- I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos;
- II – o réu não for reincidente em crime doloso; III – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

quantidade de penas alternativas, mas trouxe em seu arcabouço novas condições para sua aplicabilidade.

Assim sendo, nesta primeira parte do trabalho buscamos de forma breve discorrer sobre as principais ocorrências e leis que instituíram as penas alternativas na legislação brasileira, com vistas a destacar a importância da utilização dessas penas para os delitos de menor potencial ofensivo. SAP/DRSP (2007, p.3) aponta que:

Assim, o delito encarado como fenômeno social que nasce no seio da comunidade, só pode ser controlado pela ação conjunta do governo e da sociedade. Uma política de valorização da Pena de Prestação de Serviço à Comunidade, portanto, visa promover esta ação conjunta.

Sendo o delito considerado como fenômeno social, destacamos a importância deste ser discutido e problematizado pela sociedade. Também não podemos deixar de citar o V Congresso Nacional de Execução das Penas e Medidas Alternativas (CONEPA), organizado pelo Ministério da Justiça em parceria com a Coordenadoria Geral de Fomento às Penas e Medidas Alternativas. Este Congresso se realizou em Brasília, no mês de maio de 2009, e trouxe um novo olhar sobre as penas alternativas e uma nova reflexão acerca dos delitos de menor potencial ofensivo.

Atendendo ao objetivo de reunir vários atores sociais, estiveram presentes no Congresso:

[...] representantes de todas as Unidades da Federação e a participação de todos os seguimentos sociais envolvidos nos processos de aplicação e a execução das PMAs¹²: autoridades da Justiça Criminal; profissionais das equipes técnicas; autoridades dos Executivos estaduais que mantêm serviços de apoio e acompanhamento à execução de PMAs; e representantes das instituições que compõem a chamada “Rede Social” de apoio e acompanhamento à execução de PMAs. CONEPA (2009, p. 7)

O Congresso direcionou a discussão a respeito da execução das Penas Alternativas para uma perspectiva de Política Pública, ou seja, para a

¹² PMAs – Penas e Medidas Alternativas.

implantação de um Sistema Nacional de Penas e Medidas Alternativas que atinja a efetivação de uma Segurança com Cidadania.

Este marco foi de grande valor, na medida em que os atores presentes puderam repensar o sistema de penas no Brasil e a vantagem e efetividade das penas e medidas alternativas, além dos seus resultados positivos partilhados pelos atores que acompanham o cumprimento das penas e através do próprio depoimento dos cumpridores que estavam presentes, como podemos constatar/analisar em pesquisa ao documento do CONEPA (2009):

Por outro lado, o processo também teve a virtude de revelar os limites encontrados pelos participantes nas suas tentativas cotidianas de ampliar o escopo das PMAs, bem como as estratégias que eles vislumbram coletivamente para a superação de tais limites. A dinâmica das atividades de consulta (Workshop e Seminários Regionais) foi, neste aspecto, muito feliz. Os participantes foram divididos em grupos de trabalho e solicitados a examinar e repensar as atribuições do sistema de justiça, dos Governos, da Rede Social e das equipes técnicas num sistema de PMAs orientado para a produção de Segurança com Cidadania. Depois, foram solicitados a compartilhar com os demais as reflexões acumuladas. A segmentação do debate segundo o papel de cada ator, permitiu capturar os problemas vivenciados por estes na dinâmica das práticas institucionais e interações sociais nas quais eles estão envolvidos. As próximas seções deste documento-base apresentam uma sistematização dessas contribuições, sob a forma de “Princípios e Diretrizes” para um Sistema Nacional de PMAs. (CONEPA, 2009, p.14)

Por toda uma história de luta por cidadania, direitos sociais e justiça, podemos evidenciar que todas as conquistas que tivemos na questão de legislação, dos direitos e da cidadania foram construídas na pluralidade, na troca mútua de conhecimentos, nos debates, nos diálogos, nos diagnósticos de realidade. Esse Congresso foi mais um marco de uma grande conquista que ainda está por vir: a efetivação de uma Política Pública voltada para as Penas Alternativas.

No próximo capítulo, apresentaremos a Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente, órgão que acompanha a execução das penas e medidas alternativas deste município e da região, sendo ele o espaço pesquisado para a elaboração deste trabalho.

3 CENTRAL DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS DE PRESIDENTE PRUDENTE

Neste capítulo apresentaremos o histórico da implantação da Central de Penas e Medidas Alternativas no município de Presidente Prudente, com o intuito de abordar o trabalho realizado por esta Central frente à demanda infracional de menor potencial ofensivo presente no município.

No Estado de São Paulo existem 40 (quarenta) Centrais de Penas e Medidas Alternativas subdivididas pelas Regiões Administrativas do estado. Destacamos, entre essas regiões, a Região Oeste que abriga 08 (oito) Centrais, sendo elas nas cidades de: Assis, Birigui, Chavantes, Ipaussú, Tupã, Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente.

Segundo dados obtidos em consulta ao site Wikipédia (s.d., s.p.) o município de Presidente Prudente localizado no interior do Estado de São Paulo, na região Oeste e pertence à 10ª Região Administrativa do Estado. Até o ano de 2009 estimava-se um total de 207.725 habitantes no município, sendo este considerado município de grande porte¹³. No ano de 2006 implantou-se na cidade a Central de Penas e Medidas Alternativas.

¹³ Município classificado pela população: entre 100.001 a 900.000 habitantes. Segundo A PNAS (2004) – Política Nacional de Assistência Social.

Esclarecemos que a Central de Penas e Medidas Alternativas é um órgão do Estado pertencente à Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, que, por sua vez, está vinculada à Secretária da Administração Penitenciária. Após sua implantação no município a Central passou a realizar as atividades que anteriormente eram realizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com o Fórum local.

A primeira profissional a atuar nesse campo, estruturar todo o trabalho e articular a Rede Social para receber os condenados a cumprirem as Penas Restritivas de Direitos foi a Assistente Social Isaura Paris Cabanillas Tadioto, atual diretora do Centro de Penas da Região Oeste.

Segundo a SAP/DRSP (2007; p.3):

No Estado de São Paulo, a SAP – Secretária de Administração Penitenciária promove, desde 1997, um Programa Integrado de Prestação de Serviço à Comunidade, iniciativa pioneira de trabalho conjunto entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário. Esta iniciativa consolidou-se através da Vara de Execuções Criminais que, mediante a Portaria nº 08/97 da Corregedoria dos Presídios de São Paulo, tornou a SAP apta a administrar, acompanhar e fiscalizar as penas de Prestação de Serviço à Comunidade, por intermédio da Central de Penas e Medidas Alternativas.

Após a promulgação desta portaria, em 2002 foi divulgado o Decreto Lei 47.392/2002, que autorizou a SAP a realizar convênios com os Municípios para a implantação das Centrais de Penas e Medidas Alternativas.

Conforme aponta Pereira e Tadioto (2008, p. 6) em junho de 2006, através da portaria 05/2006, foi firmado convênio entre as Varas de Execuções Criminais do município de Presidente Prudente e a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania para legitimar a implantação e parceria da Central de Penas e Medidas Alternativas, tornando assim, esta apta para acompanhar, administrar e monitorar o cumprimento das Penas e Medidas Alternativas no referido município, em especial a pena e/ou medida de Prestação de Serviços à Comunidade (P.S.C), esta pena corresponde conforme previsto no Código Penal (1984):

Art. 46. A prestação de serviços à comunidade ou à entidades públicas é aplicável às condenações superiores a seis meses de privação da liberdade.

§ 1º A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas consiste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado.

§ 2º A prestação de serviço à comunidade dar-se-á em entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais.

§ 3º As tarefas a que se refere o § 1º serão atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, fixadas de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho.

§ 4º Se a pena substituída for superior a um ano, é facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (art. 55), nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada.

Posteriormente, em abril de 2007, a Central passou a acompanhar as Penas Pecuniárias (P.P), que se constituem conforme o artigo 45 § 1º do Código Penal (1984) no “pagamento em dinheiro à vítima, aos seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social”. O valor do pecúlio é determinado pelo juiz, em audiência, e poderá ser em espécie (dinheiro), através de depósito bancário, ou em gêneros (cestas básicas). Para atendimento desta pena a Central conta com 70 organizações sociais cadastradas, dentre elas organizações governamentais e não governamentais sem fins lucrativos, as quais receberão os pecúlios.

Em 2006 entrou em vigor a Lei nº 11.343/06 que aplica a Medida Educativa (M.E.) aos usuários de substâncias entorpecentes, conforme reza o artigo 28 da lei supracitada:

Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, sem autorização, ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I- Advertência sobre os efeitos das drogas;

II- Prestação de serviço à comunidade;

III- Medida Educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

§ 1º Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

Com este respaldo legal, em março de 2008, após ter firmado convênio com as Varas Criminais - conhecidas também como Juizados Especiais Criminais -, e através da portaria 01/2008, as referidas Varas passaram a encaminhar a Medida

Educativa para a Central de Penas e Medidas Alternativas acompanhar. A princípio a Central tinha como órgãos parceiros para encaminhar os beneficiários ao cumprimento da medida 10 (dez) locais que tratam da questão do uso de substâncias psicoativas na região, sendo eles: Oito Pastorais da Sobriedade distribuídas no município de Presidente Prudente, uma Pastoral no município de Emilianópolis e uma em Pirapózinho por conta das igrejas católicas em ambos os municípios e um grupo sócioeducativo desenvolvido pela Casa de Oração para Todos os Povos.

Para efetivar o trabalho de aplicação das Penas e Medidas Alternativas foi elaborado por Gisleine Aparecida da Silva Oliveira, ex-estagiária de Serviço Social desta Central, um projeto piloto nomeado por ela de: “Uma Medida para a Vida”, o qual foi implantado na Central, no início do ano de 2010, contemplando esse público e abrangendo outras necessidades que eles apresentavam, como por exemplo: a recusa dos mesmos em cumprir a pena em órgãos ligados à religião, ou ainda que as reuniões fossem em horários alternativos aos oferecidos pelas citadas instituições.

O trabalho da Central inicia-se após a decisão do juiz em audiência e tem como função acompanhar o que já foi determinado: prestar um serviço técnico, especializado, sem preconceito, sem julgamento, sem alterar o que já foi estabelecido. Trata-se de uma atuação de esclarecimento, de orientação, de acompanhamento fiel para além do cumprimento da pena, atuação com a finalidade de levar a resultados positivos do cumprimento das penas e/ou medidas na vida do beneficiário, uma vez que, uma das competências é a prevenção dos delitos, da criminalidade, para que este beneficiário não volte a reincidir nos atos delitivos.

Como dispõe o Manual de Penas e Medidas Alternativas (2007, p.5), a obrigação que o beneficiário assume com a justiça, é trabalhada pela Central de Penas de forma humana e educativa, para que o mesmo possa cumprir sua pena com responsabilidade e compromisso. Assim, as penas restritivas de direitos trazem um caráter transformador na forma de agir e pensar, não só de quem irá cumprir a pena, mas da sociedade que irá recebê-lo.

Desde o início da implantação da CPMA¹⁴ até junho de 2010 já foram cadastrados 2.327 pessoas, sendo 857 de P.S.C.¹⁵, 1078 P.P.¹⁶ e 392 de M.E¹⁷. Parte deles são pessoas dos municípios vizinhos, pertencentes à comarca do Fórum de Presidente Prudente, à qual a Central de Penas e Medidas Alternativas fornece suporte e monitoramento dos municípios de Álvares Machado, de Santo Expedito, de Anhumas, de Alfredo Marcondes e, em alguns casos, de Emilianópolis e de Pirapózinho.

Para a realização das atividades a Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente conta com uma equipe técnica interdisciplinar capacitada, habilitada para atender os sentenciados autores de pequenos delitos encaminhados pelo fórum. Essa equipe constituiu-se por: uma Assistente Social, dois Oficiais Administrativos, uma Estagiária de Direito, cinco Estagiárias de Serviço Social e um Estagiário do Ensino Médio. Todos interagem e exercem suas funções de forma articulada.

Das penas que a respectiva Central acompanha nos concentraremos apenas na Prestação de Serviço à Comunidade, pois esta será o alvo da nossa proposta de fortalecimento da Rede Social, que prevê que os beneficiários contemplados para cumprirem a referida pena deverão estar em contato direto com as organizações que compõem a Rede Social, que os acolherão para que se efetive o cumprimento da pena.

3.1 A Pena de Prestação de Serviço à Comunidade Monitorada pela Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente/SP

Este item tem por objetivo relatar as experiências vivenciadas por uma das integrantes do grupo no dia-a-dia, na dinâmica de trabalho da Central de Penas e Medidas Alternativas, experiências essas, verídicas.

¹⁴ Central de Penas e Medidas Alternativas

¹⁵ Prestação de Serviço à Comunidade

¹⁶ Pena Pecuniária

¹⁷ Medida Educativa

Começaremos esclarecendo que a pena em questão, como já foi citado, é um benefício deliberado pelo sistema de justiça que se efetivará nas organizações sociais e instituições que compõe a Rede Social de Presidente Prudente. Atualmente a Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente conta com 67¹⁸ organizações sociais cadastradas, entre elas organizações governamentais e não governamentais que, no total, disponibilizam aproximadamente 344 vagas para o cumprimento da referida pena.

Como esclarece o Manual de Orientação do Prestador de Serviço à Comunidade (s.d., p. 4), após o beneficiário passar pela audiência e ter sua pena deliberada é orientado a comparecer na Central para dar início ao cumprimento desta. A princípio o mesmo é acolhido pelas estagiárias de Serviço Social que o entrevistarão e farão o diagnóstico para identificar qual a entidade que melhor se adéqua ao seu perfil. Feito a identificação do perfil do beneficiário, estabelece-se contato por telefone com um dos responsáveis pela entidade escolhida para confirmar o encaminhamento. Este sendo confirmado, as estagiárias preencherão um documento (Ficha de Encaminhamento)¹⁹ que apresentará o beneficiário legalmente à entidade.

Logo após os procedimentos legais internos da Central, o beneficiário será orientado sobre as suas responsabilidades, sobre o compromisso necessário com o cumprimento da pena, como será feito o controle mensal das horas²⁰, como se apresentar na entidade, e se caso houver descumprimento sem justificativa o que este acarretará. Fica estabelecido ainda que quando ocorrer qualquer eventualidade que o impossibilite de prestar o serviço por mais de 3 (três) dias o beneficiário deverá entrar em contato, por telefone, com a Central de Penas e Medidas Alternativas e com a entidade para que possamos verificar as medidas e soluções cabíveis ao problema apresentado. Por exemplo, caso se trate de um problema de saúde, o beneficiário será orientado a pedir que um familiar compareça à Central, - se possível com laudo médico ou atestado de internação -, para que a respectiva Central possa informar a interrupção do cumprimento da pena ao juiz.

¹⁸ Quando a pesquisa foi realizada a Central contava com 70 instituições, atualmente conta com 67, pois 3 delas se desligaram.

¹⁹ Conforme anexo A no final do trabalho.

²⁰ Conforme anexo B no final do trabalho.

Fica também estabelecido que qualquer dúvida ou necessidade de maiores esclarecimentos quanto ao cumprimento da sua pena, estarão disponíveis orientações por parte da Central, podendo o mesmo comparecer ou entrar em contato por telefone, uma vez que a Central também passa a ser um órgão parceiro durante o cumprimento da pena.

Dos 857 beneficiários cadastrados em PSC desde o início do programa até junho de 2010, 503 já foram desligados por término da pena, por abandono, ou por outros motivos e 354 pessoas estavam em cumprimento de pena até junho de 2010.

De acordo com os números apresentados destacamos que existe um número de indivíduos que cumpriu ou estão cumprindo pena maior do que o número de vagas disponível. Esta é uma realidade presente que dificulta o trabalho da Central de Penas e Medidas Alternativas, principalmente quando se trata dos prestadores que, em razão do trabalho, só podem cumprir a pena nos finais de semana. Esse fato dificulta os encaminhamentos por parte da Central de Penas e Medidas Alternativas, pois a grande maioria das organizações sociais funciona de segunda à sexta feira, limitando-se assim, o número de vagas para a prestação de serviço à comunidade aos finais de semana e contrapondo-se ao que está estabelecido no artigo 149, § 1º, do Código Penal (1984):

§ 1º O trabalho terá duração de 8 (oito) horas semanais e será realizado aos sábados, domingos e feriados, ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a jornada de trabalho, nos horários estabelecidos pelo juiz (vide art. 46, § 3º do Código Penal, alterado pela Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998).

Esta realidade está sendo mais um desafio a ser enfrentado pela equipe técnica da CPMA de Presidente Prudente, em especial pela Assistente Social, pois esta é quem faz o trabalho de mobilização das organizações sociais no município para estabelecer uma possível parceria que permita que essas organizações recebam os beneficiários para o cumprimento da pena de PSC.

Além das dificuldades encontradas pela equipe técnica durante o acompanhamento do cumprimento da Pena de PSC existem inúmeras atividades que complementam o processo de trabalho da Central. Uma delas, por exemplo, é a relação da Central de Penas e Medidas Alternativas deste município com as

Organizações, que vai muito além do acompanhamento do cumprimento da pena, do contato semanal e/ou mensal estabelecido entre ambas para obter informações a respeito da frequência dos prestadores.

É uma relação profissional cujo objetivo é atuar na prevenção da criminalidade, e na não reincidência dos atos delitivos. Desta realidade, surgiu a intenção de propor um fortalecimento das organizações parceiras que compõem a chamada “Rede Social” para o cumprimento da pena, pois são estas que estarão mais próximas dos prestadores.

Além da relação entre a Central e as Organizações Sociais, existe a relação ‘Central e Judiciário’, através das Varas Criminais e das Varas de Execuções Criminais. Nesta relação, ambas encaminham para a Central, via ofício, as penas a serem acompanhadas e, semanalmente, as solicitações de informações a respeito dos sentenciados, no que tange ao comparecimento, ao início do cumprimento da pena e à continuidade da mesma.

O Assistente Social responsável pela Central de Penas e Medidas Alternativas fornecerá todo respaldo ao judiciário através de pareceres sociais e técnicos, via ofício, semanalmente, ou de acordo com a solicitação do juiz.

Ressaltamos que este é um campo novo para o Assistente Social, e sua atuação profissional nesse campo é de suma importância na medida em que suas atribuições, suas competências técnicas e operativas são utilizadas para intervir na realidade social, inclusive, na de natureza criminal. Este profissional intervirá eticamente na realidade apresentada pelos sentenciados e autores do fato com o intuito de provocar uma transformação social, tendo em vista que a ocorrência de delitos é produto de uma construção social, e principalmente estrutural, reflexo do modelo de sociedade em que vivemos: excludente, explorador e desigual.

Cabe ao Assistente Social, através de sua atuação fundamentada em seu compromisso ético, contribuir para a desconstrução da crença de que a ocorrência de delitos é culpa apenas do indivíduo que os comete como está posto pelo senso comum.

Portanto, é preciso que consideremos o que nos ensina Silva (2007, s.p.):

O Programa se propõe a ser não apenas um órgão de execução penal, mas uma política de inclusão social. Esta inclusão se dá não no ato de cumprimento da pena substitutiva, mas no momento em que o indivíduo apreende de fato sua cidadania, que significa pleno gozo de direitos civis e políticos do Estado.

Falar de inclusão social é falar de participação, de relação mútua entre indivíduos, de troca de informações, de respeito ao próximo. É muito mais do que ter seus direitos garantidos, mas serem reconhecidos como cidadãos pertencentes a uma sociedade justa, fazendo uso dos seus direitos e cumprindo seus deveres. É nesse espaço de possibilitar inclusão social que o profissional de Serviço Social desempenha uma função indispensável, principalmente no que se refere ao cumprimento de pena com cidadania e consciência crítica.

Nos próximos capítulos apresentaremos a direção social desta profissão e a atuação deste profissional trazendo um diferencial, enquanto ação profissional propositiva neste novo campo de atuação: Central de Penas e Medidas Alternativas.

4 SERVIÇO SOCIAL PROFISSÃO INTERVENTIVA

Este capítulo destina-se a apresentar o Serviço Social, sendo de fundamental importância abordar o significado profissional desta, mesmo que de

forma sucinta, caracterizando-o enquanto profissão interventiva, para que assim possamos melhor situar a sua atuação neste campo de pesquisa, a Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente. É oportuno lembrar que o Serviço Social nesse campo de atuação tem como objeto de intervenção a ruptura e a prevenção dos atos delitivos, através do acompanhamento sistemático e especializado dos prestadores de Penas Alternativas.

4.1 Direção Social do Serviço Social

Falar da direção social do Serviço Social e da sua natureza nos remete a dizer que esta profissão atua tendo em vista as transformações sociais nas inúmeras realidades que se apresentam em seu cotidiano profissional, realidades essas que são fruto da sociedade capitalista em que vivemos desigual e excludente.

Pode-se assim destacar que o Serviço Social é uma profissão extremamente importante nesta sociedade e atua nas mais diversas expressões da questão social²¹, ou seja, o Serviço Social tem uma razão de existir. No que tange à importância desta profissão, ela:

[...] tem um papel a cumprir dentro da ordem social e econômica – como uma engrenagem da divisão societária do trabalho -, na prestação de serviços: ao assistente social lhe é demandado (e para isso foi criada a profissão) participar na reprodução tanto da força de trabalho, das relações sociais, quanto da ideologia dominante. (MONTAÑO, p. 31, 2009).

Para abordar o Serviço Social na contemporaneidade é importante compreender o seu objeto de intervenção, ou seja, as demandas que estão postas aos profissionais de Serviço Social diante da conjuntura socioeconômica e política

²¹ Segundo Iamamoto (2001, p. 27): “[...], o Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

na qual estamos inseridos. Assim as formas de intervenção desses profissionais nas necessidades dos sujeitos com os quais atuam, visam sempre um agir de forma crítica a fim de construir respostas profissionais sustentáveis que promovam transformação social nas realidades com as quais atuam.

A compreensão das expressões da questão social, objeto de intervenção profissional vai muito além das demandas postas na imediatez. O seu entendimento e enfrentamento diante do que está posto pelo Código de Ética Profissional ocorre através de aproximações sucessivas desta realidade, a fim de desvelar suas particularidades. Esta compreensão só pode ser efetivada quando o profissional articula as determinações sócio históricas experimentadas pelos sujeitos nas relações sociais que vivenciam.

Somente através de uma leitura crítica da realidade fundamentada nos princípios que norteiam o Projeto Ético-Político é que o profissional irá fundamentar suas ações, seja no âmbito público ou no privado, com respostas sustentáveis para além da demanda institucional, trazendo também melhores condições de vida aos sujeitos.

Vemos assim que o Serviço Social é uma profissão que têm:

[...] compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2009, p.18).

Ao discutirmos o Serviço Social enquanto profissão que vem cada vez mais conquistando e legitimando seu espaço dentro da sociedade, torna-se importante destacar a luta da categoria profissional pela construção de um projeto profissional amplamente discutido e elaborado ao longo de anos e marcado pela recusa e pela crítica ao conservadorismo

De acordo com Aguerre (2008, p. 35)

É a partir dos anos 1990 que o projeto profissional ganha hegemonia na profissão não sendo, entretanto, definitivo, sujeito que é à mudança e complementações. As tendências conservadoras ainda existem na profissão, mas o projeto profissional contribui com um novo

redimensionamento em busca de uma profissão mais crítica e interventiva. Sua hegemonia se firmou uma vez que o projeto está sendo discutido em amplos espaços propostos na profissão e por se vincular a um projeto societário.

Essas conquistas se deram através das diferentes revisões da legislação profissional, das alterações ocorridas no ensino universitário, com um amplo debate em torno das políticas sociais públicas, de uma melhor compreensão do que seja o Estado capitalista, dos movimentos sociais, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia e de outras ações.

É oportuno ressaltar que um projeto profissional não se constrói e não se materializa de forma abstrata, mas resulta da organização da categoria profissional. Segundo Netto (1999, p. 95):

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Vemos assim que um projeto de profissão envolve um conjunto de componentes que necessita se articular como saberes, práticas e valores. E cabe destacar que:

Ao nos referirmos ao Projeto Profissional do Serviço Social compreendemos que este não se apresenta em um documento único, mas esta materializado na Lei que Regulamenta a Profissão, nas Diretrizes Curriculares e no Código de Ética. (AGUERRA, 2008, p. 35).

O Código de Ética indica um caminho ético-político com um horizonte para o exercício profissional, onde o principal objetivo é que os princípios éticos sejam concretizados socialmente. Conforme Código de Ética (2005, p. 38), os princípios éticos são:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas a garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito a diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existente e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração e classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Um dos princípios éticos fundamentais é o respeito à liberdade como a liberdade de acesso, de ir e vir para todos, muitas vezes impedida e tolhida, sendo que muitos encontram dificuldade de acesso aos bens básicos para a sua subsistência. Assim se tem uma “falsa” liberdade uma vez que, muitas vezes, não são oferecidas condições para que as pessoas possam atingí-la. Sendo assim o profissional do Serviço Social tem como um dos princípios éticos da sua atuação o compromisso e a luta pela emancipação, pela autonomia e pelo desenvolvimento dos sujeitos sociais.

Assumir a defesa intransigente dos direitos humanos, a recusa do arbítrio e do preconceito são formas democráticas do Assistente Social reforçar o seu trabalho e assegurar o seu compromisso com a cidadania, ampliando a efetivação dos direitos sociais, políticos e civis de todos os cidadãos. Assim o profissional de Serviço Social ao buscar a defesa e aprofundamento da democracia estará contribuindo para a criação de uma sociedade com mais participação social, mais autonomia, alto desenvolvimento e elevação dos níveis de liberdade do sujeito.

Intimamente relacionada aos princípios democráticos, encontra-se a dimensão política, como a socialização da riqueza produzida que envolve também o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, - seja de gênero, etnia, idade, religião, opção sexual, condição de classe - que são hoje agravantes da desigualdade em nossa sociedade. A dimensão política também se posiciona em favor da equidade e da justiça social com a universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, assim como com a ampliação e concretização da cidadania, como está sustentado na Legislação Brasileira de Serviço Social (2006). O pluralismo também é incorporado à profissão como uma forma de conviver com outras formas de pensar e agir.

Quanto maior o aprimoramento intelectual, mais apto o profissional estará para defender suas idéias, convicções e diversidade de pensamento. No entanto, é necessário que seja um profissional informado, crítico e propositivo que busque atender às necessidades dos sujeitos, formular e recriar propostas no campo das políticas sociais. Segundo Iamamoto (2001, p. 144):

Busca-se ampliar as bases de legitimidade do trabalho profissional junto à população usuária dos serviços prestados, para além dos segmentos patronais, o que requer um amplo e cuidadoso conhecimento do modo de vida e da cultura dos segmentos sociais com os quais se trabalha e uma orgânica articulação com as entidades que os representam coletivamente na cena social.

O importante é que o profissional busque a qualidade dos serviços prestados e atuação no seu acesso, o que supõe informação quanto aos direitos sociais e os meios de sua viabilização pelas instituições e organizações públicas e privadas. Esse projeto implica o compromisso do profissional com a atualização, com a pesquisa constante, um profissional que invista em sua formação intelectual e cultural a fim de poder extrair respostas para o seu trabalho.

Assim, independente do local que o profissional de Serviço Social estiver atuando, este deverá ter um perfil propositivo, criativo, comprometido com o social, desprovido de preconceitos. E vale salientar que o profissional que tem internalizado os princípios alocados no código de ética terá sempre uma conduta ética, uma conduta de respeito com seus usuários e sua realidade, sua história as

suas peculiaridades. Será sempre um profissional que respeitará normas, valores, princípios fundamentais e a defesa intransigente dos direitos humanos.

Consideramos aqui que, ao Assistente Social portador de todo um aparato de conhecimentos sobre os problemas sociais assim como de mecanismos de intervenção social e apoiado em um código de Ética reconhecido legalmente, cabe jamais deixar de atender as necessidades das pessoas na sua totalidade, e buscar pelos direitos sociais da população, assim como oferecer meios para que estes tenham maior autonomia para fazer valer seus direitos de cidadão e a democracia, sem sofrer qualquer tipo de exploração, exclusão ou desrespeito.

Desse modo, os princípios que fundam o projeto profissional do Serviço Social têm como função orientar os assistentes sociais, dando uma direção social na busca da construção de uma nova ordem social.

No próximo item discutiremos a atuação deste importante profissional no âmbito da Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente, destacando as transformações alcançadas pela atuação deste profissional na realidade social vivenciada pelos prestadores.

4.2 A Importante e Qualificada Atuação Profissional do Assistente Social na Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente

Este item tem por objetivo estabelecer relação entre o conteúdo teórico metodológico, numa perspectiva da direção social e crítica da profissão de Assistente Social apresentada no capítulo anterior, com a dinâmica de seu trabalho na Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente, campo ainda bastante recente para esse profissional.

Pensar a importância da atuação do Assistente Social inserido no campo da política criminal, de natureza jurídica, com atividades psicossociais, requer trazer para esta reflexão a essência, a natureza de ser, a razão de existir desse profissional e dessa profissão. Importa destacar que o Serviço Social é uma profissão de natureza interventiva que direciona o assistente social não só a

desvelar e desmistificar a realidade social que envolve os sujeitos de atuação, mas também a garantir-lhes e viabilizar-lhes seus direitos sociais.

Na Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente esses sujeitos se apresentam sob as mais variadas formas, com os mais variados perfis e trazem, além da demanda inicial, - o cumprimento da pena à qual foi condenado -, demandas ocultas, complexas, que envolvem seu contexto, seu histórico de vida. Há que se considerar que essas demandas são das mais variadas naturezas: sociais, econômicas, psicológicas, psiquiátricas, dentre outras. Essa variedade de demandas por si só já requer do profissional Assistente Social competência teórica, metodológica, ética e política para identificá-las e atendê-las em suas várias dimensões a fim de que este sujeito seja contemplado com um atendimento integral de suas necessidades.

Além disso, conforme ressalta Silva (2007, s.p.):

Uma sociedade é tão menos violenta, quanto mais cidadã ela se torna. E, para isso, necessário se faz: 1) garantir efetivamente que a população tenha acesso aos seus direitos universais, sociais e indisponíveis; 2) desenvolver políticas públicas específicas para públicos ou localidades onde a violência esteja mais propensa ou disseminada, através de estudos focalizados nas necessidades e mecanismos de controle e superação dos problemas de criminalidade naquele universo.

Num contexto de primazia da garantia dos direitos do homem, para que possamos melhor visualizar a complexidade das respostas profissionais neste campo de atuação, iremos exemplificar algumas situações que ocorreram na Central de Penas e que evidenciam a importância da intervenção profissional do Assistente Social. É importante reafirmar que essas ocorrências são verídicas, que receberam respostas sustentáveis na medida em que este profissional dotado de competência técnica-metodológica foi capaz de realizar, articular, mediar serviços, projetos e políticas para atender os sujeitos, condenados a cumprir penas, em sua integralidade.

Além de utilizar toda competência técnica direcionada pela categoria da “mediação”²² categoria esta que direciona a profissão e possibilita desvelar as

²²A categoria de mediação tanto possui a dimensão ontológica quanto reflexiva. É ontológica porque está presente em qualquer realidade independente do conhecimento do sujeito; é reflexiva porque a razão, para ultrapassar o plano da imediatez (aparência) em busca da essência, necessita

demandas sócio-profissionais de natureza sócio histórica, para provocar uma transformação social.

Das inúmeras experiências vivenciadas destacamos três:

Situação 1: Sujeito do sexo feminino, 34 anos, condenado a prestar 02 (dois) anos, 04 (quatro) meses e 24 (vinte e quatro) dias de Serviço à Comunidade por ter furtado (Art. 155-CP) um short em uma loja do centro da cidade.

Compareceu à Central em atendimento, de ordem do judiciário, para iniciar o cumprimento da pena, foi acolhido pelo Assistente Social e sua estagiária, que o cadastraram, entrevistaram, e utilizando suas competências técnicas iniciaram um estudo social, na medida em que perceberam - durante a entrevista - que este sujeito necessitava de uma atenção especial. O sujeito em pauta estava inserido em um contexto socioeconômico extremamente vulnerável, de risco social, por ser morador de rua, estar vivenciando prostituição, uso de entorpecentes e ter seus vínculos familiares rompidos.

A princípio por estar vivenciando todas essas complexas situações, o Assistente Social fez contato com a rede socioassistencial, no Centro de Migrante e População de Rua para verificar a possibilidade de acolhê-lo provisoriamente enquanto não localizava seus familiares.

Com as informações passadas pelo sujeito durante a entrevista, referente à cidade X, cidade de origem de seus familiares e conforme o desejo e vontade do mesmo, o Assistente Social iniciou o processo de localização dos seus familiares. Foi conseguido através de uma ligação para a prefeitura da cidade X, contato com uma Assistente Social que passou todos os dados dos familiares deste sujeito. Assim, foram feitos dois procedimentos: o primeiro foi uma correspondência relatando e esclarecendo as condições em que o sujeito se encontrava e o segundo foi através do contato por telefone com a Assistente Social da cidade X, solicitando que os familiares entrassem em contato, em caráter urgente, com a Central de Penas para maiores esclarecimentos.

Após estes procedimentos e por não ter obtido retorno através da correspondência encaminhada, foi realizada uma ligação direta com o telefone indicado pela assistente social da cidade X, que possibilitou o contato com uma irmã do sujeito, que afirmou desconhecer a situação em que o mesmo se encontrava. Assim, em esclarecimentos a mãe do sujeito verbalizou durante a ligação que vivenciavam difícil condição econômica, moravam na área rural da cidade X, porém, poderíamos encaminhá-lo de volta que o acolheriam com muito carinho, e que em situação de rua ele não iria mais ficar.

A Assistente Social da Central fez novamente uma articulação profissional com a Casa de Migrante e População de Rua a fim de dar uma resposta a esta nova necessidade: encaminhar o sujeito a sua cidade de origem para o restabelecimento dos seus vínculos familiares.

Firmada a viabilidade de encaminhá-lo a sua cidade e assim contemplar uma necessidade, uma demanda que o mesmo trazia paralelamente à demanda de competência da Central, a Assistente Social da Central deu início aos procedimentos técnicos legais. Esclarecida situação social do sujeito ao juiz da Vara em que corria o seu processo foi feita uma solicitação de autorização da mudança de comarca do seu processo para a cidade X, considerando-se que o mesmo poderia cumprir sua pena mais próximo de sua família e romper com a situação de risco que estava vivenciando.

Confirmada a autorização do juiz para a mudança de comarca, podemos evidenciar, no caso descrito, uma resposta dotada de competência profissional do Assistente Social para contemplar as necessidades apresentadas pelo sujeito, para além do cumprimento da pena, proporcionando uma alteração na sua realidade social e acima de tudo reconhecendo-o como sujeito de direitos.

Situação 2: Sujeito, sexo masculino, 59 anos, condenado a cumprir 06 (seis) meses de Prestação de Serviço à Comunidade por manter em cativeiro (Art. 29, par 1º. III da Lei n. 9605/98), em sua residência, espécie de fauna silvestre nativa, sem a devida permissão/autorização.

Comparecendo na Central a mando do judiciário para iniciar o cumprimento da pena, foi acolhido pela Assistente Social e sua estagiária, que o

cadastraram, entrevistaram e pautadas em suas competências técnicas perceberam que o mesmo necessitava de uma atenção especial por ter apresentado durante a entrevista um déficit de entendimento que dificultava a sua compreensão quanto da pena que deveria cumprir, além das competências a ser desenvolvidas durante o cumprimento da mesma, no que tange ao compromisso, à pontualidade, à frequência normalizada de 32:00 horas mês, sendo 8:00 horas semanais.

O sujeito já fora encaminhado para uma entidade mais próxima de sua casa a fim de iniciar o cumprimento da pena, porém não correspondeu às competências para as quais fora destinado, exigindo da entidade o pagamento pelas atividades prestadas. Essa incompreensão se devia ao déficit de entendimento que o impossibilitava de entender que estava cumprindo uma pena e esta se realizava gratuitamente e não se referia a um trabalho com vínculo empregatício.

Assim, a entidade informou a Central acerca de todas as dificuldades vivenciadas pelo prestador e se prontificou a contribuir para um maior acompanhamento do mesmo, se necessário. No entanto, a assistente social da Central ao utilizar suas competências éticas - políticas, técnicas e operativas iniciou um processo de desvelamento da realidade social vivenciada pelo referido beneficiário, através de sucessivas aproximações, ou seja, uma relação mais próxima com o seu contexto social/familiar e com a realidade apresentada durante o cumprimento da pena na entidade.

Cabe ressaltar que ao realizar o estudo social e visitas domiciliares o profissional pode compreender que o mesmo vivenciava em seu contexto familiar situações de vulnerabilidade e risco social, além da questão psiquiátrica. Verificou-se que sua família era composta pelo beneficiário em questão, com necessidades especiais por ter déficit de entendimento, pedreiro, desempregado; sua esposa também com déficit de entendimento, porém um pouco mais esclarecida, faxineira, desempregada; um filho com deficiência mental que adquirira após um acidente de carro; uma neta, de 5 anos de idade, que ficou aos cuidados dos avós por conta do pai ser deficiente mental e um filho que sustentava a casa, porém, já estava por deixá-la para se casar.

Diante da situação exposta, o profissional pode compreender que por trás da demanda inicial, - o cumprimento da pena -, o beneficiário trazia ocultas outras demandas que evidenciavam a situação de vulnerabilidade que o mesmo

estava envolvido: pobreza, desemprego, desproteção por parte das políticas públicas para o filho deficiente que nunca recebera ou tivera conhecimento do BPC²³, e da Proteção Social Básica desenvolvida nos CRASs – Centros de Referência da Assistência Social: a criança que estava fora de projeto de complementação escolar e a família que estava com os seus direitos mínimos violados, principalmente no que tange a alimentação.

Diante todas as necessidades evidenciadas a Assistente Social da Central iniciou o processo de enfrentamento dessas demandas com o intuito de dar respostas profissionais sustentáveis que provocassem transformações na realidade sócio-econômica e familiar, em consonância e para além do cumprimento da pena. Assim, primeiramente foi feito um novo contato com a entidade a que o mesmo havia sido encaminhado a princípio, para colocar a necessidade de um cumprimento de pena diferenciado, cujo beneficiário necessitava de uma atenção maior da entidade e um acompanhamento da psicóloga, devido apresentar problemas psiquiátricos.

Uma outra estratégia foi traçada pela Assistente Social da Central e pela entidade para que o beneficiário conseguisse cumprir a pena: sua esposa o acompanharia nas primeiras semanas durante o cumprimento da pena até que o mesmo acostumassem e passasse a entender a sua condenação. Cabe ressaltar, que a entidade, durante todo o período de cumprimento da pena desempenhou um papel fundamental, na medida em que olhou esse beneficiário como sujeito de direitos, porém com algumas limitações que precisavam ser cuidadas. Além de ter fornecido acompanhamento psicológico ao beneficiário, a entidade incluiu em seu projeto de complementação escolar, a neta do mesmo.

Dando continuidade ao processo de enfrentamento das demandas apresentadas pelo beneficiário, a Assistente Social da Central articulou a rede de

²³Conforme a Lei Orgânica de Assistência Social, em seu artigo 20: “O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovarem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família”. (Nota: O Art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, reduz a idade do beneficiário idoso para 65 anos (sessenta e cinco) anos a contar de 90 dias a partir da data da publicação da referida Lei no Diário Oficial da União, em 3/10/2003.)

[...]

§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

serviços socioassistencial do bairro, para contemplar as outras demandas presentes no seu contexto familiar, sendo: o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social para verificar o acesso aos direitos sociais que atendessem às necessidades, de acordo com o perfil familiar do prestador da pena, principalmente no que se refere ao BPC- Benefício de Prestação Continuada a ser concedido ao filho portador de deficiência mental e o Centro Social de uma igreja localizada no bairro que se prontificou a atender, provisoriamente, à carência nutricional da família, com o fornecimento de cestas básicas pelo período de seis meses.

Através do que acabamos de descrever podemos visualizar a complexidade de algumas situações e as inúmeras respostas profissionais que a Assistente Social da Central e da rede de serviços, no que se refere ao acompanhamento do cumprimento integral da pena. É necessário que se diga que o mesmo conseguiu cumprir corretamente o tempo de condenação determinado judicialmente, um dado a ser ressaltado, pois foi um caso em que a pena foi cumprida sem incorrer em abandono de seu cumprimento. Além disso, vale destacar as respostas dadas às suas outras necessidades que foram desveladas,- de caráter social, econômico, psiquiátrico -, que contemplam respostas para além do cumprimento da pena, para a garantia de direitos sociais e cidadania, que propiciaram mudanças na realidade do beneficiário.

Situação 3: Sujeito, sexo feminino, 29 anos, condenado a cumprir 01 (um) ano e 06 (seis) meses de Prestação de Serviço à Comunidade por formação de quadrilha (Art. 288 –CP), bando.

Após audiência no fórum local, compareceu na Central a mando do judiciário para iniciar o cumprimento da pena. Foi acolhido pela estagiária de serviço social, que ao realizar o cadastro e entrevista, identificou uma entidade social que mais se adequava ao seu perfil e que seria de melhor localização e melhor acesso para o cumprimento da pena, uma vez que o mesmo vivenciava situações econômicas vulneráveis por estar desempregado.

Nos primeiros três meses do cumprimento da pena apresentou um bom desempenho e compromisso com a mesma, na medida em que cumpria regularmente as 32:00 horas/mês. Porém, problemas surgiram na sua vida e passaram a influenciar o cumprimento da pena, o que a impossibilitou de continuar regularmente com o cumprimento.

A princípio a Central foi comunicada pela entidade que a beneficiária estava recebendo “visitas suspeitas” durante o cumprimento da pena. Logo em seguida a beneficiária compareceu à Central e relatou todo o drama que estava vivendo, e quais os motivos que estavam interferindo no cumprimento da pena.

Acolhida pela Assistente Social e sua estagiária, a mesma relatou que estava sendo ameaçada de morte por seu ex- namorado, que a seguiu e entrou na entidade para ameaçá-la. Diante desta realidade de risco social vivenciada pela beneficiária em tela, a estagiária de Serviço Social fez contato com a Delegacia da Mulher para obter as informações necessárias sobre como agir nessa situação. Orientada, a Assistente Social fez um encaminhamento da beneficiária para a Delegacia da Mulher e deu todas as orientações para que a mesma fizesse um boletim de ocorrência. Além disso, a beneficiária foi encaminhada para outra entidade a fim de que continuasse o cumprimento da pena.

Porém, a beneficiária relata que: durante esse percurso novamente o seu ex-namorado a seguiu e invadiu o órgão público para o qual ela havia sido reencaminhada, dando o prazo de uma hora para ela sair com ele e caso ela não saísse era para se considerar morta. A mesma avisou o responsável do órgão que precisava ir embora, e despistando o ameaçador foi para a sua casa se esconder e proteger seus filhos. Passadas duas horas, o referido invadiu sua casa e além de ameaçá-la, a agrediu. Para se defender a mesma pegou uma “faca” e o referido foi embora, mas avisou que voltaria.

Retornando à Central juntamente com sua mãe, ambas estavam em desespero, relatando toda a situação. Foram acolhidas novamente pela Assistente Social e sua estagiária que acionaram um órgão específico e competente nestas questões de agressão e ameaça, o CRAM – Centro de Referência à Mulher Vítima de Violência, para dar atenção específica ao caso, enquanto a Central tomaria as providências no que se refere a cientização do caso ao juiz, e se possível a solicitação de suspensão temporária do cumprimento da pena por medida de segurança.

Após fazer todos esses encaminhamentos a Assistente Social e sua estagiária, uma das integrantes do grupo da presente pesquisa, fez a contra-referência para acompanhar as respostas que estavam sendo dadas ao caso por parte do CRAM e da Delegacia da Mulher. Obtendo informações de que mais um

boletim de ocorrência fora feito e que a beneficiária estava sendo acompanhada pela equipe interdisciplinar do CRAM, com psicóloga, advogada e Assistente Social.

Por fim, após decisão judicial, tendo o juiz alegado não ter respaldo legal para interromper a pena por motivo de segurança, a medida que poderíamos utilizar era de novamente reencaminhá-la para uma entidade segura. Diante da decisão judicial, a Assistente Social da Central solicitou a presença da beneficiária na Central e fez inúmeras orientações de segurança e combinou com a mesma que continuaria sendo acompanhada pelo CRAM e iria prestar o serviço na própria Central, uma vez que esta é um órgão público e poderia ser um local seguro de prestação de serviço.

Quanto a esta situação exposta cabe ressaltar que a beneficiária deu continuidade ao cumprimento da pena, e está sendo acompanhada pela Central e pelo CRAM. Evidencia-se que o compromisso e a competência técnica do profissional são fundamentais para a transformação de uma realidade, pois diante dos fatos, duas ações podem ser adotadas: agir no imediato, somente na demanda que está posta (cumprimento da pena), ou agir no âmbito das demandas sócio profissional (necessidades reais do sujeito). Nesta segunda possibilidade de ação destaca-se o espaço das potencialidades, o meio para as transformações e para um fiel cumprimento de pena com respeito pelos direitos humanos.

Direitos garantidos e assegurados refletem no impacto que esse processo de cumprimento de pena em liberdade acarretará na vida do beneficiário, uma vez que este poderá cumprir seus deveres e além de tudo ter um atendimento integral de suas necessidades e vivências, para além do cumprimento da pena. Assim sendo ele será visto como de fato é: um ser total e não singular, envolvido em um contexto social que precisa ser foco de atenção por parte da intervenção técnica dos sujeitos que acompanham o cumprimento da pena, sejam eles assistentes sociais, entidades sociais, órgãos públicos e o próprio sistema de justiça.

Cabe ressaltar que a atuação da Assistente Social da Central de Penas teve por direção provocar uma transformação na realidade vivenciada por cada beneficiário. Como pudemos observar, em cada situação citada, o profissional - e sua equipe técnica - foram muito além da mera fiscalização e monitoramento da pena, atuando na direção da mudança de uma dada realidade para a partir dessa mudança provocar um resultado mais amplo que o simples cumprimento da pena.

Como esclarece Pontes (2000, p. 43):

[...] Este enfrentamento exige uma equipagem teórico-metodológica à altura de sua complexidade. É nesse ponto que a categoria de mediação aporta uma enorme contribuição ao desvendamento dos fenômenos reais e à intervenção do assistente social, a qual demonstraremos na sequência. Defende-se que uma das chaves para que o profissional desenvolva sua intervenção com êxito – sempre tomando como referência o projeto ético-político crítico da profissão – (Módulo 01, item 1.2.2) é a (re)construção ontológica de seu objeto de intervenção profissional. Para isso partir-se-á da tríade singularidade – universalidade – particularidade, buscando entender o espaço de intervenção do assistente social como um campo de mediações que se estrutura sobre determinações histórico-sociais constitutivas dos complexos sociais. Para fins didáticos, a partir deste ponto, será utilizado um quadro-síntese definindo alguns pressupostos como apoio à demonstração do processo de reconstrução de mediações na intervenção profissional.

Conforme informa Pontes na citação acima, este quadro-síntese²⁴ mostra o processo intelectual realizado pela categoria “mediação” diante uma dada realidade social de intervenção do assistente social.

Considerando-se os relatos feitos: intervir na realidade, compreendê-la criticamente, superar o imediatismo, estabelecer vínculos com as entidades e órgãos parceiros, articular serviços e políticas são possibilidades que o profissional de Serviço Social desenvolve na Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente.

Diante essas possibilidades existem alguns limites e dificuldades na atuação do profissional, no que se refere ao encaminhamento às entidades e órgãos públicos que compõem a “Rede Social”, para o cumprimento da pena, uma vez que estas instituições também vivenciam dilemas em relação à criminalidade, à violência, como sentimento de insegurança, medo e até muitas vezes preconceito e culpabilização do indivíduo que deve cumprir a pena.

O grande desafio com que se defronta o Assistente Social na Central de Penas e Medidas Alternativas, está no direcionamento das suas ações para um trabalho de mobilização com a “Rede Social”, no sentido de prepará-la para o cumprimento da pena e para refletirem acerca da importante oportunidade que a PSC traz como instrumento de prevenção dos delitos. Nesta perspectiva, apresentaremos no próximo capítulo a importância do fortalecimento da rede social

²⁴ Conforme anexo C no final do trabalho.

para o cumprimento da pena, bem como os indicadores sociais que darão respaldo para a criação desta proposta.

5 CONCEITUANDO REDE

Antes de formularmos a proposta de fortalecimento da Rede Social precisamos conhecer o que é Rede Social e qual o seu papel na execução das penas. Atualmente muito se tem discutido sobre o trabalho em rede, mas as questões que se colocam são: a) o que de fato é Rede? b) quando existe um trabalho em rede?

Segundo Dias (2010, s. p.) REDE é um:

Sistema capaz de reunir e organizar pessoas e instituições de forma igualitária e democrática, a fim de construir novos compromissos em torno de interesses comuns e de fortalecer os atores sociais na defesa de suas causas, na implementação de seus projetos e na promoção de suas comunidades.

Nesse sentido, embora o termo rede seja muito utilizado especialmente pelos meios de comunicação como a internet, o trabalho em rede ao qual estamos nos referindo vai muito além. Trata-se de um trabalho formado por um conjunto de instituições ou pessoas independentes umas das outras, mas que se integram diante um objetivo em comum sob a condição de horizontalidade, ou seja, sem hierarquias e com a participação e comunicação de todos os integrantes, cada um contribuindo com suas possibilidades e potencialidades em torno de um mesmo objetivo.

Compreendendo a importância do trabalho em rede para a obtenção de resultados, observa-se, entretanto, que este ainda é muito recente e que as instituições, - sejam governamentais, não governamentais e a própria sociedade -, vêm realizando importantes experiências de concretização da mesma. Entretanto, diante dos princípios básicos para o trabalho em rede como relações igualitárias, transparência, democracia, participação, objetivos em comum ainda se encontram dificuldades para sua efetivação. Esse fato reflete-se na Central de Penas e Medidas Alternativas na qual os resultados transformadores seriam alcançados proporcionalmente a uma maior articulação entre as entidades que oferecem vagas aos prestadores.

A Central de Penas de Presidente Prudente e outras Centrais localizadas na região Oeste, que acompanham e encaminham prestadores ao cumprimento da pena e/ou medida, se reúnem a cada dois meses regionalmente para tratarem de assuntos pertinentes de um modo geral, discutirem dúvidas, receberem orientações e troca de experiências. Assim, consideramos esse espaço como uma possibilidade para buscar novas proposituras frente às reais necessidades dos prestadores, bem como para fortalecer o trabalho da Central e das próprias instituições que compõem a Rede Social. Essa forma de relacionamento nos permite compor uma Rede fortalecida para discutir e enfrentar

as dificuldades vivenciadas durante a operacionalização da pena alternativa de PSC, principalmente no que se refere à vagas e à aceitação dos prestadores.

Segundo Castells (1999, p. 498):

Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho).

Sabemos que o trabalho em rede é complexo e que na prática vem se demonstrando lento, porém é uma tarefa árdua na qual os limites colocados podem desestimular sejam os Assistentes Sociais sejam outros profissionais. Porém, as perspectivas de transformações sociais e o comprometimento com o objetivo comum (diminuição dos atos delitivos) devem se constituir em força tarefa para a construção e manutenção da rede.

Segundo Kern (2003, p. 66):

A visão de mundo significa que o Serviço Social tenha presente a dimensão das redes de instituições sociais voltadas para a sociedade de forma mais ampla, num sentido de entendê-la a partir de suas estruturas vivas e não como um sistema fechado. O Serviço Social compreende as estruturas vivas desta rede como um espaço de liberdade para a construção de uma ação em conjunto.

Ao abordar o trabalho em rede é importante destacar que suas características principais vêm ao encontro dos princípios estabelecidos no Código de Ética Profissional, na busca pela garantia de direitos, na participação democrática, na busca por uma sociedade mais justa e igualitária, na busca de resultados socialmente efetivos. Destacar o papel do Assistente Social na central é nortear a mobilização deste profissional para a implementação da rede ou, quando esta não existir, buscar sua articulação ou o seu fortalecimento.

5.1 Por que e como Pensar uma Proposta de Fortalecimento da Rede Social para o Cumprimento da Pena?

Pensar uma proposta de fortalecimento da rede social, nos remete o olhar para a realidade e para os entraves presentes no cotidiano de trabalho dos profissionais da Central para a efetivação do cumprimento de pena em liberdade, como já fora mencionados no decorrer do trabalho.

Cumprimento este que foi criado pelo sistema de justiça em moldes democráticos e “lançado” em uma sociedade individualista, culpabilizadora, na qual, quem errou muitas vezes não tem o direito de se redimir e traçar um novo caminho para sua vida. Esse grande desafio nos leva a propor as seguintes questões: Será que esta sociedade está preparada para conviver com cumpridores de pena em liberdade? Será que estas penas têm, de fato, atingido os resultados previstos?

Diante essas indagações e das vivências compartilhadas na Central de Penas propomos um fortalecimento na base, ou seja, daqueles que têm a função de acolhimento, de proporcionar de fato inclusão social junto à comunidade: os moradores do bairro onde ficam localizadas as instituições. Acreditamos que são essas as pessoas que de fato os acompanharão durante todo o tempo da condenação, e precisam estar preparadas como “Rede Social” que luta pelo mesmo objetivo: contribuir para a prevenção da criminalidade.

Perante a dificuldade do trabalho em rede um dos limites enfrentados atualmente pela Central está relacionado ao número reduzido de Instituições que se dispõem a receber os prestadores de serviço, limitando assim o número de vagas. As restrições que as Instituições têm ao se tratar de delitos como furto, uso de drogas e outros, estão na origem das dificuldades encontradas pelos profissionais que atendem aos prestadores para a realização dos encaminhamentos para o cumprimento da pena.

Desta forma diante dos limites colocados a práxis profissional, estes poderiam ser superados através de um trabalho em rede, com a cooperação de cada um, pois para um trabalho em rede ocorrer de fato este deve ser compreendido como “nós” que se integram, produzindo um único tecido. Essa integração pode se

dar, por exemplo, entre a Central e as instituições que compõem a rede social para o cumprimento da pena: os fios que compõem a rede seriam a articulação entre elas, fortalecidos pelos nós que lhes trariam efetividade. Enfatiza-se que essa articulação não deve ser estática, mas dinamizada e dinamizadora, em constante movimento através de discussões, informações, busca por novas proposições diante da realidade e das necessidades destes sujeitos que também não são estáticas e sim constantemente influenciadas por fatores políticos, econômicos e sociais.

Como salienta Fernandes (s.d., s.p.):

Dessa forma, as redes apresentam-se como uma solução viável e desejável aos cidadãos ativos e conscientes das necessidades de transformações do mundo. As redes possibilitam a articulação dos movimentos culturais e informacionais capazes de propor alternativas para a humanidade, fundamentadas em valores democráticos, opiniões e autopercepções dos indivíduos envolvidos.

Diante do conhecimento da importância que a rede pode representar para a construção de mudanças na vida desses sujeitos através da inclusão, participação e emancipação, devemos buscar sua concretização e para que isso ocorra é importante um trabalho de investigação. Esse trabalho foi elaborado através da pesquisa de campo nas entidades que oferecem vagas aos prestadores vinculados à Central e em que se buscou o conhecimento do papel que as entidades exercem junto a estes prestadores, dos resultados que a PSC trouxe para a instituição, como também os aspectos que estão dando certo e os pontos que precisam ser melhorados para o fortalecimento da rede.

Para desenvolver estratégias necessárias ao enfrentamento dos pontos fracos que precisam ser melhorados para que se atinjam os objetivos da rede - uma maior articulação entre as instituições -, o rompimento com o delito de forma educativa e não punitiva e o rompimento com a própria cultura enraizada na sociedade que vê o delito como um problema que só pode ser resolvido de forma coercitiva, exige o envolvimento e a articulação de pessoas que busquem o mesmo objetivo, - o fortalecimento da rede - para discutirem, de forma democrática, participativa e com respeito às diferentes formas de pensar propostas para a operacionalização desse objetivo.

Nesse sentido o compromisso expresso por cada componente pertencente à rede é que faz a diferença junto aos prestadores e com o fortalecimento da rede possibilitara buscar objetivos compartilhados de modo a produzir transformações na realidade desses sujeitos, a fim de que os mesmos se sintam valorizados socialmente, podendo despertar novas formas de pensar e fazer, além de resgatar sentimentos de poderem contribuir socialmente com a instituição, não apenas como um mero cumpridor da pena, mas como um sujeito de direitos e deveres, possibilitando também as entidades o rompimento com alguns limites, preconceitos e critérios muitas vezes excludentes que são colocados pelas mesmas.

Consideramos que o trabalho em rede é amplo e deve ir muito além, para que estes prestadores possam ter seus direitos garantidos, em uma dimensão cada vez mais democrática e atingir uma participação social que possibilitará o estabelecimento de uma nova cultura de penalização com base na sua reeducação.

O caráter educativo da medida nos remete o olhar não somente para o delito cometido, mas sim para o contexto da realidade social que se reflete na vida do prestador. É preciso entender a forma que a sociedade encontra para produzir e reproduzir as desigualdades, a pobreza, a miséria e especialmente a violência, e, através desta compreensão, da análise crítica dessa realidade, os sujeitos envolvidos, articulados em rede, possam ajudar a construir estratégias para o enfrentamento desses limites.

Essa união, essa colaboração pode e deve atingir os meios de divulgação como jornais, televisão, rádio, líderes políticos e religiosos, educadores e educandos de forma a possibilitar à sociedade um novo olhar para o prestador. É preciso que vejam o sujeito que erra socialmente como aquele que pode ser protagonista de sua própria história, transformando uma prática meramente punitiva em oportunidade de resgate da sua dignidade humana e da sua cidadania, rompendo juntos, sujeito e instituições, com as mais diversas formas de discriminação e exclusão para com os prestadores.

Diante da importância de pensar a proposta de fortalecimento da Rede iremos discutir no próximo item com quem estamos lidando, ou seja, quem é esse prestador? Qual o seu perfil? E através deste perfil, cruzar os indicadores sociais obtidos com a análise dos dados e com a avaliação da PSC realizada pelos órgãos que têm acompanhado esses prestadores.

5.2 Perfil dos Prestadores de Serviço à Comunidade como um Indicador Social para a proposta de Fortalecimento da Rede Social

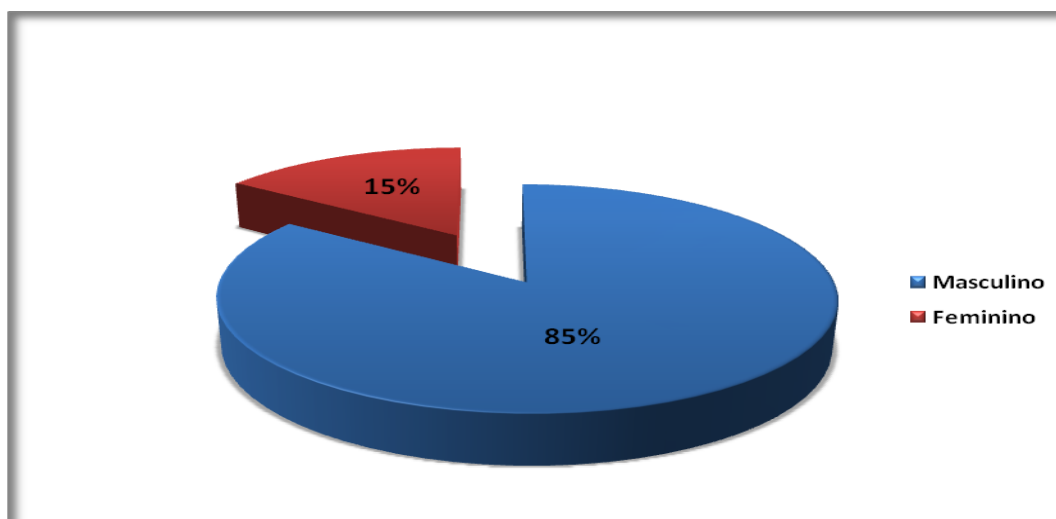
Os dados que serão apresentados foram extraídos do instrumental técnico de entrevista²⁵ da Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente. Transformar esses dados em gráficos com o fim de gerar indicadores sociais emergiu da necessidade de conhecer e demonstrar o perfil dos indivíduos que prestam serviço à comunidade e com o intuito de enriquecer a pesquisa numa perspectiva crítica em consonância com o foco desta: o fortalecimento da rede social para o cumprimento da pena.

Através desses dados buscamos além do perfil dos prestadores de PSC, também conhecer as características e a realidade social que compõem a vida dos mesmos, para que não se generalize a proposta, mas que ela possa abranger o perfil dos indivíduos que prestam a PSC tanto do município de Presidente Prudente como nos municípios vizinhos que são conveniados a CPMA de Presidente Prudente.

Os dados apresentados aqui são relativos ao ano de 2009 e ao primeiro semestre de 2010, resultam de levantamento de 369 casos de PSC atendidos, acompanhados e monitorados pela CPMA. O perfil aqui apresentado é composto dos seguintes dados: sexo, estado civil, idade, escolaridade, renda, vínculo empregatício, cumprimento anterior de pena, delito cometido e os bairros em que os prestadores estão localizados, que serão representados através da identificação das zonas de localização dos mesmos, bem como das áreas, demarcadas geograficamente pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Presidente Prudente, como áreas de vulnerabilidade e risco social, que compõem a área de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Como podemos observar no gráfico 1, próxima página:

²⁵ Conforme anexo D no final do trabalho.

GRÁFICO 1 – Sexo

Fonte: Instrumental Técnico da CPMA. Gráfico elaborado pelas autoras, 2010.

Este gráfico quantitativo informa que 85% dos prestadores são do sexo masculino significando em números absolutos que são 312 homens, enquanto que 15% são do sexo feminino, portanto 57 são mulheres, o que totaliza 369 casos pesquisados.

Por meio destes dados, diagnosticamos várias situações relevantes para discussão, observando de início que apesar da maioria ser do sexo masculino, temos um dado expressivo de 15% de mulheres que cometeram delitos. Mesmo sem fazer uma análise profunda sobre essa questão, serão feitos alguns apontamentos porquanto estamos tratando de uma análise qualitativa.

Muito embora a mulher, neste indicador, componha somente 15% do total, este é um número relevante para a nossa análise, considerando que a visão social de algumas décadas atrás era a da mulher como mãe, responsável pelos cuidados da casa com atenção voltada para os filhos e para os cuidados domésticos, subalterna ao homem que se apresentava como o chefe da casa e da família e não como transgressora da ordem social. Como sustenta Briguenti (2009, p. 28) este perfil da mulher se modificou:

[...] as mulheres, que historicamente romperam com a anonimidade, ocuparam os espaços públicos e políticos, o mercado de trabalho e também os da criminalidade. Perante o contexto histórico e ao acirramento das expressões da questão social encontramos a mulher brasileira, constantemente exposta às situações de vulnerabilidade e de risco social, frágeis ao universo do crime, articulado também a situações de drogadição, alcoolismo, prostituição, violência, dentre outras fissuras sociais.

A mulher como percebemos vem adquirindo espaço e representatividade embora ainda prevaleça uma sociedade machista. O sexo feminino interpretado por muitos como “sexo frágil”, expressa, atualmente, uma crescente presença no cenário social competindo, por igual, com o sexo masculino tanto por vagas de emprego quanto por cargos políticos. De acordo com os dados aqui apresentados e outros mostrados nos veículos de comunicação a mulher está presente cada vez mais nos indicadores de prática de delitos, ou seja, a mulher está compondo as estatísticas do aumento da criminalidade ao que tange tanto a prática de delitos graves que levam ao sistema punitivo fechado como a prática de delitos de menor potencial ofensivo com cumprimento de penas e ou medidas alternativas.

Como afirma Misciasci (2009, s. p.):

Em meados do ano de 2006, a situação, já despertava relevantes preocupações, pois além de haver uma marcha rápida para o aumento de mulheres envolvidas com o mundo do crime, estas também já se transformavam. Passando então para uma outra ação delituosa de participação feminina ativa, ou seja, mulheres que antes eram detidas em sua maioria, por crimes passionais, e da década de 70 até o século 20, por furtos, tornaram-se atuantes em crimes diversos, como assalto a bancos, seqüestros, e, principalmente tráfico de drogas.

Apesar da mulher representar um número bem reduzido em relação ao homem em nossos gráficos, buscamos destacar a situação da mulher porque isso revela que ao ganhar representatividade em vários espaços também está adentrando as estatísticas dos crimes sejam graves ou de menor potencial ofensivo.

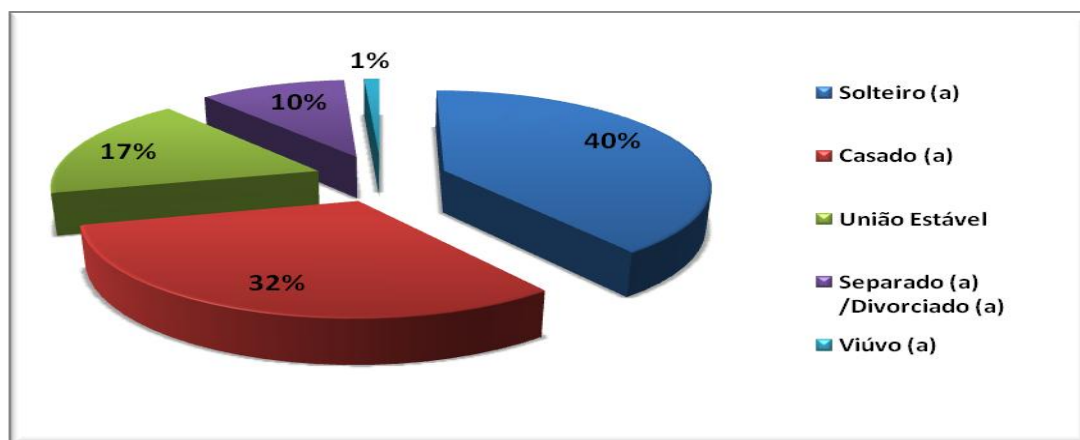
Como o homem ainda continua representando o maior índice de infratores e a Central de Penas e Medidas Alternativas atenda um perfil predominantemente masculino, podemos afirmar que esse fator está relacionado aos aspectos culturais da sociedade brasileira, em que sempre houve predominância, na relação de poder, dos homens sobre as mulheres, ou dos mais

fortes sobre os mais fracos. Cabe-nos considerar outro traço predominante de nossa cultura machista, de força, de valentia, em que o homem sempre se arriscou mais que a mulher diante das emergências da vida.

Como afirma D’Incao (2004, p. 237) ainda temos traços culturais da família burguesa, na qual o homem sempre teve mais autonomia que a mulher, exercendo o papel social de provedor e chefe da família, ficando mais exposto a situações de vulnerabilidade em razão das suas responsabilidades por prover o sustento da casa. Assim, o homem também fica mais vulnerável a prática de delitos, como se pode observar no gráfico 1.

Porém este contexto cultural se contrapõe à realidade dos prestadores da CPMA quando analisamos os dados referentes ao estado civil, no gráfico 2 a seguir:

GRÁFICO 2: Estado Civil



Fonte: Instrumental Técnico da CPMA. Gráfico elaborado pelas autoras. 2010.

O gráfico acima demonstra o estado civil dos prestadores. Predomina a condição solteiro (a) com 40%. Porém se observarmos a situação separado/divorciado (a) com 10% e viúvo (a) com 1% temos um total de 51% dos indivíduos que não têm parceiros. Com 32% de prestadores que são casados, um dado significativo por se presume que estes tenham responsabilidade familiar, conjugal.

Estes dados nos levam a salientar a questão da família, hoje. Falar em família neste momento é compreender os diversos arranjos de família que se

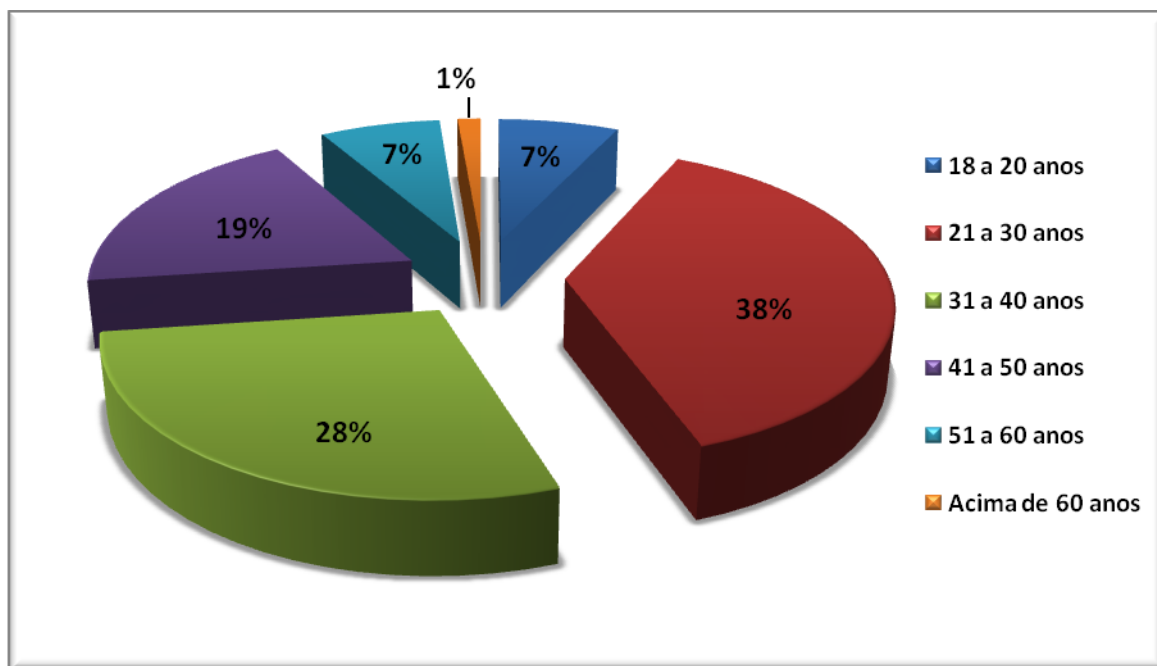
existem na contemporaneidade e que fazem parte da realidade também dos sujeitos aqui estudados. A família, antes uma estrutura nuclear composta por pai, mãe e filhos, aos poucos foi tomando novos contornos, e hoje apresenta diferentes organizações como exemplifica Simões (2009, p. 187): “família natural, reconstituída, substituta ou adotiva e monoparental”. Ainda, de acordo com o mesmo autor (2009, p. 187):

As transformações ocorreram, também, nos valores e representações simbólicas, com o aumento da tolerância da sociedade com as uniões informais, os filhos nascidos fora do casamento, à relativa aceitação moral do divórcio, maior flexibilidade dos papéis dos membros da família, com a inserção da mulher no mercado de trabalho, [...].

Todavia, compreender família dessa forma implica em desnaturalizar a família como uma instituição perfeita, não para culpá-la pelas condições de vida, pela prática de delitos, como os que envolvem os indivíduos de PSC. Muito embora aqui não tenhamos dados da composição familiar dos prestadores, é importante compreender que cada sujeito possui seu histórico de vida e sua família pode ter suas próprias especificidades, valores, culturas e crenças.

No Gráfico 3, na página seguinte, tratam-se as faixas etárias dos prestadores de PSC, da população pesquisada:

GRÁFICO 3: Faixa Etária

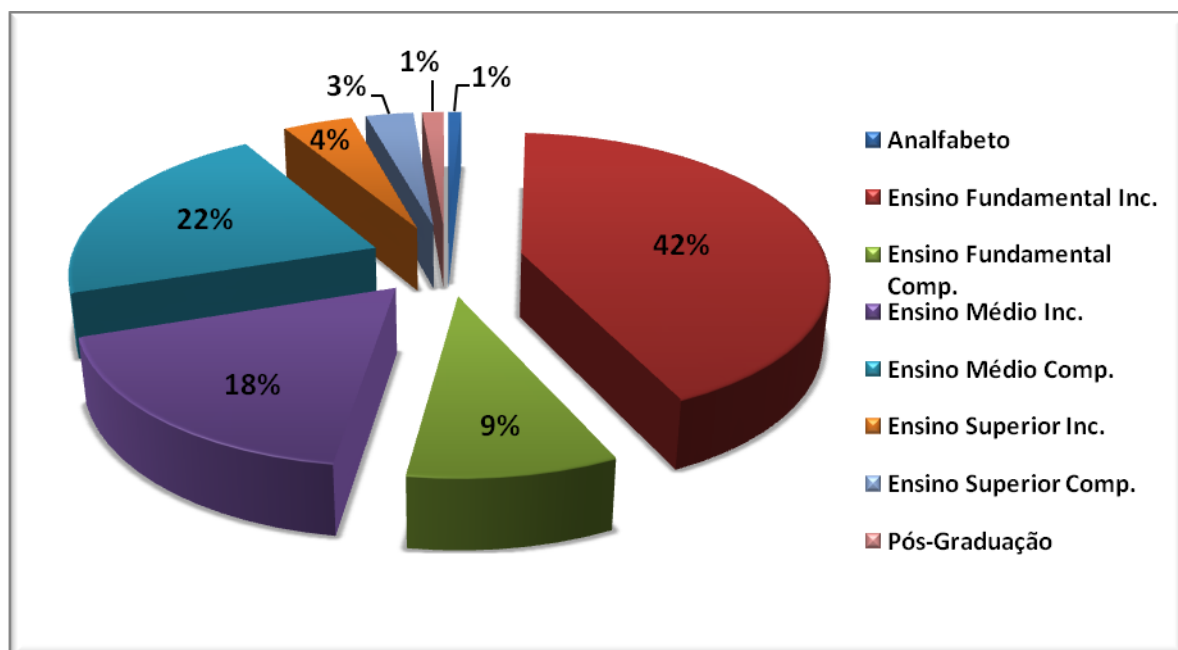


Fonte: Instrumental Técnico da CPMA. Gráfico elaborado pelas autoras. 2010.

A faixa etária predominante é a dos que estão entre 21 a 30 anos de idade (38%). Outro dado expressivo deste é que ao somar o percentual da idade predominante mais o percentual de 31 aos 40 anos, obtivemos 66% de indivíduos em idade plenamente produtiva, ou seja, idade em que o indivíduo, normalmente, está inserido no mercado de trabalho ou nos estudos, de forma ativa.

Outra realidade expressiva refere-se aos indivíduos com idade acima de 51 anos, que apresentam um percentual de 8%. Embora seja um número reduzido, essa faixa etária traz implicações e dificuldades para o cumprimento da pena, pois é sabido que, nessa faixa etária, as pessoas estão expostas a várias fragilidades e limitações, tanto físicas, como de saúde.

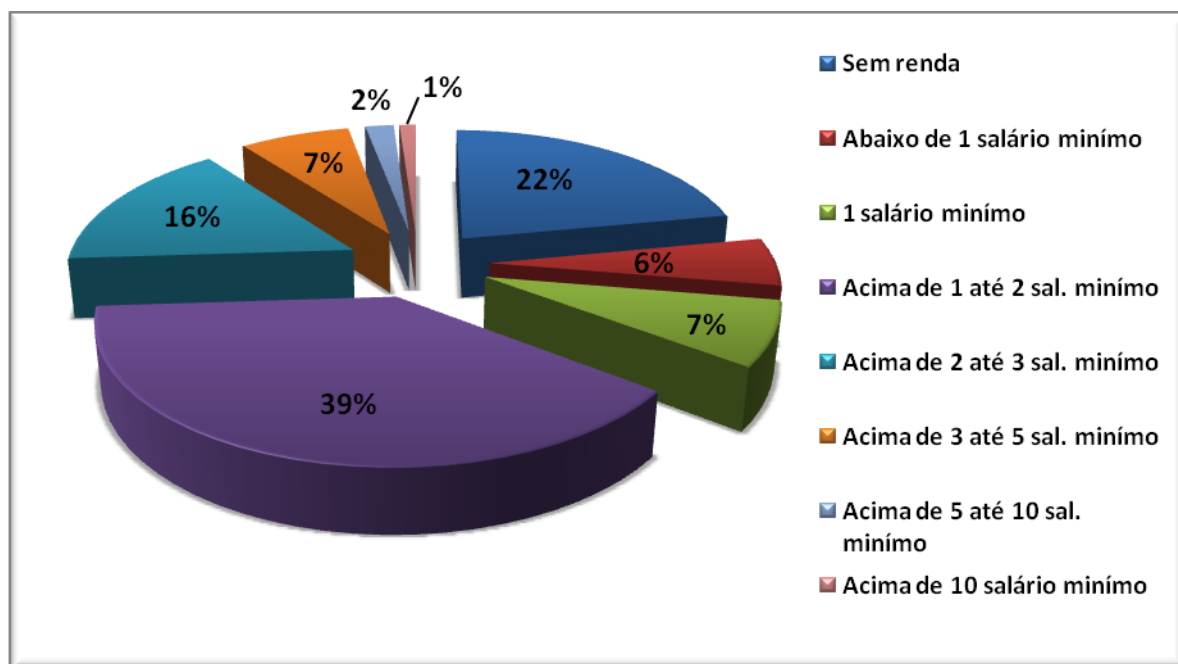
Até este estágio da pesquisa já pudemos observar que o perfil dos prestadores tem algumas características específicas no que se referem ao sexo, estado civil e faixa etária. Ao cruzarmos estes dados com os que se seguem, novas características se destacarão. O gráfico 4, apresentado na página a seguir trata da escolaridade dos prestadores.

GRÁFICO 4: Grau de Instrução Escolar

Fonte: Instrumental Técnico da CPMA. Gráfico elaborado pelas autoras. 2010.

Pelo Gráfico 4 pode-se constatar que o índice de analfabetismo é baixo: apenas 1% do total. Enquanto isso o ensino fundamental incompleto permanece com o mais alto índice: 43%. Se observarmos esse gráfico, mais detalhadamente, verificaremos que 70% não tem ensino médio completo, contrapondo-se ao percentual de 8% que entraram no ensino superior. Entretanto, comparando-se os dados de faixa etária com os de grau de instrução escolar, verifica-se que, apesar da maioria estar em idade produtiva a maioria também possui baixa escolaridade. Assim, ao decorrer desta análise perceberemos que são dados que estão interligados e ambos acabam por influenciar na renda e no possível vínculo empregatício.

O Gráfico 5 (próxima página) trata do nível de renda auferido pelos prestadores.

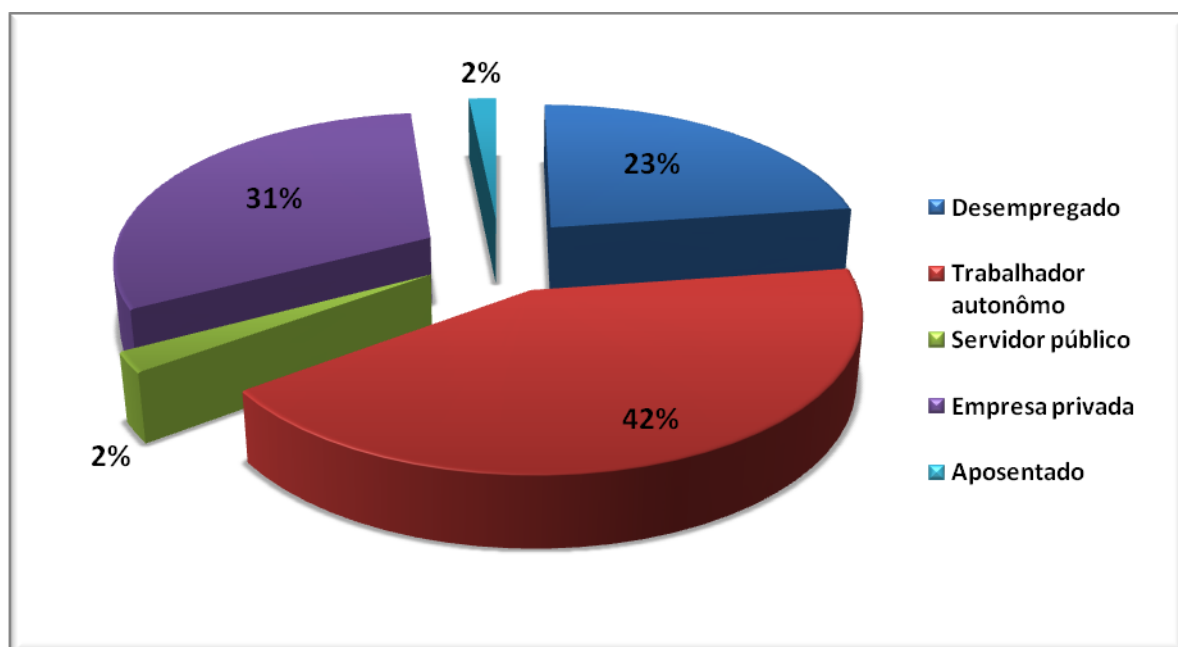
GRÁFICO 5: Renda

Fonte: Instrumental Técnico da CPMA. Gráfico elaborado pelas autoras. 2010.

O Gráfico 5 que trata da renda mensal dos pesquisados expressa dados bastante relevantes no que se refere à diversidade de renda considerada entre 1 e 10 ou mais salários mínimos. Destaca-se o percentual de 52% abrangendo os que sobrevivem com renda abaixo de 1 até 2 salários mínimos e um dado bastante relevante: 22% dos pesquisados não têm renda alguma. Contrapondo-se a isso, o Gráfico 5 nos mostra também, um percentual de 3% que tem renda entre 5 e 10 salários mínimos.

Se relacionarmos estes dados ao vínculo empregatício, observa-se que 23% são desempregados e 42% são trabalhadores autônomos que em sua maioria não possuem uma atividade ou função específica, mas exercem os populares “bicos”, ou seja, não possuem vínculo empregatício e exercem várias atividades, tais como: pedreiro, auxiliar de pedreiro, vendedor ambulante, diarista, marceneiro, jardineiro, pintor, dentre outras atividades que não exigem qualificação específica e nem estudos mais avançados.

O Gráfico 6, na próxima página, nos mostra a situação de ocupação profissional dos prestadores.

GRÁFICO 6: Vínculo Empregatício

Fonte: Instrumental Técnico da CPMA. Gráfico elaborado pelas autoras. 2010.

Sob o ponto de vista de uma análise crítica é pertinente destacar a relevância do gráfico que expressa a renda (Gráfico 5) e o que mostra o vínculo empregatício (Gráfico 6). A relevância está no fato de que é primordial refletir a questão do trabalho hoje, porém com uma aproximação sobre o que se considera “trabalho” como destaca Netto (2006, p. 29-30):

Na base da atividade econômica está o trabalho – é ele que torna possível a produção de qualquer bem, criando os valores que constituem a riqueza social. Entretanto, o trabalho é muito mais que um tema ou um elemento teórico da Economia Política. De fato, trata-se de uma categoria que, além de indispensável para compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade.

[...] a satisfação material das necessidades dos homens e mulheres que constituem a sociedade – obtêm-se numa interação com a natureza: a sociedade, através dos seus membros (homens e mulheres), transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades. Essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos trabalho.

Dessa forma, é por meio do trabalho que o homem, vende sua mão de obra, que constitui sua força de trabalho, e a qual, na sociedade capitalista, se tornou mercadoria. Entretanto, a possibilidade de venda da própria mão de obra exige cada vez mais indivíduos qualificados, com grau de escolaridade mais avançado, uma vez que, nesta sociedade as relações de trabalho estão ficando cada vez mais acirradas e competitivas. Consideremos o que afirma Oliveira (1996, p. 163-175):

O centro deste novo quadro é formado por trabalhadores de tempo integral. Este grupo, que é cada vez menos numeroso, constitui a nova base social da produção, pois é integrado por aquele tipo de trabalhador necessário para a produção flexível: polivalente, altamente qualificado, com um grau mais alto de responsabilidade e de autonomia, recompensado em seu trabalho porque estimulado pela própria reestruturação do processo produtivo a desenvolver sua imaginação criativa anteriormente atrofiada por um sistema de produção que fazia dele um mero apertador de botões ou um parafusador.

Assim, hoje, o mercado de trabalho está a exigir cada vez mais pessoas polivalentes, que saibam manusear várias máquinas e realizar várias tarefas ao mesmo tempo e até mesmo que dominem mais de um idioma e um complexo conhecimento tecnológico. As transformações tecnológicas, o processo de robotização nas indústrias com a substituição da mão de obra humana pelas máquinas, acarretam ao cenário atual o desemprego estrutural que resulta no exército de reserva, ou seja, numa massa de pessoas desempregadas em busca, cada vez mais competitiva, por uma vaga de emprego.

Estas breves considerações acerca do trabalho e suas transformações na modernidade nos leva a estar mais atentos ao significado dos dados referentes à escolaridade, renda e vínculo empregatício dos prestadores de PSC. Podemos observar que entre eles predomina a baixa escolaridade com bem mais da metade deles (70%) sem ensino médio completo e destes 43% que não possuem ensino nem o fundamental completo.

Como já fora mencionado, se o mercado de trabalho procura mão de obra qualificada, polivalente, com estudos qualificados e de preferência com um número maior possível de especializações por parte de cada candidato a uma vaga de emprego podemos afirmar então que o fator escolaridade interfere muito, nesta

sociedade capitalista que tem como características principais a competitividade e o individualismo. Isto fica mais evidente ainda se analisarmos os dados referentes à renda mensal de cada prestador considerando, principalmente, que 22% deles não possuem renda alguma.

Como se pode observar no decorrer da análise, esses dados se completam tornando mais evidente a situação social dos prestadores.

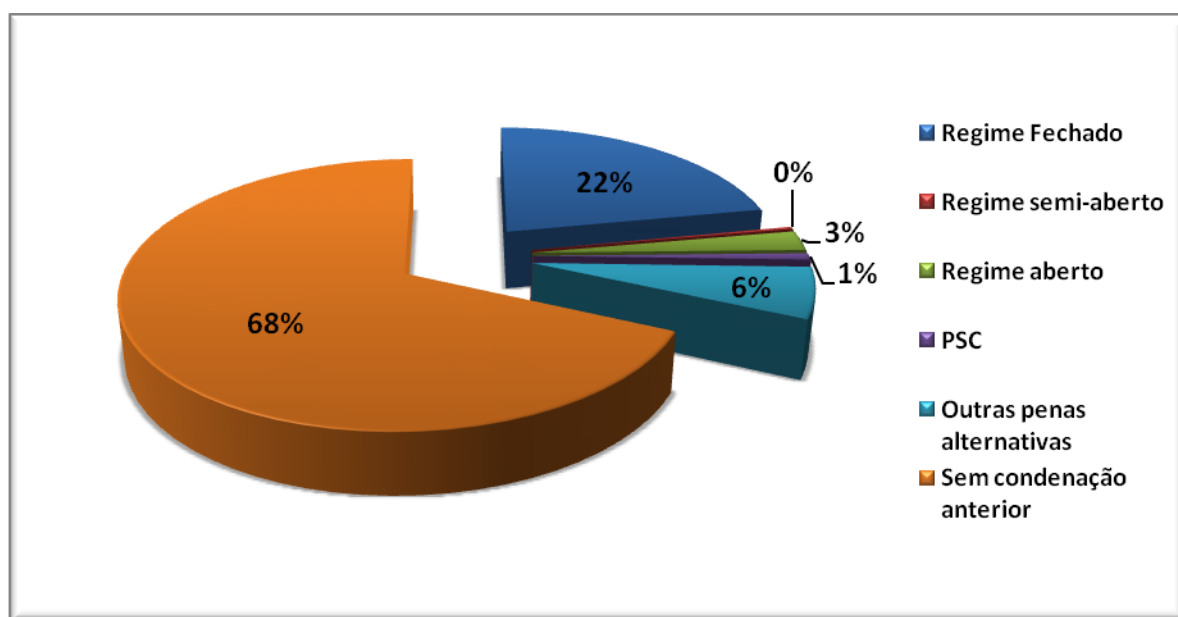
Assim, o que já foi exposto é reafirmado com a análise dos dados sobre o vínculo empregatício, (Gráfico 6) no qual, sinalizamos dois pontos significativos: 23% dos prestadores desempregados, e 42% exercendo trabalho informal. Esses dados, sem dúvida, vêm para agregar à discussão das transformações ocorridas no mundo do trabalho a conclusão de que ela acarretou ao desemprego estrutural como já citado, o subemprego, os trabalhos temporários sem vínculos empregatícios e o trabalho informal, no qual, o indivíduo, por vezes não possui uma atividade fixa, vive do trabalho que encontra no dia a dia, o popular “bico”. Assim defende Moraes (s.d., p. 26):

O desencontro entre esses fatores, como elemento que leva à criminalidade, pode ser analisado dentre outros motivos, partindo-se da escolaridade truncada pela necessidade de sobrevivência, passando-se pelo campo competitivo de seleção, com a possibilidade de acesso para uns poucos, indo-se à concorrência desleal, gerando a revanche a longo prazo, e chegando-se a propaganda dirigida, com ofertas impossíveis para muitos. Assim, qualquer pessoa verifica ser imprescindível dosar essa dupla face de uma só moeda.

Diante da realidade, caracterizada pela predominância do trabalho autônomo, vivenciamos os seus reflexos no cumprimento da PSC, em relação às dificuldades que os prestadores encontram para cumprir a carga horária de 8 horas semanais proposta por lei para o cumprimento da sua pena. Em contraponto com esta obrigatoriedade, a renda mensal dos mesmos depende do dia trabalhado, e estes precisam dispor de todos os dias da semana para a realização dos “bicos”. Assim passa a viver o dilema entre necessidade de sobrevivência *versus* cumprimento do decreto judicial: se cumpre esta e deixa aquela, não tem como sobreviver: se cumpre aquela e deixa esta, acaba por ter complicações com a justiça, podendo até ter sua pena alternativa convertida em pena restritiva de liberdade (prisão).

É nesse contexto que está posto ao prestador o grande desafio de conciliar suas necessidades básicas de sobrevivência com a responsabilidade do cumprimento da pena que lhe foi imposta. É nesse contexto que nos cabe mensurar um dado extremamente importante no que se refere a uma possível condenação anterior, como podemos observar no Gráfico 7, a seguir.

GRÁFICO 7: Cumprimento Anterior de Pena



Fonte: Instrumental Técnico da CPMA. Gráfico elaborado pelas autoras. 2010.

O gráfico 7 traz apontamentos importantes e expressivos: 22% dos prestadores já passaram pelo regime fechado e 2% pelo regime semi-aberto. Somados temos 24% destes indivíduos que já passaram por algum regime e mais 7% que já cumpriram alguma pena alternativa anteriormente. No entanto, o dado mais expressivo dá conta de que 69% não tiveram condenação anterior, ou seja, não passaram por nenhum regime e nunca cumpriram nenhuma pena alternativa.

Este último dado possibilita de certa forma reflexões e questionamentos, como por exemplo, sobre as causas que estão levando a estatísticas que mostram o aumento expressivo da prática de delitos. Trata-se de um indicador quantitativo que embora refira-se a delitos de menor potencial ofensivo, não deixa de ser algo preocupante, que requer ações educativas para romper com tais práticas, não permitindo que os praticantes desses pequenos delitos reincidam

em delitos mais graves e cheguem a vivenciar as experiências e as conseqüências do regime fechado.

Muito embora esses sujeitos estejam respondendo judicialmente por algum delito cometido e estejam em cumprimento de pena alternativa, os dados que se referem ao cumprimento anterior, nos permite pensar na necessidade de ações preventivas, como também propor, com base nesses dados, o fortalecimento da rede social, para prevenir que sujeitos réus primários recaiam em delitos que os levem ao cumprimento de novas penas, pois fundamentados nesta realidade, evidencia-se a necessidade e a importância da participação e da presença da sociedade por meio dos órgãos sociais para o cumprimento desta pena.

Acreditamos que o fortalecimento da rede social possibilitará mais credibilidade e segurança a essas entidades para realizar o trabalho de acolhida e acompanhamento desses sujeitos em cumprimento de pena, devido ao seu perfil predominantemente primário, possam vivenciar realidades e experiências melhores que fortalecerão nele o desejo de rompimento com a prática de delitos.

Em continuidade a análise será apresentada a tabela de delitos, através da qual podemos diagnosticar quais delitos foram praticados com mais frequência que serão relevantes para uma análise dos dados até aqui apresentados.

TABELA 1: Tabela de Delitos

Artigo	Quantidade	Delito
Art 129 CP	13	Lesão Corporal
Art 132 CP	1	Perigo a Vida ou Saúde de Outrem
Art 136 CP	2	Maus Tratos
Art 147 CP	10	Ameaça
Art 149 CP	1	Redução a condição análoga a de escravo
Art 150 CP	1	Violação de Domicílio
Art 155 CP	107	Furto
Art 157 CP	1	Roubo (com violência)
Art 163 CP	2	Dano ao Patrimônio Público
Art 168 CP	10	Apropriação Indébita
Art 171 CP	28	Estelionato
Art 180 CP	13	Receptação
Art 184 CP	9	Violação Direito Autoral
Art 233 CP	1	Ato Obsceno
Art 250 CP	1	Incendiar

Art 288 CP	1	Quadrilha ou Bando
Art 289 CP	4	Moeda Falsa
Art 293 CP	1	Falsificação de Papéis Públicos
Art 297 CP	2	Falsificação de Documentos Públicos
Art 304 CP	7	Uso de Documento Falso
Art 311 CP	2	Adulteração de Chassi de Veículo
Art 312 CP	4	Peculato
Art 313 CP	1	Peculato mediante erro de outrem
Art 329 CP	2	Resistência
Art 330 CP	1	Desobediência
Art 331 CP	5	Desacato
Art 333 CP	1	Corrupção Ativa
Art 339 CP	2	Denúncia Caluniosa
Art 342 CP	4	Falso Testemunho
Art 349 CP	1	Favorecimento Realizado
Art 302 CTB	9	Homicídio Culposo
Art 303 CTB	11	Lesão Corporal Culposa
Art 305 CTB	3	Fuga do Local do Acidente
Art 306 CTB	18	Dirigir Alcoolizado ou sob efeito de álcool
Art 309 CTB	6	Dirigir sem Habilitação
Art 19 LCP	4	Porte de Arma Branca
Art 21 LCP	4	Vias de Fato
Art 31 LCP	1	Deixar em Liberdade Animal Perigoso
Art 34 LCP	1	Direção Perigosa
Art 62 LCP	1	Embriaguez
Art 65 LCP	2	Molestar Alguém
Art 29 LCA	1	Desabamento de construção
Art 14 Lei 10.826/03	30	Portar Arma ou Munição
Art 15 Lei 10.826/03	5	Disparo de Arma de Fogo
Art 16 Lei 10.826/03	3	Possuir Arma de Uso Proibido
Art 26 Lei 10.826/03	1	São vedadas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, que com estas de possam confundir.
Art 1 Lei 8.137/90	4	Segregação de Imposto
Art 7 Lei 8.137/90	1	Crimes contra as relações de consumo
Art 10 Lei 9.437/97	2	Porte de Arma
Art 16 Lei 6.368/76	8	Porte de Entorpecente
Art 28 Lei 11.343/06	11	Drogas
Art 39 Lei 9.504/97	1	Propaganda Eleitoral
Art 71 Lei 8.078/90	1	Expôr o consumidor através de ameaça, coação, com afirmações falsas.
Outros	3	Não foram especificados
Total: 369		

Fonte: Instrumental Técnico da CPMA. Tabela elaborada pelas autoras. 2010.

Pela análise da Tabela 1 identificamos quatro delitos com um número significativo quanto à sua prática. O primeiro com 107 casos expressa o Art. 155 do Código Penal – Furto; o segundo com 30 casos se refere à Lei 10.826/03 Art. 14 – Portar Arma ou Munição; o terceiro com 28 casos tange ao Art. 171 do Código Penal – Estelionato e o quarto com 18 casos refere-se ao Código de Trânsito Brasileiro C.T.B Art. 306 – Dirigir Alcoolizado ou Sob Efeito de Álcool.

Sob uma perspectiva crítica e uma visão mais aprofundada percebemos que são práticas em que um delito pode acarretar outro gerando um círculo vicioso. A prática de delitos pelo sexo masculino é maior que a do sexo feminino, mas, a mulher está cada vez mais compondo os indicadores de criminalidade. Uma faixa etária predominantemente jovem, combinada com baixa escolaridade, baixa renda ou até mesmo sem renda e em situação de trabalho autônomo e de desempregados podem levar à prática de delitos, principalmente aqueles contemplados no Art. 155 do Código Penal - Furto, delito mais transgredido apresentado na tabela. Como ressalta Moraes (s.d., p. 28)

Se não encontrar trabalho honesto na cidade, a fim de adequar-se ao novo “status” econômico que lhe foi, por ação ou omissão, imposto, esse indivíduo, na maioria das vezes, só encontra um veículo para a satisfação de suas necessidades: o delito, em suas mais variadas formas, desde o cometido com o verbo fácil ou com a caneta, para os mais inteligentes, ao perpetrado com armas, pela via mais rápida. Assim, passa tal indivíduo a ser mais um número que poderia ser evitado na estatística da criminalidade.

Neste estudo não buscamos responsabilizar pela criminalidade somente o fator econômico, embora este tenha caráter bastante relevante, já que como menciona Briguenti (2009, p. 26) “o sistema capitalista configura-se indubitavelmente como um sistema perverso”. Além do sistema econômico temos um Estado Neoliberal que se configura como um Estado Mínimo, com Políticas Sociais focalizadas, ações pontuais e fragmentadas, não garantindo, dessa forma nem mesmo os direitos básicos de sobrevivência de cada indivíduo.

Portanto, a prática de delitos não pode ser atribuída ao fator econômico somente, pois, existem diversas situações sociais, culturais e subjetivas que influenciam a prática de delitos. Como se observou na Tabela 1 há uma diversidade que a compõe, de forma que, como sustenta Briguenti (2009, p. 28), temos sempre

que estar “levando em conta a questão da subjetividade de cada ser humano, o qual possui formas de reagir e agir diferentes, frentes as dificuldades e realidades vivenciadas”. Daí, a importância de compreender cada indivíduo que compõe os dados estudados para identificar seu perfil e conhecer sua realidade, seu contexto socioeconômico, seus valores, crenças, costumes, hábitos, habilidades, ou seja, compreender cada prestador como único em suas especificidades no conjunto desta sociedade dialética²⁶.

Acreditamos que por meio de todo respaldo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo permitirá ao profissional de Serviço Social esta análise crítica para o acompanhamento desses prestadores com vistas à sua realidade e não pautado em uma intervenção aparente e genérica. Embora não tenhamos dados documentados pela Central de Penas e Medidas Alternativas referentes aos motivos que levam os prestadores a cometerem os delitos, ainda assim, se faz necessário considerar os vários fatores que moldam a sociedade contemporânea, desigual, excludente, individualista e contextualizá-la na realidade de cada prestador.

Acreditamos ainda que há necessidade de levar também em consideração o território em que os mesmos estão localizados. Assim sendo, apresentamos uma contextualização com base na demarcação geográfica realizada pela Secretária Municipal de Assistência Social - Departamento de Proteção Social Básica e Equipe Bolsa Família, Prof. Sergio B. Magaldi (SAS e Unesp – Pres. Pte.), no que tange as áreas de maior vulnerabilidade e risco social, ou seja, áreas de abrangência dos CRAS, Centros de Referência de Assistência Social.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004, p. 29):

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviço de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio-assistenciais locais da política de assistência social.

²⁶ Na concepção moderna, entretanto, dialética significa outra coisa: É o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação. (KONDER, 1981, p.8)

O município de Presidente Prudente conta com quatro CRAS localizados em áreas de vulnerabilidade e risco social, sendo eles: CRAS Cambuci, CRAS Augusto de Paula, CRAS Alexandrina e CRAS Morada do Sol. Conta também com mais dois núcleos: um de referência do CRAS Cambuci, Núcleo Vila Iti, e outro de referência do CRAS Augusto de Paula, Núcleo Nochete. Bem como, a Secretária Municipal de Assistência Social - SAS que abrange a Proteção Social Básica a todo município e mais precisamente as áreas que não são demarcadas como áreas de CRAS, conforme mostra o mapa - Anexo E).

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentro outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminação etária, étnica, de gênero ou por deficiência, dentre outras). (PNAS, 2004, p.28)

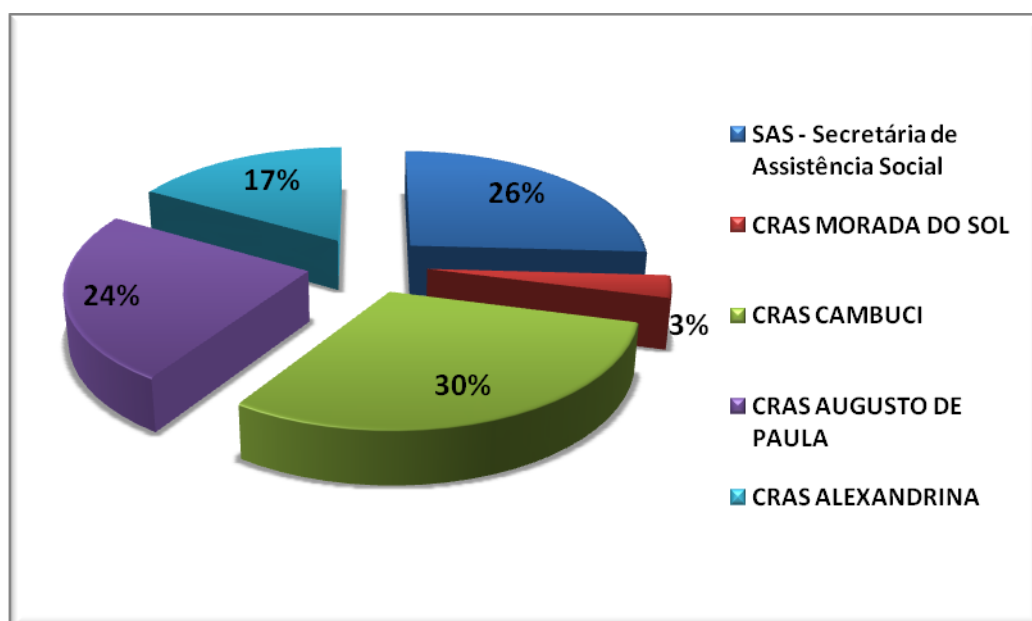
O motivo pelo qual decidimos fazer referência às áreas de demarcação dos CRAS de Presidente Prudente, como um meio de identificação do território em que os prestadores estão localizados foi porque partimos do princípio de que este órgão público é uma referência local, principalmente para discutir as questões que envolvem proteção social básica. Quando tratamos da prestação de serviço à comunidade, estamos tratando de uma modalidade penal em liberdade que requer interação com a comunidade e, principalmente, um trabalho de fortalecimento dos vínculos, pois os cumpridores dessas penas, muitas vezes, vivenciam situações de preconceito e discriminação não só da comunidade como da própria família. Assim, o CRAS:

Além de ser responsável pelo desenvolvimento do Programa de Atenção Integral às Famílias - com referência territorializada, que valorize as heterogeneidades, as particularidades de cada grupo familiar, a diversidade de culturas e que promova o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários – a equipe do CRAS deve prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como articular-se com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social na produção, sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência do CRAS em conexão com outros territórios. (PNAS, 2004, p.29)

Além de que, como discutido anteriormente, a pena alternativa tem por objetivo prevenir a prática de novos delitos e aproximar o cumpridor da sua comunidade e da sua família. Assim, evidenciam-se os CRAS não só como potencialidade e espaço para discutir as penas alternativas, bem como para realizar o enfrentamento das questões relacionadas a elas uma vez que estes, geograficamente, localizam-se em áreas de vulnerabilidade social e econômica.

O Gráfico 8, a seguir, nos mostra as áreas que mais concentram prestadores de serviço à comunidade:

GRÁFICO 8: Prestadores Referenciados por Áreas de Serviço Sócio Assistencial



Fonte: Mapa da SAS. Gráfico elaborado pelas autoras. 2010.

Conforme mostra o Gráfico 8 as áreas de abrangência do CRAS Cambuci, localizado na Zona Leste e parte das Zonas Sudeste e Sul, apresentam 30%, ou seja, 96 prestadores e a área de abrangência do CRAS Augusto de Paula localizado na Zona Noroeste e parte da Oeste com 24% expressa um número absoluto de 76 prestadores de serviço à comunidade.

Outro dado expressivo refere-se às áreas que não são demarcadas como áreas de CRAS, ou seja, que são de abrangência da SAS – Secretaria Municipal de Assistência Social que atende de forma centralizada os vários bairros da cidade que não compõe área de CRAS. Como por exemplo, o bairro Ana Jacinta,

localizado na Zona Sudoeste da cidade no qual residem 10 prestadores de serviço à comunidade, bem como o Centro da cidade, área de abrangência da SAS em que se localizam 9 (nove) prestadores. Embora sejam números reduzidos, são bastante expressivos, pois são bairros que vivenciam outros níveis de vulnerabilidade, como veremos a seguir.

Por vulnerabilidade social entende-se o contexto que envolve uma diversidade de situações que podem, como discute Haro et. al (2010, s.p.):

[...] estar relacionada aos aspectos materiais como: precariedade do trabalho, desemprego, subemprego e a falta de acesso às políticas públicas. Porém os aspectos econômicos não devem ser considerados os únicos fatores que explicam a vulnerabilidade social, mas também questões como a fragilização dos vínculos afetivos, e de discriminação etária, étnica, de gênero ou por deficiência ou vinculada à violência, ao território, à representação política dentre outros.

Segundo dados coletados no site do SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (2010, s.p.) existem vários níveis de vulnerabilidade social, assim classificados como:

Grupo 1 – Nenhuma Vulnerabilidade: engloba os setores censitários em melhor situação socioeconômica (muito alta), com os responsáveis pelo domicílio possuindo os mais elevados níveis de renda e escolaridade. Apesar de o estágio das famílias no ciclo de vida não ser um definidor do grupo, seus responsáveis tendem a ser mais velhos, com menor presença de crianças pequenas e de moradores nos domicílios, quando comparados com o conjunto do Estado de São Paulo.

Grupo 2 – Vulnerabilidade Muito Baixa: abrange os setores censitários que se classificam em segundo lugar, no Estado, em termos da dimensão socioeconômica (média ou alta). Nessas áreas concentram-se, em média, as famílias mais velhas.

Grupo 3 – Vulnerabilidade Baixa: formado pelos setores censitários que se classificam nos níveis altos ou médios da dimensão socioeconômica e seu perfil demográfico caracteriza-se pela predominância de famílias jovens e adultas.

Grupo 4 – Vulnerabilidade Média: composto pelos setores que apresentam níveis médios na dimensão socioeconômica, estando em quarto lugar na escala em termos de renda e escolaridade do responsável pelo domicílio. Nesses setores concentram-se famílias jovens, isto é, com forte presença de chefes jovens (com menos de 30 anos) e de crianças pequenas.

Grupo 5 – Vulnerabilidade Alta: engloba os setores censitários que possuem as piores condições na dimensão socioeconômica (baixa), estando entre os dois grupos em que os chefes de domicílios apresentam, em média, os níveis mais baixos de renda e escolaridade. Concentra famílias mais velhas, com menor presença de crianças pequenas.

Grupo 6 – Vulnerabilidade Muito Alta: o segundo dos dois piores grupos em termos da dimensão socioeconômica (baixa), com grande concentração

de famílias jovens. A combinação entre chefes jovens, com baixos níveis de renda e de escolaridade e presença significativa de crianças pequenas permite inferir ser este o grupo de maior vulnerabilidade à pobreza.

Ao relacionarmos esses tipos de vulnerabilidade com o perfil do município de Presidente Prudente e com os bairros em que os prestadores estão localizados constatamos a presença de parte de cada uma dessas vulnerabilidades e, mais precisamente as do grupo 3 e do grupo 5. Constatamos que a área de maior abrangência de prestadores refere-se ao CRAS Cambuci, que pode ser considerado uma área de alta vulnerabilidade, por ter tido por muito tempo a presença de um lixão a céu aberto, que vivenciava a realidade de famílias que sobreviviam dele, até o seu fechamento, que se deu neste ano de 2010. Também constatamos que as áreas de baixa vulnerabilidade expressam áreas de abrangência da SAS, estão distribuídas em diversos bairros e contam com 82 prestadores, que não estão localizados em áreas de CRAS.

Para melhor compreendermos o contexto de vulnerabilidade social consideramos que, de acordo com Castro e Abromovay (s.d., s.p.), vulnerabilidade é conceito que pede uma discussão e uma abrangente análise de diversos fatores, principalmente ao contexto dos territórios, da comunidade, bem como dos próprios indivíduos, no que se refere às suas relações sociais e ao seu contexto de vida. Ou seja, olhares múltiplos para contextos que exponham a pessoa à condição de vulnerabilidade pessoal e social.

A Tabela 2 apresenta os bairros em que os prestadores estão localizados e a quantidade deles em cada bairro, segundo dados coletados no prontuário de cada prestador.

TABELA 2: Bairros/Zonas/Áreas de Referência

BAIRROS PRESIDENTE PRUDENTE	PRESTADORE S	ZONA:	ÁREA REFERENCIA:
ANA JACINTA	10	Sudoeste	SAS
AUGUSTO DE PAULA	2	Norte	CRAS Augusto de Paula
BOSQUE	1	Centro	SAS
BRASIL NOVO	5	Norte	CRAS Alexandrina
CECAP	6	Oeste	CRAS Augusto de

			Paula
CENTRO	9	Centro	SAS
CHACARÁ MARISA	2	Leste	CRAS Cambuci
CIDADE UNIVERSITÁRIA	1	Sudoest e	SAS
COHAB	4	Oeste	CRAS Augusto de Paula
FLORESTA DO SUL	1	Nordeste	CRAS Morada do Sol
FRANCISCO B. GALINDO	1	Norte	CRAS Morada do Sol
HUMBERTO SALVADOR	15	Norte	CRAS Augusto de Paula
JARDIM AEROPORTO	1	Sul	SAS
JARDIM AMÉRICA	3	Noroeste	CRAS Augusto de Paula
JARDIM AVIAÇÃO	5	Norte	CRAS Alexandrina
JARDIM BELA DÁRIA	2	Sul	CRAS Cambuci
JARDIM BONGIOVANI	1	Sudeste	SAS
JARDIM BRASILIA	9	Leste	CRAS Cambuci
JARDIM CAIÇARA	2	Sudoest e	SAS
JARDIM CALIFORNIA	1	Sudoest e	SAS
JARDIM CAMBUCI	6	Leste	CRAS Cambuci
JARDIM CINQUENTENÁRIO	3	Sudoest e	SAS
JARDIM COBRAL	1	Noroeste	CRAS Augusto de Paula
JARDIM DAS ROSAS	1	Oeste	SAS
JARDIM ELDORADO	4	Noroeste	CRAS Augusto de Paula
JARDIM ESTORIL	2	Norte	CRAS Alexandrina
JARDIM EVEREST	1	Noroeste	CRAS Augusto de Paula
JARDIM GUANABARA	3	Norte	CRAS Alexandrina
JARDIM ICARAY	2	Oeste	SAS
JARDIM IGUAÇU	4	Norte	CRAS Alexandrina
JARDIM ITAIPU	1	Sudoest e	SAS
JARDIM ITAPURA I	3	Leste	CRAS Cambuci
JARDIM ITAPURA II	3	Leste	CRAS Cambuci
JARDIM JEQUITIBAS	3	Oeste	CRAS Augusto de Paula
JARDIM JEQUITIBAS II	4	Oeste	CRAS Augusto de Paula
JARDIM MARACANÃ	4	Noroeste	CRAS Augusto de Paula
JARDIM MEDITERRANEO	4	Noroeste	CRAS Augusto de Paula
JARDIM MONTE ALTO	2	Oeste	CRAS Augusto de

			Paula
JARDIM MORADA DO SOL	5	Norte	CRAS Morada do Sol
JARDIM NOVA PLANALTINA	3	Leste	CRAS Cambuci
JARDIM NOVO BONGIOVANI	3	Noroeste	CRAS Augusto de Paula
JARDIM PAULISTA	1	Noroeste	SAS
JARDIM PLANALTINA	3	Leste	CRAS Cambuci
JARDIM PLANALTO	2	Leste	CRAS Cambuci
JARDIM PRUDENTINO	4	Sudoeste	SAS
JARDIM REGINA	5	Norte	CRAS Alexandrina
JARDIM SABARÁ	1	Noroeste	CRAS Augusto de Paula
JARDIM SANTA ELIZA	2	Noroeste	CRAS Augusto de Paula
JARDIM SANTA FÉ	3	Oeste	SAS
JARDIM SANTA HELENA	7	Noroeste	SAS
JARDIM SANTA MARTA	1	Leste	CRAS Cambuci
JARDIM SANTA MÔNICA	5	Leste	CRAS Cambuci
JARDIM SANTA PAULA	3	Noroeste	CRAS Augusto de Paula
JARDIM SÃO BENTO	3	Leste	CRAS Cambuci
JARDIM SÃO PAULO	1	Noroeste	CRAS Augusto de Paula
JARDIM SÃO SEBASTIÃO	1	Noroeste	CRAS Augusto de Paula
JARDIM SUMARÉ	4	Leste	CRAS Cambuci
JARDIM TROPICAL	2	Oeste	SAS
JARDIM VALE DO SOL	3	Oeste	SAS
JARDIM VITÓRIA RÉGIA	1	Noroeste	CRAS Augusto de Paula
MONTALVÃO	2	Nordeste	CRAS Morada do Sol
MORADOR DE RUA	2	-	SAS
PARQUE ALEXANDRINA	2	Norte	CRAS Alexandrina
PARQUE ALVORADA	3	Leste	CRAS Cambuci
PARQUE BANDEIRANTES	2	Noroeste	CRAS Augusto de Paula
PARQUE CASTELO BRANCO	1	Norte	CRAS Alexandrina
PARQUE CEDRAL	3	Oeste	CRAS Augusto de Paula
PARQUE DAS CEREJEIRAS	2	Sudeste	SAS
PARQUE FURQUIM	6	Nordeste	CRAS Alexandrina
PARQUE JABAQUARA	3	Norte	CRAS Alexandrina
PARQUE JARDIM	1	Noroeste	SAS
PARQUE JOSÉ ROTTA	8	Sudeste	CRAS Cambuci
PARQUE NOVO ALVORADA	1	Leste	CRAS Cambuci
PARQUE PRIMAVERA	1	Norte	CRAS Alexandrina
PARQUE RES. SERVANTES	1	Oeste	CRAS Augusto de Paula

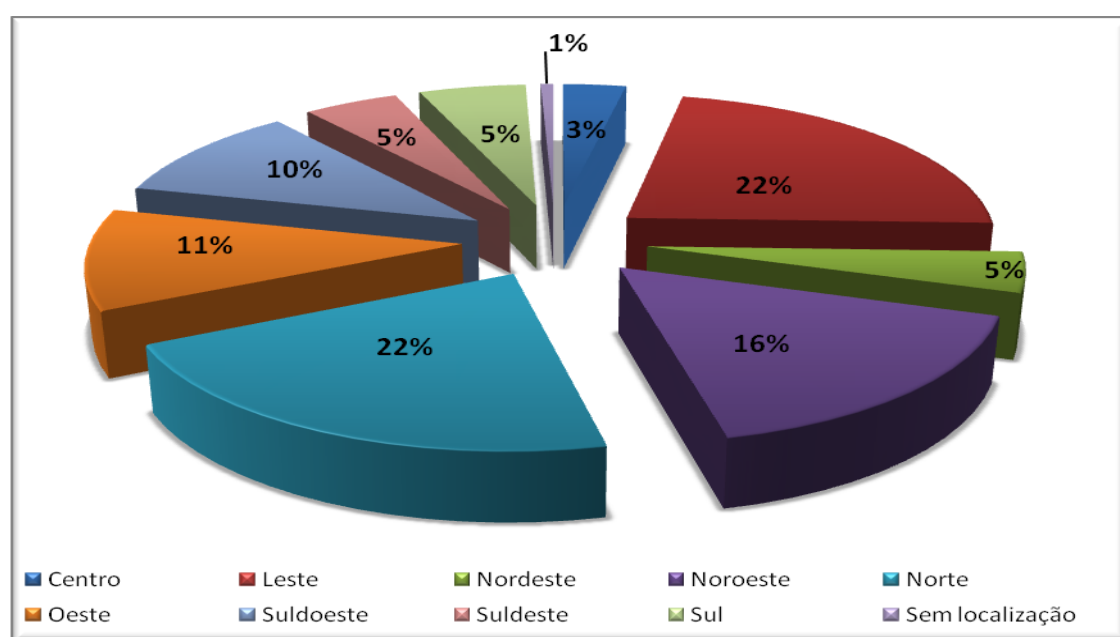
			Paula
PARQUE SÃO JUDAS	3	Noroeste	CRAS Alexandrina
PARQUE SÃO LUCAS	1	Noroeste	CRAS Augusto de Paula
PARQUE SÃO MATHEUS	1	Noroeste	CRAS Augusto de Paula
PARQUE SHIRAIVA	2	Sudeste	SAS
PARQUE WATAL ISHIBASHI	2	Norte	CRAS Alexandrina
RES. MARÉ MANSA	2	Noroeste	CRAS Augusto de Paula
RESIDENCIAL DAIANA	1	Nordeste	CRAS Morada do Sol
RESIDENCIAL FLORENZA	3	Sudoeste	SAS
RIO 400	1	Sul	SAS
SÃO PEDRO	1	Noroeste	CRAS Augusto de Paula
VALE DAS PARREIRAS	3	Norte	CRAS Alexandrina
VILA ANGÉLICA	2	Norte	CRAS Alexandrina
VILA AURELIO	2	Leste	CRAS Cambuci
VILA BRASIL	2	Leste	CRAS Cambuci
VILA COMERCIAL	1	Oeste	SAS
VILA ESPERANÇA	2	Norte	SAS
VILA EUCLIDES	5	Sudoeste	SAS
VILA FORMOSA	3	Sul	CRAS Cambuci
VILA FURQUIM	3	Nordeste	CRAS Alexandrina
VILA GENI	2	Noroeste	SAS
VILA INDUSTRIAL	4	Sul	CRAS Cambuci
VILA IOLANDA	1	Leste	CRAS Cambuci
VILA LESSA	1	Nordeste	SAS
VILA LIDER	6	Leste	CRAS Cambuci
VILA LUSO	2	Leste	CRAS Cambuci
VILA MACHADINHO	2	Norte	SAS
VILA MARCONDES	3	Leste	CRAS Cambuci
VILA MARINA	4	Leste	CRAS Cambuci
VILA MATHILDE VIEIRA	1	Sudoeste	SAS
VILA MENDES	2	Leste	CRAS Cambuci
VILA NOVA	3	Sul	CRAS Cambuci
VILA NOVA PRUDENTE	2	Sul	CRAS Cambuci
VILA RAINHO	1	Sudeste	CRAS Cambuci
VILA RAMOS DE FREITAS	1	Sudeste	CRAS Cambuci
VILA REAL	1	Sudoeste	SAS
VILA SANTA IZABEL	3	Norte	CRAS Alexandrina
VILA SÃO JORGE	1	Sul	CRAS Cambuci
VILA TABAJARA	1	Sudoeste	SAS
VILA TAZITSU	2	Noroeste	SAS

VILA VERINHA	1	Leste	CRAS Cambuci
TOTAL: 317			

Fonte: Instrumental Técnico da CPMA; Mapa da Cidade; Mapa da SAS. Tabela elaborada pelas autoras. 2010.

Entre os bairros relacionados acima, o Gráfico 9, na próxima página mostra que, geograficamente, na cidade de Presidente Prudente, os 317 prestadores estão localizados nos bairros seguintes:

GRÁFICO 9: Localização dos Prestadores por Zona



Fonte: Mapa da Cidade. Gráfico elaborado pelas autoras. 2010.

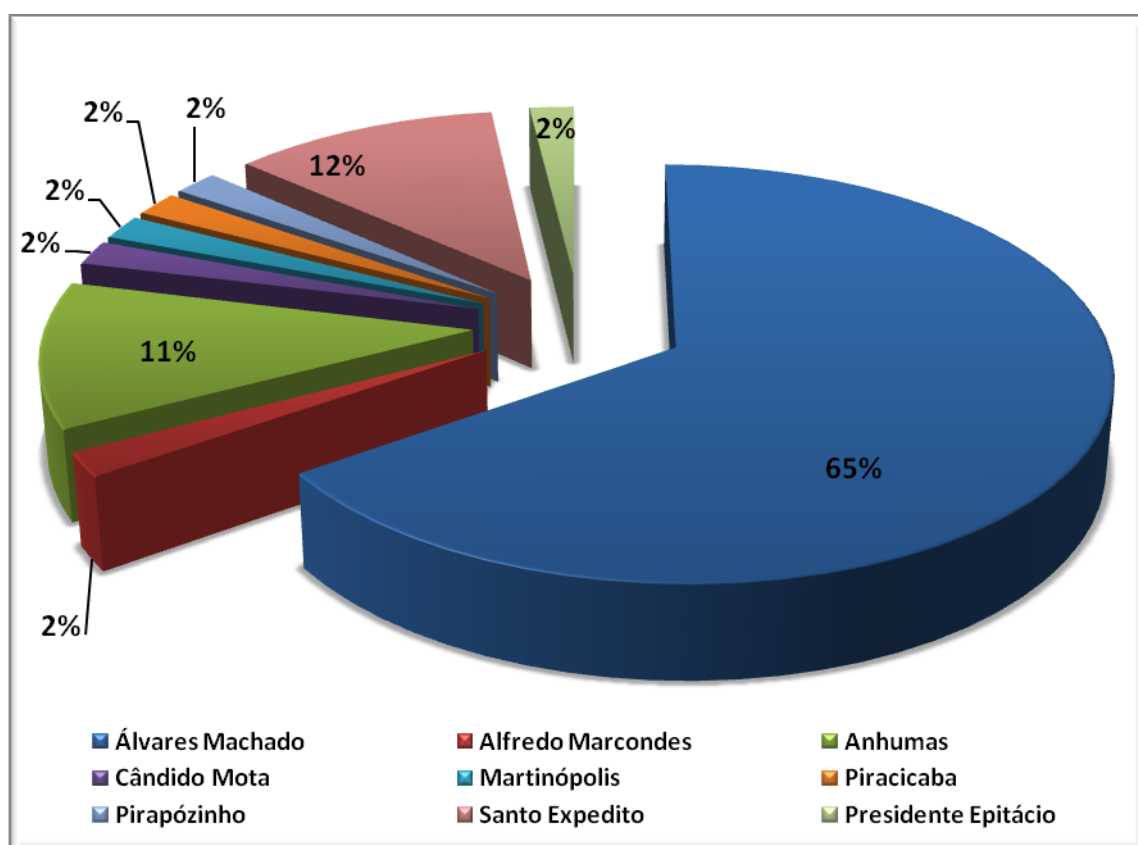
O objetivo de realizar tal levantamento por zonas da cidade se deveu ao intuito de nos aproximarmos o mais possível da realidade concreta, baseando-nos em números para identificar qual a área de maior vulnerabilidade e risco social em que está localizado o maior número de prestadores de serviço à comunidade. Como podemos ver no Gráfico 9, temos um total bastante expressivo, entre a Zona Leste, (22%) que refere-se a área de abrangência do CRAS Cambuci, e a Zona Norte, também com 22% que está na área de abrangência do CRAS Alexandrina e parte do Morada do Sol. Já a Zona Noroeste onde se localiza o CRAS Augusto de Paula também se destaca com 16% dos prestadores.

Muito embora tenhamos um número bastante reduzido, (1%, ou seja, 2 prestadores) sem localização, torna-se um dado extremamente relevante, pois

refere-se a moradores de rua que foram condenados a cumprirem pena alternativa e por não terem moradia recebem proteção sócio-assistencial da SAS – Secretária Municipal de Assistência Social.

Do universo pesquisado (369 prestadores), 52 estão localizados nas cidades vizinhas que a CPMA de Presidente Prudente acompanha, como também em outros municípios como: Pirapozinho, Presidente Epitácio, Piracicaba, Martinópolis e Candido Mota. O monitoramento desses prestadores não compete à Central de Penas de Presidente Prudente, porém, trata-se de pessoas que tiveram seu processo em andamento no fórum de Presidente Prudente, foram cadastradas na Central de Penas e Medidas Alternativas e logo transferidas para suas respectivas cidades, como podemos verificar no gráfico 10, abaixo:

GRÁFICO 10 – Prestadores de Serviço à Comunidade Moradores de Outras Cidades



Fonte: Instrumental Técnico da CPMA. Gráfico elaborado pelas autoras. 2010.

Não é nossa intenção discutir os territórios vizinhos, porém, é de extrema importância os situarmos em nossa pesquisa, pois como podemos ver, a

CPMA de Presidente Prudente acompanha um número bastante expressivo de prestadores que residem no município de Álvares Machado, ou seja, 65% que corresponde a 34 prestadores, de um universo de 52.

No qual a Central irá acompanhar e monitorar junto ao órgão responsável do supracitado município, ou seja, junto ao CREAS – Centro de Referência Especial de Assistência Social²⁷, bem como a CPMA irá cuidar da parte legal, das informações necessárias ao judiciário, e do cálculo das frequências, do abatimento destas na condenação total, como também ao suporte técnico de orientações e esclarecimentos ao órgão de referência do município, no que tange às penas alternativas e suas particularidades.

Fundamentadas nesta análise quantitativa e qualitativa que nos permitiu, através dos indicadores sociais levantados, uma compreensão crítica acerca do perfil dos prestadores de serviço à comunidade, passaremos no próximo item a analisar os indicadores levantados com a finalidade de obter um suporte para a proposta de fortalecimento da rede social em consonância com os dados e as análises realizadas.

5.3 Entrevistas com as Instituições que Compõem a Rede Social

A Central de Penas de Presidente Prudente utiliza como instrumental de avaliação²⁸ das instituições parceiras que compõem a Rede Social para o cumprimento da pena de PSC um questionário semi-estruturado, com perguntas abertas e fechadas a fim de obter informações a respeito da opinião dos responsáveis acerca dos resultados que a PSC tem obtido no dia a dia com os prestadores.

Do instrumental de avaliação utilizados selecionamos, dez questões abertas que foram usadas nesta pesquisa, a fim de fazer uma análise qualitativa

²⁷ - Que tem por função receber os prestadores do município e encaminhá-los para um órgão que melhor se adeque ao perfil e à disponibilidade de horário do prestador.

²⁸ - Conforme anexo F, no final do trabalho.

sobre as vivências e opiniões das instituições sobre a PSC, com o intuito de obter sustentabilidade para nossa proposta.

5.3.1 Metodologia utilizada, amostra estratificada²⁹:

- **Momento 1: Seleção de 20% dos órgãos cadastrados para avaliação.**

Tendo em vista que os instrumentais de avaliação já estavam preenchidos pelos responsáveis de cada órgão, decidimos utilizar 20% de um universo de 70 (setenta) órgãos cadastrados, que corresponde, em números absolutos, a 14 (quatorze) avaliações.

- **Momento 2: Critérios utilizados para a escolha dos 14 órgãos.**

Pontuamos alguns critérios relevantes, dentre eles:

- Órgãos que recebem um maior número de prestadores (Acima de 7);
- Órgãos que recebem um menor número de prestadores (Abaixo de 3);
- Órgãos Governamentais;
- Órgãos Não Governamentais;
- Órgãos com restrições de delito;
- Órgãos sem restrições de delito.

- **Momento 3: Escolha das questões do instrumental de avaliação a ser analisadas.**

²⁹ Usadas quando a totalidade das pessoas pode ser subdividida em subgrupos ou estratos por faixas de idade, renda, religião, profissão, escolaridade ou outros critérios. Nesse caso fazemos o sorteio de um certo número de pessoas em cada estrato para compor a amostra final, conservando na amostra a mesma proporção que cada estrato tem na totalidade. (Capacitação em Serviço Social e Política Social, 2001, p.25)

O grupo selecionou dez questões de um total de dezesseis. O critério estabelecido pelo grupo foi de utilizar as questões abertas do instrumental, que possibilitassem a obtenção de um retorno por parte de cada órgão no que se refere às experiências vivenciadas com os prestadores durante o cumprimento da pena de PSC no município de Presidente Prudente.

Tais questões são as que se encontram no instrumental de avaliação (anexo F) da Central sob os números 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14 e 15 e que se seguem:

3 - O serviço do prestador trouxe alguma contribuição para a entidade? Quais? (Qual?)

4 – Os prestadores trouxeram algum problema para a entidade? Quais? (Qual?)

7 – Qual é a sua maior dificuldade na relação com o prestador?

8 – Sua entidade tem alguma restrição com relação aos delitos cometidos pelos prestadores? Quais? (Qual?) Porque? (Por que?)

9 – Que sugestão V. Sr. (a) (V.S.) daria para o melhor andamento da PSC e atendimento pela Central?

10 – Na sua opinião, as oportunidades oferecidas aos prestadores de serviço como meio de mudança é (são) válida (s)? Justifique?

11 – Na sua opinião, qual o melhor meio para o prestador cumprir a sua obrigação com a justiça?

12 – A acolhida do prestador é feita por quem?

14 – Quais as atividades desenvolvidas pelos prestadores? E qual o dia da semana?

15 - Quais atividades são necessárias para a sua instituição?

- **Momento 3: Análise dos registros avaliativos.**

O grupo analisou o que foi registrado pelos 14 órgãos nas questões selecionadas.

- **Momento 4: Sistematização das informações.**

O grupo realizou uma síntese, de um modo geral, das informações mais citadas.

- **Momento 5: Elaboração do quadro síntese.**

O grupo elaborou em quadro síntese, conforme segue no próximo item.

5.3.2 Sistematização da entrevista/quadro-síntese: avaliação das instituições sobre a PSC

QUADRO 1: Quadro Síntese

Síntese	Questão 3	Questão 4	Questão 7	Questão 8
REDE SOCIAL	Sim, traz várias contribuições, principalmente no que se refere ao reforço de recursos humanos, auxílio nos serviços gerais e na agilização de todo o trabalho. Sem contar, que contribuem para manter o ambiente de trabalho sempre limpo e em ordem. Estabelecem um bom	A grande maioria não trazem problemas. Embora, já houve um caso de pequenos furtos e alguns que apresentaram um Comportamento negligente e de insubordinação, má adequação as tarefas que os foram delegadas.	Embora alguns não apresentem dificuldades de relacionamento durante o cumprimento da PSC, a grande maioria se mostram inconscientes de que estão cumprindo uma pena e não fazendo um favor para a instituição. Assim, o início do cumprimento da pena se torna bastante difícil, até que os mesmos entendam que estão sendo beneficiados e que a instituição é apenas uma parceira deste benefício. Outras	Nove órgãos afirmam não terem nenhuma restrição quanto ao delito. Alegam que a central sabe para qual órgão encaminhar cada perfil do prestador. Bem como, que a oportunidade tem que ser oferecida a todos. Enquanto, cinco órgãos afirmam ter restrição a delitos referentes a uso ou tráfico de drogas, porte de armas, violência, furto, homicídio, atentado ao pudor.

	relacionamento com os funcionários e a comunidade, pelo fato de serem moradores do bairro. Fortalece os vínculos sociais e contribui para que os mesmos retornem como voluntários.		dificuldades são em relação aos dias em que os mesmos vão prestar o serviço, por não serem fixos, dificulta uma prévia programação. As faltas sem justificativas e o uso exagerado do celular também tem sido uma das dificuldades.	Alegam, que os motivos das restrições é pelo fato de atenderem um público de crianças e adolescentes, bem como a usuários de drogas.
--	--	--	---	--

Fonte: Instrumental Técnico da CPMA. Quadro elaborado pelas autoras (2010).

Síntese	Questão 9	Questão 10	Questão 11	Questão 12	Questão 14 x 15
REDE SOCIAL	Oito órgãos não deram sugestões. Enquanto seis órgãos sugeriram que seja realizado um estreitamento na relação central X órgão. Com mais visitas "in loco" para acompanhamento aos prestadores, bem como da realidade social vivenciada pelos mesmos, pois isto	Sim, toda oportunidade de mudança é válida. Pois a pessoa tem como repensar no que fez para não cometer novamente. Sem contar que eles se socializam e se reinserem na sociedade. Levando em consideração que delitos leves não devem ir para	Depende muito do delito e do perfil do prestador, as penas alternativas são fundamentais, pois irão prestar serviço nas entidades e acabam por se sensibilizarem com a causa.	Depende do órgão e do setor que irão ficar, na maioria deles a acolhida é realizada pelo coordenador e ou coordenadora. Bem como presidentes, diretores, secretárias,	Os prestadores desenvolvem atividades de: <ul style="list-style-type: none"> - Manutenção; - Auxiliar de cozinha; - Serviços Gerais; - Pinturas diversas; - Jardinagem; - Motorista (Para alguma urgência); - Diversas (De acordo

	<p>interfere diretamente em seu rendimento.</p> <p>* Trabalho articulado com a Rede de Serviços.</p> <p>* Reuniões periódicas da central com os prestadores para avaliação e conscientização do papel deles na instituição que o recebeu e do papel da instituição na vida deles, de modo que se mantenham conscientes de que estão "pagando uma pena", ainda que alternativa, e não fazendo um favor para a instituição que o recebeu.</p> <p>* Reforço ao Manual.</p>	<p>prisão, onde com certeza voltariam mais revoltados e mais propensos a reincidência em delitos.</p> <p>Ou seja, essa é uma oportunidade para que cumpram sua pena em liberdade. Embora, para alguns deles essa pena não é vista como uma oportunidade.</p> <p>Mesmo proporcionando a eles oportunidades de mudanças de atitudes.</p>		<p>assistentes sociais e cozinheiras.</p>	<p>com suas habilidades);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inspetor de alunos; - Vigia; - Buscar doações no CEASA; - Escritório; - Auxiliar de pedreiro; - Funilaria; - Arquivo; - Digitação e Cadastramento; - Recreação. <p>Que se realizam na maioria dos órgão de segunda à sexta-feira, e em alguns órgão de sábado e domingo. As atividades necessárias são: Todas que já foram citadas. E algumas como Bibliotecário, Psicólogo, Professor, Dentistas, Engenheiro e Atendimento ao público.</p>
--	---	--	--	---	---

Fonte: Instrumental Técnico da CPMA. Quadro elaborado pelas autoras. 2010.

5.3.3 Análise qualitativa do quadro-síntese, como um indicador para a proposta de fortalecimento da rede social

Conforme o exposto no item anterior, a avaliação realizada pelos órgãos que compõem a chamada “Rede Social” para o cumprimento da pena de PSC têm muito a acrescentar e a contribuir para o aperfeiçoamento do processo de cumprimento da pena. Esses órgãos vivenciam junto com os prestadores todo o processo de efetivação da pena, tanto as experiências positivas quanto as negativas.

Ao mesmo tempo em que os prestadores contribuem com a dinâmica de trabalho do órgão, que são inúmeras, eles também apresentam dificuldades de compreensão de que estão cumprindo uma pena, o que reforça a necessidade de um trabalho sistemático junto a esses órgãos que realizam a acolhida dos prestadores e estão diariamente com eles.

Mesmo constando no levantamento realizado que a maioria deles não apresenta problemas durante o cumprimento da pena, um pequeno número de prestadores apresenta um comportamento negligente, muitas vezes não realizando as tarefas que lhe são destinadas. Esse dado, embora pouco freqüente, é uma realidade que precisa ser trabalhada, revista pela Central junto aos prestadores e aos órgãos parceiros, pois o cumprimento da pena precisa ser algo que venha a acrescentar novas experiências, aprendizados e valores na vida do prestador e da entidade e não um período constrangedor para ambos que não irá contribuir em nada, um “somente cumprir horas”.

Quando falamos de cumprimento de pena em liberdade, ou melhor, pena alternativa de prestação de serviço à comunidade, estamos falando de algo que requer muito compromisso e responsabilidade, pois esta é uma oportunidade que temos enquanto sociedade, enquanto órgãos representantes do Estado para rever uma questão que não é tão simples assim. É uma questão da violação das leis, de delitos cometidos por muitos membros da sociedade e que precisa ser uma questão encarada por todos que atuamos em sociedade, vivemos nela e convivemos também com os malefícios que a criminalidade tem nos trazido nos dias de hoje.

Diante deste quadro de delitos que só tem aumentado, principalmente no que se refere aos delitos leves como é o caso da violação do Código de Trânsito Brasileiro, precisamos ficar ALERTAS, atuarmos juntos para a prevenção, para o esclarecimento de quais os resultados um delito pode trazer para a vida das diferentes pessoas, quais as conseqüências e as responsabilidades que os mesmo irão ter que assumir, pois a sanção a eles imposta não se resume a somente cumprir uma pena, também implica em repensar o fato e se conduzir para outra direção, a fim de não reincidir no ato delituoso.

Assim, olhar para a forma como a PSC tem se realizado no município de Presidente Prudente, mais precisamente neste recorte de órgãos que analisamos nos permite rever o papel da Central e da sociedade, analisar o que podemos mudar, melhorar e sempre avançar na direção de um cumprimento de pena que seja de fato humanizado e transformador.

Diante das inúmeras possibilidades que os órgãos apresentaram na avaliação, destacamos alguns limites que têm dificultado o cumprimento da pena, como:

- os dias que os prestadores têm para cumprir a pena, pelo fato da maioria ser trabalhadores autônomos tem prejudicado a programação do órgão;
- falta de seqüência na realização do trabalho;
- a dificuldade dos prestadores em cumprir 8 horas semanais, conforme previsto na lei;
- as faltas sem justificativas para os órgãos e para a Central também são uma realidade a ser trabalhada pois, por mais que a mesma alerte acerca do compromisso, da responsabilidade que precisa ter, as faltas sem justificativa ainda continuam a se manifestar em alguns locais;
- o uso exagerado do celular que é uma realidade nova, e era desconhecida pela Central.

Toda essa realidade, fatos e relatos só veem afirmar a importância da participação dos órgãos junto a Central, esta como responsável técnica do cumprimento de pena e aqueles como responsável direto, ou melhor, diário da

efetivação do cumprimento da pena. Essa relação entre ambos, sem hierarquia, sem subordinação, sem um mandatário, aponta para um importantíssimo trabalho em rede. Neste trabalho articulados os diferentes órgãos, cada um com sua função e respeitando sua natureza irão contribuir para um objetivo comum: a prevenção de atos delitivos através da efetivação do cumprimento da pena de PSC com vistas à emancipação de sujeitos mais conscientes e responsáveis, ou seja, cidadãos com “direitos” garantidos e “deveres” cumpridos.

Outro limite a ser destacado com urgência, refere-se às restrições a alguns tipos de delitos. Dos 14 órgãos pesquisados a maioria nomeou não ter restrição a delitos, porém esta é uma realidade contraditória, pois a grande maioria restringe a alocação de pessoas que tenham cometido delitos como o Furto, o envolvimento com Drogas, delitos com natureza de Violência, Atentado ao Pudor, Crimes contra o Patrimônio Público, Porte de Arma. Como consta nos arquivos cadastrais da Central, destes 14 órgãos 9 fazem restrições a alguns delitos e apenas 5 não fazem restrição alguma.

Esta realidade apresenta-se como limite para o cumprimento da pena porque dificulta ainda mais a identificação de um local, por parte da Central, para onde encaminhar os prestadores que tenham cometido delitos que sofrem restrições por parte dos órgãos de acolhimento. Estes dados se cruzados com o número de vagas disponíveis em locais que funcionam aos finais de semana, que são mínimos, tem sido uma realidade extremamente limitadora. Eis uma questão a se pensar e que nos conduz à construção de uma proposta de fortalecimento desta base: Rede Social para o cumprimento da pena de PSC.

Algumas sugestões de grande relevância foram registradas por alguns órgãos analisados e que poderão contribuir para uma proposta em consonância com a realidade dos prestadores e da central. Cabe ressaltar, que a avaliação realizada pelos órgãos possibilitaram a confirmação de que a pena alternativa por meio da PSC é uma oportunidade válida, conforme explicitado no quadro síntese na questão 10. Ainda que precise de alguns reparos técnicos, conforme a questão 9, tem apresentado resultados positivos, pelo fato dos prestadores se socializarem e se sensibilizarem com a causa atendida por cada órgão como por exemplo: órgãos que atendem pessoas com deficiência, com problemas de saúde, pessoas que lutam para se recuperar de vícios e outras.

Para finalizar a análise da avaliação realizada pelos órgãos de acolhimento de prestadores, podemos perceber que a maioria dos órgãos os acolhem sempre pela “porta da frente”, ou seja, são acolhidos pelos responsáveis, pelos diretores, coordenadores, presidentes e equipe técnica, como assistentes sociais, e logo são destinados aos setores e serviços pelos quais ficarão responsáveis.

Como demonstramos no quadro síntese a maioria deles são destinados a serviços gerais e a necessidade maior de cada órgão tem sido o reforço ao quadro de recursos humanos do órgão, principalmente para a finalidade de cuidar de serviços gerais. É bastante conhecido o fato de que a acolhida, em qualquer das situações, é o instrumento principal para a obtenção de resultados, e no cumprimento da PSC não é diferente. Os órgãos que acolhem bem os prestadores, principalmente quando estes estão iniciando o cumprimento da pena acabam por estabelecer um vínculo de respeito e, no decorrer do processo de cumprimento da pena, obter resultados positivos no que se refere à relação entre ambos, prestador *versus* instituição.

Dentre esses órgãos, destacam-se alguns que procuram analisar o potencial e o perfil de cada prestador para explorar as habilidades que ele tem e utilizá-las como mão de obra qualificada. Por exemplo: não consta no quadro síntese, mas um dos órgãos relatou à estagiária da Central, integrante do grupo, em visita institucional, que aproveitou toda a habilidade que um prestador tinha para pintura e o colocaram para reformar o visual do prédio, com pintura das portas, paredes e jardim. Com isso, o prestador ficou satisfeito por realizar uma atividade que tinha desenvoltura e o órgão ficou de aparência renovada. Ambos se completaram, habilidade do prestador *versus* necessidade do órgão.

Esta também é uma questão fundamental que iremos abordar na construção da nossa proposta de fortalecimento da Rede Social, pois somente através desta conexão: habilidade do prestador *versus* necessidades do órgão é que de fato se realizará o cumprimento de pena da maneira a trazer benefícios para o prestador e para o órgão que o acolheu.

6 PROPOSTA DE FORTALECIMENTO DA REDE SOCIAL PARA O CUMPRIMENTO DA PENA

Diante de toda essa realidade vivenciada e fundamentada pelas informações obtidas através dos indicadores sociais levantados com o perfil dos prestadores, com a avaliação realizada pelos órgãos que compõem a rede social, como também considerando “falas” de alguns prestadores que já concluíram sua pena e deixaram através de um instrumental de avaliação sua contribuição referente à experiência vivenciada durante o cumprimento da pena na relação com a instituição, apresentamos uma proposta com a qual temos por intenção trazer um produto que venha contribuir para a construção de uma sociedade menos violenta, mais justa, mais humana e mais democrática.

Estamos certas de que o fortalecimento da Rede Social para cumprimento de penas de forma mais educativa se dará através da construção de uma metodologia de trabalho que seja desenvolvida por todos os atores que compõem o sistema de justiça, incluindo a Central de Penas e Medidas Alternativas e os órgãos que estarão acolhendo os cumpridores de penas alternativas. Esta metodologia terá por princípio central, por direção norteadora das ações, por meta focal, diminuir o índice de pequenos delitos, o que, espera-se, acabará por refletir-se na diminuição da criminalidade.

Assim, o meio para a construção de uma rede fortalecida se faz através da “Mobilização Social”, segundo Toro (2007, p. 13):

A mobilização social é muitas vezes confundida com manifestações públicas, com a presença das pessoas em uma praça, passeata, concentração. Mas isso não caracteriza uma mobilização. A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, cotidianamente, resultados decididos e desejados por todos. Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum [...].

Diante do conceito de mobilização construído por Toro (2007, p.13), acreditamos que ela é um dos meios pelo qual conseguiremos o fortalecimento dos sujeitos que compõem a rede, para que esta esteja fortalecida, pois quem faz rede são os próprios sujeitos, são os atores sociais, com sua capacidade técnica, pró-ativa de construir respostas diante de questões que lhes são colocadas no dia a dia profissional e na vivência em comunidade.

É essa experiência que nos permite ter a consciência de que viver em comunidade não é “se fechar no próprio mundinho”, mas atuar com todas as possibilidades no intuito de contribuir para a transformação do outro, principalmente quando falamos de criminalidade, sendo este um fenômeno construído socialmente e que amedronta a todos, no qual unidos podem juntos se fortalecer, a longo prazo, contra esta, ou pelo menos contribuir para a sua diminuição. Por menores que sejam as ações desenvolvidas, seja nas entidades, nos órgãos do estado, nas escolas, nas igrejas, através das políticas públicas, através de movimentos sociais serão sementes lançadas que provocarão pequenas ou grandes transformações que refletirão em resultados no amanhã.

Assim, estudar esta metodologia de Mobilização Social, e tentar construí-la no nosso dia a dia profissional, é uma proposta que colocamos para este fortalecimento da rede, pois como discute Toro (2007, p. 39) a democracia, a emancipação do sujeito da qual tanto falamos somente será possível quando as pessoas se auto-convocarem livremente para atuarem em prol de questões que envolvem uma responsabilidade social por parte de toda sociedade. Esta conscientização só se evidencia quando a pessoa se sente sensibilizada e consequentemente mobiliza-se pela causa.

A mobilização social não é uma oportunidade de conseguir pessoas para ajudar a viabilizar nossos sonhos, mas de congregar pessoas que se dispõem a contribuir para construirmos juntos um sonho, que passa a ser de todos. (TORO, 2007, p. 39)

Como podemos ver, nossa sociedade atua com várias grandes campanhas que envolvem atores conscientes lutando por algumas questões que só terão resultados na coletividade. Um exemplo relevante a ser mensurado, a nível de conhecimento, pois não é o foco da nossa pesquisa, refere-se à mobilização dos projetos sociais e de alguns atores em torno da garantia dos direitos da criança e do adolescente, que formam uma rede, um sistema de garantias de direitos, como por exemplo, a UNICEF, o Programa Criança Esperança e a Pastoral da Criança que movimentam todo o país, que envolve e chama a sociedade para a responsabilidade de prover meios para que as crianças e adolescentes tenham acesso aos seus direitos e à proteção social.

Com este exemplo de envolvimento, mobilização, auto-convocação, responsabilização por parte de toda sociedade podemos tomar como base para uma construção conjunta de meios que pensem, discutam, reflitam, debatam mais sobre a questão dos delitos, seja a nível municipal, regional ou estadual, pois o que leva as pessoas a mudarem sua cultura, sua forma de ver e conviver com um determinado fenômeno é o conhecimento, não só obtido por meio de teorias críticas, mas por meio da relação com o outro, na troca de experiências.

Assim, trazendo para a realidade da CPMA de Presidente Prudente e para as dificuldades vivenciadas por esta durante o cumprimento da pena podemos elencar alguns pontos fundamentais que compõem o processo de construção da mobilização social, como aborda Toro (2007, p. 37), é parte intrínseca dessa metodologia a identificação de um “imaginário convocante”, ou seja, o objetivo, o futuro a ser construído, atores sociais mobilizados, bem como a importante e fundamental contribuição da comunicação publicitária.

Esse imaginário convocante segundo Toro (2007, p. 37):

[...] deverá estar expresso sob a forma de um horizonte atrativo, um imaginário “convocante” que sintetize de uma forma atraente e válida os grandes objetivos que se busca alcançar. Deve expressar o sentido e finalidade da mobilização, tocar a emoção das pessoas. Não deve ser só racional, mas ser capaz de despertar a paixão. A razão controla, a paixão móve.

Uma das condições para desenvolver, construir esta metodologia na Central, seria trabalhar com a Rede a construção de um imaginário convocante bastante definido, como pensamos e elaboramos dois exemplos:

“Sua OPORTUNIDADE pode TRANSFORMAR a VIDA de um PRESTADOR de serviço à COMUNIDADE.”

“DÊ uma OPORTUNIDADE! VOCÊ pode TRANSFORMAR a VIDA de um PRESTADOR de serviço à COMUNIDADE.”

Podemos dizer que a Central possui algumas condições para desenvolver, para construir essa metodologia, na medida em que já dispõe da colaboração de atores sociais, pessoas que poderiam exercer o papel de “reeditor social”³⁰, que dentro do processo de mobilização social têm a função de atuar no seu território, no seu espaço, com suas possibilidades para a concretização do imaginário convocante. Esses “reeditores sociais” seriam os próprios órgãos que compõe a rede social para o cumprimento da pena, embora algumas organizações estejam pouco fortalecidas, ainda assim dispõem de um começo de possibilidades.

Outro ponto importante é a comunicação publicitária que já vem sendo desenvolvida pelo Ministério da Justiça, a nível nacional, em rede pública (TV), atuando com algumas propagandas, alguns informativos a respeito das penas alternativas, o que já tem apresentado resultados positivos para os prestadores, pois alguns destes em atendimento na Central de Penas de Presidente Prudente relataram o novo olhar de oportunidade para com o prestador, bem como a importância dessa pena, que tem sido divulgado na mídia.

Com isso, podemos dizer que se faz necessário, assim como afirma Toro (2007, p. 48), o investimento em propaganda, em comunicação visual, em *folders*, cartazes, em discussões a nível nacional em rede de televisão, ou rádio, sobre estas questões, pois trazem resultados no que se refere à motivação dos

³⁰ Segundo Toro (2007, p. 45-46) o reeditor social: “[...] designa uma pessoa que, por seu papel social, ocupação ou trabalho tem a capacidade de readequar mensagens, segundo circunstâncias e propósitos, com credibilidade e legitimidade. Dito de outra forma, é uma “pessoa que tem público próprio”, que é reconhecido socialmente, que tem a capacidade de negar, transformar, introduzir e criar sentidos frente a seu público, contribuindo para modificar suas formas de pensar, sentir e atuar. Os educadores são reeditores ativos. Por sua profissão e pela credibilidade que têm frente a seus alunos podem legitimamente introduzir, modificar ou negar mensagens, segundo circunstâncias e propósitos. Um pároco, um gerente, um líder comunitário também são, pelas mesmas razões, reeditores. O reeditor é diferente dos chamados “multiplicadores”. Ele não reproduz um conteúdo o mais próximo possível da forma como o recebeu, mas o interpreta e amplia adequando-o naturalmente ao seu público. A qualidade de seu trabalho não é medida pela fidelidade ao conteúdo original, mas pelo enriquecimento da mensagem, pela sua adequação, através do uso de códigos, valores e experiências próprios daquele grupo, pelo correto entendimento dos propósitos e sentidos e pela participação que gerou. O reeditor é diferente também do militante tradicional. Ele atua no seu cotidiano. O campo de atuação do militante é o mundo. O reeditor crê no convencimento de cada um, o militante crê na conversão, na adesão. A atuação do militante reforça os comportamentos de sociedades caudilhistas, que estão sempre se perguntando quando virá alguém para acabar com “isso”, que trata os problemas como “desordem”, que dependem de alguém que restabeleça a ordem. O reeditor reforça o conceito de democracia e de cidadania, de uma sociedade que constrói sua própria ordem.

atores sociais, na medida em que estes se sentirão importantes por contribuírem com esta questão.

Assim, não só o Ministério da Justiça poderia lançar mais propagandas, discussões em horários acessíveis a todo público com vistas à prevenção e ao esclarecimento de questões que envolvem atos delitivos, mas também a própria Central³¹ junto ao seu município e aos órgãos que compõem o sistema de garantia dos direitos sociais poderia promover Fóruns de Discussões, grupos reflexivos, cartazes estimuladores e outros meios que coloquem em evidência essa questão. Como se bem sabe, consciência crítica se constrói aprendendo, discutindo, refletindo, desconstruindo alguns paradigmas que são construídos socialmente. Não que seja algo fácil e imediato, mas algo fundamental para que um cumprimento de pena em liberdade seja impactante, capaz de provocar na pessoa que cometeu um delito leve uma barreira contra a criminalidade, ou seja, mais uma pessoa a menos na lista de futuros infratores a integrar o sistema prisional.

Como o próprio nome diz, a prevenção é algo que atuará para prevenir não só aquele que nunca se envolveu com infrações, mas também, para a prevenção da não reincidência. E este é um processo que envolve vários atores mobilizados, conscientes de quais objetivos pretende-se atingir, quais metas quer-se alcançar, e estas metas não bastam por si só para mantê-los motivados, mobilizados, é necessário a construção de um processo constante de fortalecimento, e este fortalecimento também se faz em conjunto, em “rede”, pois cada ator, até mesmo a própria Central deverá contribuir com suas possibilidades, suas

³¹ Neste processo de mobilização social a Central exercerá a função de produtor social. Segundo TORO (2007, p. 41-42) entende-se por Produtor Social a pessoa ou instituição que tem a capacidade de criar condições econômicas, institucionais, técnicas e profissionais para que um processo de mobilização ocorra. Uma Secretaria de Estado, uma instituição pública ou uma entidade privada, uma pessoa ou um grupo podem ser produtores sociais. O Produtor Social é responsável por viabilizar o movimento, por conduzir as negociações que vão lhe dar legitimidade política e social. O Produtor Social tem a intenção de transformar a realidade, tem certos propósitos de mudança e se dispõe a apresentar e compartilhar esses propósitos com as outras pessoas, que vão ajudá-lo a explicitá-los, ampliá-los e, é claro, a alcançá-los. Para isto ele precisa ter uma certa legitimidade, seja própria, seja conferida por alguém ou por algum princípio, senão é difícil que ele consiga a credibilidade necessária no primeiro momento. Ao longo do processo esta legitimidade vai crescer ou diminuir, refletindo a qualidade da sua gestão do processo. É essencial que o Produtor Social seja visto não como dono, mas como precursor de um movimento que reflete uma preocupação e um desejo de mudança compartilhado.

habilidades e potencialidades, que juntas resultarão em uma grande força movedora de ações conscientes, que de fato fará diferença na vida do cumpridor de pena.

Consideramos que este período de cumprimento de pena deve proporcionar uma transformação, uma mudança na vida do prestador, e para isso se faz necessários que os atores que o receberão estejam mais preparados e mais fortalecidos. Não basta apenas se responsabilizarem por ele, precisam estar mobilizados para conhecer, pensar, entender o que se fala sobre pena alternativa, sobre criminalidade, delito, suas conseqüências, o porquê de as pessoas se envolverem na criminalidade como uma forma de sobreviverem, o que causa e o que leva à criminalidade hoje, o perfil do prestador, o porquê o juiz determinou essa forma de pena, enfim, uma série de questões que possibilitarão aos atores sociais uma visão diferenciada, crítica e menos preconceituosa acerca dos prestadores que irão acompanhar mais diretamente.

Para que isso aconteça, para que essa visão se instale propomos capacitações semestrais para os órgãos que compõem a rede e irão acompanhar os cumpridores de pena, a fim de prepará-los para esse processo que será educativo e que contribuirá muito para a vida do prestador. Propomos reuniões bimestrais entre os órgãos para discutir suas dificuldades, seus limites, suas possibilidades e, claro, para propiciar a troca de experiências entre eles. Pois, como podemos constatar nas sugestões realizadas pelos órgãos através da avaliação e apresentadas nesta pesquisa através do quadro-síntese, verificamos que estes sentem necessidade de reuniões periódicas e do estreitamento das relações entre CPMA e órgãos de acolhimento.

Propomos também um grupo de preparação para o cumprimento da pena para os próprios prestadores, no qual no primeiro mês da condenação os mesmos utilizariam das 8:00 horas semanais de cumprimento de pena, 4:00 horas para discutirem sobre a pena a que foram condenados, sua importância, suas responsabilidades, e que até mesmo possam discutir temas que possibilitem ter consciência crítica, preparando-os para fazerem escolhas conscientes e cumprir deveres com responsabilidade.

Para fortalecermos nossa proposta deixamos aqui, para análise, um registro de um dos prestadores de serviço à comunidade realizado na avaliação

final³² do cumprimento da pena, requerida pela Central, a fim de conhecer a experiência vivenciada pelo mesmo durante o cumprimento da pena, bem como suas sugestões.

“Acho que a PSC não deveria ser submetida somente a trabalhos que muitas ou na maioria das vezes não acrescenta nada a sua vida, a PSC deveria promover palestras motivadoras ou atividades que melhorassem ou estimulassem um melhor convívio em sociedade”. (SIC, 2010)

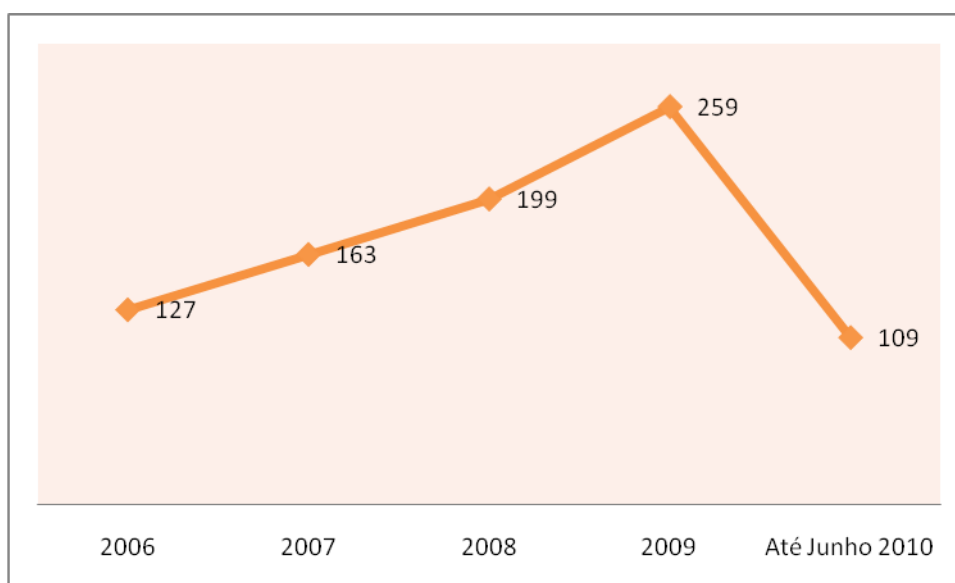
Diante este registro e como podemos constatar com a avaliação realizada pelas instituições, este grupo de conscientização seria importante, pois viria responder à sugestão do prestador, como também aos relatos da instituição, quando informam que muitos dos prestadores não tem compreensão de que estão em cumprimento de pena, acham que estão fazendo um favor para o órgão que os acolhem.

Pautadas nesta realidade evidencia-se a necessidade da criação deste grupo, deste projeto de preparação para PSC, pois este também será um meio, uma estratégia para o fortalecimento da Rede. Consideramos que, se os prestadores estiverem preparados, conscientes de suas responsabilidades, esse preparo refletirá no fortalecimento das instituições que se sentirão mais motivadas para atuar na missão de acompanhamento das penas alternativas.

Para tanto, embasado na realidade presente o profissional da Central estará munido de argumentos sustentáveis para a apresentação deste projeto, desta proposta, ao juiz desta comarca, pois a realização desse grupo de preparação, utilizando-se das 4:00 horas de cada semana, do primeiro mês, requer autorização judicial. Destarte, a avaliação realizada pelas instituições será um meio viável para mostrar ao juiz a importância desse grupo, bem como que seus resultados poderão contribuir e refletir positivamente e de forma efetiva no cumprimento de pena.

Como podemos ver no Gráfico 11 (próxima página), o número de pessoas que passam pela Central para cumprirem PSC só tem aumentado:

³² Conforme anexo G, no final do trabalho.

GRÁFICO 11: Total de Novos Cadastros-Ano da Pena de PSC

Fonte: Resgistros da CPMA. Gráfico elaborado pelas autoras .2010.

Diante desse aumento de novos atendimentos/ano, realizados pela Central evidencia-se a necessidade da estimulação de novos parceiros para compor a Rede, de novos órgãos que disponibilizem mais vagas e contribuam para o enfrentamento dessa questão, uma vez que, além de serem novos integrantes, se entendam também como sujeitos que compõe uma Rede de Combate a delitos de menor potencial ofensivo, uma Rede de prevenção, em que sua participação, sua contribuição resultarão em benefícios não só para os prestadores, mas para a própria instituição acolhedora e para a sociedade.

Torna-se também, de suma importancia para o fortalecimento da Rede um trabalho que possibilite aos órgãos que a compõem, a ultrapassagem da ótica de meros parceiros, para sujeitos e atores sociais, pró-ativos, componentes e integrantes dessa Rede. Existe uma diferença fundamental entre parceiros

simplesmente e parceiros integrantes de uma Rede, uma vez que este último vai muito além de órgãos disponibilizadores de vagas para o cumprimento da PSC, mas sim, de parceiros comprometidos com uma causa, voltados para um único objetivo, um cumprimento de pena educativo e transformador.

Para tanto, também se faz indispensável o entendimento amplo sobre Rede Social, sua função, suas possibilidades e seus limites. É preciso ainda um trabalho que possa ser realizado pela Central, esta também como integrante dessa Rede, que discuta o perfil dos prestadores com todos os órgãos parceiros para conhecimento destes acerca das reais condições dos prestadores. Um dado bastante expressivo, impactante, como pudemos constatar nos gráficos o que nos fez conhecedores de que 69% dos prestadores não tinham nenhuma condenação anterior, esse conhecimento permite ultrapassar uma visão preconceituosa, estigmatizada, marcada por paradigmas excludentes que permeia o senso comum na sociedade hoje. Alertando-se para a necessidade da construção de uma visão crítica, para além daquilo que está aparente, buscando uma compreensão deste indivíduo enquanto sujeito de direitos e deveres que reproduz, muitas vezes, as únicas oportunidades que vivencia.

Dando continuidade a proposta de fortalecimento da rede social, destacamos os territórios de abrangência de CRAS no município de Presidente Prudente, uma vez que, como é apresentado pelo mapa em anexo, observamos a grande quantidade de cumpridores de PSC em determinadas áreas de CRAS, pois, este enquanto espaço de acolhida da população que o compõe, é responsável pelo fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, como sustenta a PNAS (2004, p.29) “o CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário.”

Assim, o CRAS também é ator extremamente importante e fundamental para compor essa Rede enquanto órgão estatal. Dessa forma, destacamos o CRAS enquanto espaço potencial e privilegiado para atuar junto ao cumprimento de pena alternativa de PSC, uma vez que este conhece seu território de abrangência, suas características e suas demandas por estar inserido em sua comunidade.

Deste modo a proteção social básica no âmbito do CRAS, como sustenta a PNAS (2004, p.27) tendo por objetivo prevenir situações de risco, para

tanto é necessário que “abra suas portas”, que acolha esses prestadores, para que assim, os mesmos encontrem espaços próprios para criarem vínculos e se tornarem sujeitos críticos e protagonistas de sua própria comunidade. O próprio CRAS poderia ser um agente articulador, junto à Central, dos equipamentos públicos da sua área de abrangência para trabalhar com o fortalecimento e a acolhida aos prestadores, bem como para atuar na prevenção de delitos.

Nesta proposta não poderíamos deixar de mensurar a importância de trabalhar os resultados obtidos através da PSC com os órgãos que acolhem os prestadores, como sendo uma estratégia de mobilização, fortalecimento e continuidade do trabalho. Um dos meios que identificamos como importante e relevante para mostrar os resultados seria através do próprio instrumental de avaliação³³ que é realizado pelo prestador quando ele conclui sua pena, que nos permite ter um *feedback* sobre as mudanças que a PSC proporcionou em sua vida. Para justificar essa sugestão destacamos algumas perguntas deste instrumental e suas respectivas respostas:

2. A PSC/LFS trouxe benefício(s) para você?

(x) SIM. “Dar valor em minha liberdade”. (SIC)

(x) SIM. “Aprendi a dar mais valor e respeitar como sou respeitada e a não julgar antes de conhecer”. (SIC)

3. Na PSC/LFS trouxe algum fato que lhe deu satisfação?

(x) SIM. “ A amizade do pessoal da entidade”. (SIC)

(x) SIM. “Ser muito bem acolhida e amparada moralmente sem nenhum julgamento”. (SIC)

6. Durante a PSC/LFS houve alguma mudança em sua vida?

(x) SIM. “ Pensar mais antes de agir”. (SIC)

(x) SIM. “Vivendo a realidade das entidades, sempre surge o desejo de ajudar as pessoas de alguma maneira”. (SIC)

(x) SIM. “Aprendi dar mais valor em mim mesmo”. (SIC)

11. Você tirou algum aprendizado desta experiência?

(x) SIM. “ Ser paciente, pensar e pedir ajuda antes de tomar o primeiro impulso”. (SIC)

(x) SIM. “Por mais que as circunstancias sejam negativas ao seu redor, sempre é possível fazer algo para ajudar seu semelhante”. (SIC)

Como podemos observar, de forma breve, esses relatos nos permitem ter um retorno dos benefícios e das transformações que a PSC proporciona na vida do prestador e que só se tornam possíveis nesta troca mútua de experiências entre

³³ Conforme anexo G, no final do trabalho.

prestador e órgão acolhedor. Sabemos que, se esse prestador não tivesse tido essa oportunidade de cumprir sua pena em liberdade e tivesse que cumprir sua pena em regime fechado, talvez não apontasse tais resultados positivos sobre as possibilidades que pode ter em sua vida, bem como as novas oportunidades de interagir com a comunidade e a capacidade de atuarem como atores integrantes de uma campanha de prevenção contra a criminalidade com vistas à sua própria experiência.

Diante o exposto evidencia-se a importância que a Pena Alternativa de Prestação de Serviço à Comunidade tem, suas inúmeras possibilidades para atuar de forma preventiva na prática de delitos, a importância de se pensar em uma rede fortalecida para o cumprimento da pena, pois como podemos descobrir durante a finalização da pesquisa, esta não é somente uma realidade vivenciada no município de Presidente Prudente, é uma realidade também presente na cidade de Santa Maria - RS, que foi foco de discussão e pesquisa semelhante realizada por Janice Merigo.

Assim, para finalizar nossa proposta gostaríamos de problematizar a atuação do poder público municipal enquanto órgão representante do Estado e responsável por seus munícipes e suas demandas.

Deste modo, cabe analisar os princípios da Constituição Federal de 1988, no que se referem aos deveres do Estado enquanto Poder Público Municipal de criar Políticas Públicas, ações, espaços e legislar para a materialização das necessidades da população.

Conforme reza o artigo 23 da supra citada Lei:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...] X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos [...] (BRASIL, CF, 1988).

É imprescindível evidenciar este artigo posto pela Constituição Federal no âmbito desta problematização sobre as Penas Alternativas de PSC e suas dificuldades de operacionalização, tendo em vista o número limitado de vagas. Como podemos observar é de competência do Poder Público nas três esferas de

governo, incontestavelmente atuar em qualquer situação, qualquer fator de marginalização, ou seja, de risco, e deslocando essa competência para a realidade do município de Presidente Prudente, e cruzando-a com a presente pesquisa, na qual discutimos a necessidade da ampliação de locais para o cumprimento da pena de PSC, evidencia-se a necessidade de intervenção e participação do poder público do município, de sua responsabilização frente a esta demanda presente e crescente, com vistas a buscar a integração social desses prestadores, para que se sintam sujeitos pertencentes de um município, população, bairro e ou comunidade.

De acordo com o Art. 30 da Constituição federal (1988), compete aos Municípios “I - legislar sobre assuntos de interesse local; V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local”. [...]

A CPMA de Presidente Prudente mesmo estando subordinada à Coordenadoria de Reintegração Social e sendo responsável por essa demanda referente à operacionalização das penas e medidas alternativas, está localizada neste município e para tanto precisa unir forças com poder público local, levando em consideração que este assunto é de relevância e interesse local. Portanto, cabe ao município e aos seus respectivos poderes legislativo e executivo formular leis municipais, elaborar ações, criar conselhos de fiscalização e espaços para a discussão desta demanda e principalmente criar espaço próprio para o cumprimento da PSC. Cabe ressaltar que esta necessidade fica mais evidente se observarmos o mapa que está em anexo, que nos apresenta um número elevado de prestadores que estão em áreas que não possuem cobertura de CRAS e que estão sob referência da SAS – Secretária Municipal de Assistência Social.

Desse modo, seria necessário fazer um levantamento das necessidades e carências presentes no município para que houvesse um trabalho articulado entre o Poder Público Municipal que disporia das condições materiais para atender tais necessidades e a Central, por meio dos prestadores que contribuiriam com sua mão de obra e habilidades. Conforme o exemplo a seguir de grande relevância a ser citado nesta pesquisa, para esclarecimento de tal proposta, em que foi identificado pela Mitra Diocesana deste Município, junto às comunidades paroquianas locais a necessidade de fabricar fraldas geriátricas para adulto a fim de atender as famílias de baixa renda. Após a identificação desta necessidade a Mitra

Diocesana compra a matéria prima e as máquinas, distribui às paróquias e estas disponibilizam o espaço para as famílias e voluntários do bairro produzirem as fraldas.

Portanto, não poderíamos finalizar esta proposta de fortalecimento da Rede Social para o cumprimento da PSC, sem discutir a importância e necessária participação do Poder Público Municipal, uma vez que não podemos retirar esta responsabilidade do Estado e passá-la para as organizações não governamentais, ou seja, transformar essa demanda em uma questão de responsabilidade social apenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentada e problematizada aqui a pesquisa acerca da atuação do Serviço Social na Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente na operacionalização da Pena Alternativa de PSC, seus limites e suas possibilidades, bem como a necessidade da Proposta de Fortalecimento da Rede Social em torno do cumprimento das penas alternativas, concluímos que desde a implantação das Penas e Medidas Alternativas - que ocorreu com a revisão do Código Penal em 1984 -, muito se tem avançado e muito mais ainda se necessita avançar, pois não podemos ignorar que este modelo de pena alternativa foi avançadamente pensado nos moldes de cidadania e de inclusão social e lançado em uma sociedade conservadora e preconceituosa.

Foi possível identificar com esta pesquisa que o Serviço Social tem muito a contribuir na operacionalização da pena alternativa, uma vez que inserido neste contexto sócio-jurídico o profissional dessa área dispõe de todo um aporte teórico, crítico–metodológico, técnico–operativo e ético–político para intervir junto a essas demandas presentes no dia a dia profissional, não só com o que diz respeito às inúmeras possibilidades que a PSC apresenta, mas também com os limites postos à operacionalização desta como foi constatado com a pesquisa e relatado por uma das integrantes do grupo, estagiária da Central, no que se refere ao número limitado de órgãos para acolher esses prestadores, bem como quanto às suas restrições e temores.

Esta importante atuação profissional do Serviço Social na Central de Penas é resultado da diferenciada capacidade crítica que este profissional tem, bem como de seu conhecimento, de suas habilidades e; principalmente, do compromisso que ele tem com o sujeito de atendê-lo não só no que está no aparente, mas buscar responder também às suas demandas ocultas. Tal condição, como se viu, foi apresentada no relato dos três casos atendidos na Central pelo Serviço Social, evidenciando assim, os resultados positivos que esse profissional tem obtido nesse espaço novo de atuação.

Desde 2006, com a implantação da Central de Penas e Medidas Alternativas em Presidente Prudente, o Serviço Social tem contribuído muito para a

visibilidade desse trabalho, não só no que se refere à pena de PSC, mas também às outras ações que a Central também acompanha, como por exemplo, a elaboração do Projeto Piloto “Uma Medida para a Vida” a fim de complementar as ações da Pena de Medida Educativa.

Nessa conjuntura o Assistente Social é ator principal para o enfrentamento desta problemática que discutimos e diante da necessidade do fortalecimento da Rede Social para a superação dos limites e dificuldades vivenciadas na operacionalização da PSC, enquanto profissional propositivo, articulador, estrategista, mediador das necessidades que são postas na sua dinâmica de trabalho.

Através da compreensão das atribuições do Assistente Social podemos observar que este tem como papel importante no fortalecimento da rede ou quando esta não existir buscar sua articulação e a sua implementação.

Como proposta de intervenção para o fortalecimento da Rede deve se buscar estratégias para a articulação entre entidades, instituições e Central e isso deve ocorrer quando estas têm conhecimento e propriedade sobre as mudanças que seu trabalho pode provocar na vida dos prestadores. No entanto, para que essa transformação ocorra, a atuação dos agentes envolvidos não pode ser construída dissociada uma das outras, mas sim interligada e na busca por objetivos em comum com estes prestadores, olhando para eles como sujeitos potenciais, verdadeiramente humanizados ou em condições de sê-lo, ou seja, não apenas como usuários que vão cumprir a medida, mas também como pessoas que podem conseguir uma mudança de vida.

Assim sendo, é necessário reforçar que essas transformações só ocorrem através do conhecimento e da discussão do perfil dos prestadores, da realidade que os rodeia através de uma proposta de busca de uma nova realidade através de suas habilidades, aptidões, levando em conta suas afinidades, a fim de que através destas possam contribuir para a instituição assim como e especialmente com o próprio prestador de forma que este reflita sobre seu ato e não reincida na pena. Não é demais reafirmar que essa transformação só ocorrerá através de uma maior conscientização, seja das instituições, dos prestadores e da própria sociedade para a contribuição que todos podem propiciar, com um olhar diferente que se

ampare no caráter educativo e não punitivo ou coercitivo da Prestação de Serviço a Comunidade.

O caráter educativo da medida não remete somente olhar para o delito cometido, mas sim para a realidade que permeia a sociedade hoje e que se reflete na vida do prestador, ou seja, a forma como a sociedade encontra para sobreviver, produzir e reproduzir, suas desigualdades, pobreza, miséria e especialmente a violência. É somente através dessa compreensão, dessa análise crítica, com os sujeitos envolvidos e articulados em rede poderão construir estratégias para o enfrentamento dos limites, seja através dos meios de comunicação, televisão e rádio de forma a possibilitar a sociedade um novo olhar para o prestador vendo-o como sujeito que pode ser o protagonista de sua história, e assim, transformar ações meramente punitivas em oportunidades educativas, possibilitando às instituições o rompimento com as mais diversas formas de discriminação e exclusão para com os prestadores.

No entanto, evidencia-se que com base em todo aporte teórico apreendido durante os quatro anos de estudo e formação, bem como através das discussões em sala de aula sobre as competências profissionais do Serviço Social, e sua complementação com as experiências vivenciadas nos distintos campos de estágios pelas quatro integrantes do grupo, podemos concluir, aqui desenvolver e afirmar nesta pesquisa que o assistente social dotado de conhecimento e capacidade para identificar as necessidades que precisam ser supridas, ou melhor, as demandas sócio-profissionais amparado por um olhar crítico para identificá-las, detém também potencial para articular meios privilegiados para pensar e identificar respostas profissionais sustentáveis.

Com base nos indicadores do perfil dos prestadores, como também nos indicadores obtidos através da avaliação dos órgãos componentes da Rede Social e se posicionando como futuras assistentes sociais foi possível a construção de uma proposta em nível de realidade, fundamentada e contextualizada para além do “aparente”. Cabe mensurar ainda, que muitas vezes ações não alcançam respostas sustentáveis por serem criadas através do “achismo”, ou seja, “eu acho que seria melhor...”, e não com base na real necessidade, como podemos identificar na pesquisa quando tivemos um retorno por parte das necessidades que os órgãos

sentiam, como também, através da devolutiva que os prestadores deram ao mensurar suas sugestões.

Como, durante a elaboração da pesquisa, em cada item problematizado, tivemos um *feedback* para a elaboração da proposta de Fortalecimento da Rede Social, como também da sua imprescindível realização, esta afirmação ficou evidente – através da verificação do aumento do número de novos cadastros realizados pela CPMA entre 2009 e o primeiro semestre de 2010 e com o elevado índice de prestadores réus primários - que além da necessidade de uma Rede Social fortalecida, existe a necessidade desta ser estruturada perante a dinâmica da realidade social que compõe a própria Rede.

Nesse sentido, podemos supor também que a PSC, com uma operacionalização para além do cumprimento da pena, venha ser um momento de oportunidades, de uma prestação de serviços reflexiva, que agregue valores tanto para o prestador como também para as organizações que os recebem, com o intuito de diminuir as taxas de reincidência e de atuar na prevenção de delitos de menor potencial ofensivo.

Frente às diversas questões levantadas e analisadas por nós afigura-nos evidente a necessidade de uma Rede Social fortalecida para o cumprimento da PSC, ou seja, uma Rede Social conectada de forma horizontal sem relações hierárquicas de poder, uma Rede Social composta também pelo poder público e não somente pelas entidades, atuando com os mesmos objetivos na operacionalização e materialização da PSC de forma humanizada e digna aproveitando as potencialidades e habilidades de cada prestador e as necessidades de cada órgão acolhedor.

Portanto, concluímos afirmando a importância e a necessidade de concretização da proposta de fortalecimento da Rede Social para o cumprimento da pena de PSC no município de Presidente Prudente, a fim de atender o problema apresentado no decorrer da pesquisa, no que tange ao aumento da demanda, como também à dificuldade de efetivação desse atendimento devido ao número reduzido de vagas e a resistência e insegurança apresentadas pelas instituições de acolhimento. Nesta proposta também engajamos o Assistente Social como ator principal na articulação da mesma, com base em seu Código de Ética e em seu Projeto Profissional Ético-Político de acordo com os Princípios que norteiam a sua

atuação profissional na busca pela efetivação de valores como a liberdade, autonomia, emancipação, equidade social, democracia, pluralismo, dentre outros, buscando assim, junto a Rede Social, romper com visões moralistas, embutidas de valores conservadores e preconceituosos diante de indivíduos que transgrediram a lei.

Assim, com base na relevância e na importância do Assistente Social atuar de forma a atender as necessidades e demandas presentes no seu campo de atuação, cabe evidenciar a realização desta pesquisa, na medida em que o profissional de Serviço Social responsável pela Central de Penas e Medidas Alternativas de Presidente Prudente, Débora Ribeiro de Lima, também ao identificar e vivenciar a necessidade de um trabalho de acompanhamento da PSC, com vistas à realidade identificada no campo de atuação, e que aqui foram apresentadas, elaborou no mês de julho três projetos de extensão universitária, com o objetivo de acompanhar os prestadores e a Rede Social durante o cumprimento da pena de PSC, os quais estão previstos para serem iniciados no mês de outubro do presente ano.

BIBLIOGRAFIA

AGUERRA, Camila Silva; LEIRIÃO, Flávia Cortez; CAVALLI, Michelle.
Aproximações e Distanciamentos entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e o Sistema Único da Assistência Social: Uma Reflexão a Partir dos Centros de Referência da Assistência Social da Alta Sorocabana. 2008. 107 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente, 2008.

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Execução Penal.** São Paulo: Saraiva, 2009. (Coleção Pockets Jurídicos/ Coordenadores Fernando Capez e Rodrigo Colnago).

BACARIN, Juliane Nanuzzi Bedin; GONZAGA, Maria Teresa Claro; SANTOS, Helena Maria Ramos dos. (organizadoras). **A Cidadania por um fio:** a luta pela inclusão dos apenados na sociedade. Maringá: Dental Press Editora, 2002.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Novas Penas Alternativas:** Análise político-criminal das alterações da Lei n. 9.714/98. São Paulo: Saraiva, 1999.

BORBA, Sulamy Patricia. **As Penas Alternativas.** Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:yoYaWM0M12YJ:www.tjpe.gov.br/vepa_arq/artigos/OK%2520Projeto%2520Sulamy.doc+autor+Borba+as+alternativas+penas+para+o+Estado&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 17 mar. 2010.

BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social.** In: Legislação Brasileira para o Serviço Social. 2 ed. , rev. ampl. e atual. Até dezembro de 2005. São Paulo, 2006. p. 38-49.

BRASIL. Lei Nº 2.848. **Código Penal de 1940.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm>>. Acesso em: 17mar. 2010.

BRASIL. Lei Nº 7.209. **Código Penal de 1984.** Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1984/7209.htm>>. Acesso em: 21mar. 2010.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília. DF: Senado, 1998. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 21 mar. 2010.

BRASIL. Lei Nº 9.714. **Lei das Penas Alternativas**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L9714.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2010.

BRASIL. Lei Nº 7.210. **Lei de Execução Penal**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2010.

BRASIL. Lei Nº 9.099. **Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais**. Disponível em: <<http://www.jfes.gov.br/documentos/lei9099.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2010.

BRASIL. Lei Nº 11.343. **Institui Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas** de 23 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em: 02 abr. 2010.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (1993)**. LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social: legislação suplementar/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; revisão do texto, Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Secretária Nacional de Assistência Social – SNAS ... [et al.]. – 5 ed. – Brasília: MDS, 2004. 60p.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: 2004.

BRIGUENTI, Edileine Costa; CARLOS, Maria Carolina Carvalho de; MARTOS, Priscila Alves. **Cárcere Feminino Brasileiro: Uma Realidade Aviltada às Especificidades da Mulher à Luz do Serviço Social**. 2009. 92 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente, 2009.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede a Era da Informação: economia, sociedade e cultura**; v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Mary Garcia; ABROMOVAY, Miriam. Disponível em: <http://www.cavanis.org.br/dow/geral/historico_social.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2010.

COLMÁN, Silvia Alapanian. **Contribuição do Serviço Social para a aplicação das Penas Alternativas**. SSrevista. Londrina, v. 4, n. 1, jul/dez. 2001. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v4n1_penas.htm>. Acesso em: 20 mar. 2010.

I CONGRESSO Brasileiro de Execução de Penas e Medidas Alternativas (CONEPA). Curitiba – PR, de 30 de março a 1º de abril de 2005. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sal/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7B46886EFB-1FA8-4794-BE10-C807551507D2%7D&ServiceInstUID=%7B4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD%7D>>. Acesso em: 21 out. 2009.

CONSELHO Federal de Serviço Social. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Universidade de Brasília Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância. **Capacitação em Serviço Social e Política Social:** módulo 4 : o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: Ed. da UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2001. ISBN 85-86290-25-4.

DIAS, Claudia Venério Garcia. **Redes e Desenvolvimento** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por tassy_maressa@hotmail.com em 03 de julho de 2010.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: MARY, Del Priore (org.). **História das Mulheres.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DIP, Andrea. **Uma Nova Chance.** Folha Universal online. Edição nº 915. Disponível em<:<http://folha.arcauniversal.com.br/integra.jsp?codcanal=9985&cod=146684&edio=915>>. Acesso em: 03 abr. 2010.

ESTADO Ouve Cumpridores de Penas de Medidas Alternativas. 3 de Abril de 2009. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br>>. Acesso: em 22 fev. 2010.

FERNANDES, Karina Ribeiro. **Constituição de Redes Organizacionais como Nova Forma de Gestão das Organizações do Terceiro Setor.** Disponível em: <http://www.inca.gov.br/rede/documentos/const_redes_org_terceiro_setor.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2010.

FRANCO, Augusto. **Uma Introdução às Redes Sociais.** 2 de dezembro de 2008. Disponível em: <<http://escoladeredes.ning.com/profiles/blogs/uma-introducao-as-redes>>. Acesso em: 21 out. 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HARO, Aline. et al. **O Planejamento Estratégico no Âmbito do Programa Renda Cidadã no Município de Álvares Machado.** 2010. Disponível em:

<<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2287/1880>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: **trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortes, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Cena Contemporânea**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, ABEPSS, 2009.

JESUS, Damásio E. de. **Penas Alternativas**: anotações à lei n. 9.714, de 25 de novembro de 1998. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

KERN, Francisco Arseli. **As mediações em redes como estratégia metodológica do Serviço Social**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção primeiros passos; 23).

MAGALDI, Sergio B; MARTINUCI, Oséias da Silva. (Orgs.). **Territórios de Atuação dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS**. CEMESPP – Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas. Secretaria de Assistência Social – SAS/Departamento de Proteção Social Básica e Equipe Bolsa Família. Presidente Prudente: UNESP, 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Jorge Henrique Schaefer. **Penas Alternativas**. 2ª edição ampliada e atualizada. Curitiba: Juruá, 2001.

MERIGO, Janice. **Aplicação e Cumprimento da Pena Alternativa de Prestação de Serviço à Comunidade**: Um Desafio Interdisciplinar. Santa Maria – RS. Disponível em: <<http://www.sites.unifra.br/Portals/35/Artigos/2003/39/aplicacao.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2010.

MISCIASCI, Elizabeth. **Mulheres no Crime**. Aumentam os Índices. (2009). Disponível em:

<http://www.eunanet.net/beth/news/topicos/mulheres_no_crime_elizabeth_misciasci.htm>. Acesso em: 23 ago. 2010.

MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MORAES, Bismael B. **Fatores de crime, estatística e espaço prisional**. São Paulo: Nova Época, s.d.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea**. In: Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais – Módulo 01: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social - Brasília: CEAD, 1999. p. 91- 110.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A Reestruturação Produtiva e seus Impactos sobre o Trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996. p.163-175. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/reestrutimpacto.html>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio)**. Disponível em: <<http://www.lgdh.org/Regras%20Minimas%20das%20Nacoes%20Unidas%20Regras%20de%20Toquio.htm>>. Acesso: em 20 mar. 2010.

PAULA, Érica Maria Sturion de. **Penas alternativas**: disciplina o que é a pena alternativa, sua aplicação e execução, trazendo a lume as considerações dos doutrinadores quanto à sua eficácia no sistema punitivo. (2007) Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3893/Penas-alternativas>>. Acesso em: 12 mai. 2010.

PEREIRA, Jania da Silva Medeiros; TADIOTO, Isaura Paris Cabanillas. **O Desafio do Assistente Social na Implementação de Políticas de (Re) Inserção Social**. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1353/1292>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e instrumentalidade no trabalho do Assistente Social**. **Mediação**: categoria fundamental para o trabalho do Assistente

Social. In: Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais – Módulo 04. Brasília: Ed. da UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000. p. 37 - 50.

SÃO PAULO (Estado). SAP - Secretária de Administração Penitenciária/ DRSP- Departamento de Reintegração Social. **Manual de Orientação do Prestador de Serviço**. São Paulo. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/download_files/pdf_files/drsp/penas_alternativas/manual_pres_serv.pdf>. Acesso: em 20 jan. 2010.

SÃO PAULO (Estado). SAP - Secretária de Administração Penitenciária/ DRSP- Departamento de Reintegração Social. **Manual de Penas e Medidas Alternativas**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Vulnerabilidade Social**. Disponível em: <www.seade.gov.br/produtos/ipvs/pdf/oipvs.pdf>. Acesso: em 15 ago. 2010.

SEGURANÇA com Cidadania nas Penas e Medidas Alternativas. **Princípios e Diretrizes para a Construção do Sistema Nacional de Penas e Medidas Alternativas**. Documento-base para o V CONEPA. Ministério da Justiça. Brasília, maio de 2009. < Disponível em: <http://www.mj.gov.br>>. Acesso: em 16 dez. 2009.

SILVA, Dantom G.P. **Análise dos Aspectos mais Significativos dos Programas Centrais de Penas Alternativas dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco**. (2007). Disponível em: <http://www2.mp.pr.gov.br/cpdignid/telas/cep_b24_i3.html>. Acesso em: 05 mai. 2010.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2009.

TADIOTO, Isaura Paris Cabanillas. **O Trabalho das Assistentes Sociais nas Centrais de Penas e Medidas Alternativas do Estado de São Paulo**. 2010. 144 f. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, 2010.

TORO, José Bernardo. **Mobilização Social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WIKIPÉDIA A Enciclopédia Livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Presidente_Prudente>. Acesso: em 09 mar. 2010.

ANEXO A – Ficha de Encaminhamento

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

FICHA DE ENCAMINHAMENTO/REENCAMINHAMENTO – EQUIPE DE APOIO TÉCNICO

() Encaminhamento

() Reencaminhamento

Entidade Parceira: _____

Endereço: _____

Região: _____ Responsável: _____ Tel: _____

Nome do Beneficiário: _____

R.G.: _____ Cadastro: _____

Endereço Residência: _____

_____ Telefone: _____

Dias da semana disponíveis para a PSC: _____

Horários disponíveis para PSC: _____

Tempo: _____ = _____ horas, sendo _____ hs/ semanais

Atividades possíveis: _____

Esta vaga foi negociada por telefone? () Sim () Não

(colocar somente se a atividade e/ou o dia não existiam anteriormente no programa de vagas)

Observações: _____

Data: ____/____/____ _____

Estagiário

Técnico Responsável

CONCLUSÃO DA ENTIDADE PARCEIRA:

Aceita receber o beneficiário acima citado? () Sim () Não (caso não concorde, somente date e assine o documento).

Em entrevista com o beneficiário, houve alteração do dia, atividade ou o horário para a realização da PSC? () Sim () Não

Em caso afirmativo, preencha os dados abaixo informando as alterações:

Atividades a serem desenvolvidas pelo beneficiário: _____

Dias da semana que cumprirá a PSC: _____

Observações: _____

Data em que iniciará na Entidade: ____/____/____

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável

Carimbo da Entidade

**SOMENTE ACEITAR PRESTADORES MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE
DOCUMENTO COM FOTO**

Obs.: Favor informar os dados acima e devolver uma via para ser entregue pelo beneficiário à Central de Penas e Medidas Alternativas no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

ANEXO B – Relatório Mensal

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

RELATÓRIO MENSAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____ **CADASTRO** _____

Atividade na Entidade: _____

Início: ____/____/____ Previsão de Término: ____/____/____ Apresentação: ____/____/____

Entidade Parceira: _____

PSC Dias: _____ Horários: _____

Total de Horas da PSC: _____

MÊS/ANO: _____

2. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Dia	Entrada	Saída Almoço	Assinatura Prestador	Rubrica Responsável	Retorno Almoço	Saída	Assinatura Prestador	Assinatura Responsável

OBSERVAÇÕES SOBRE A FREQUÊNCIA: _____

Remessa: ____/____/____ _____

Data

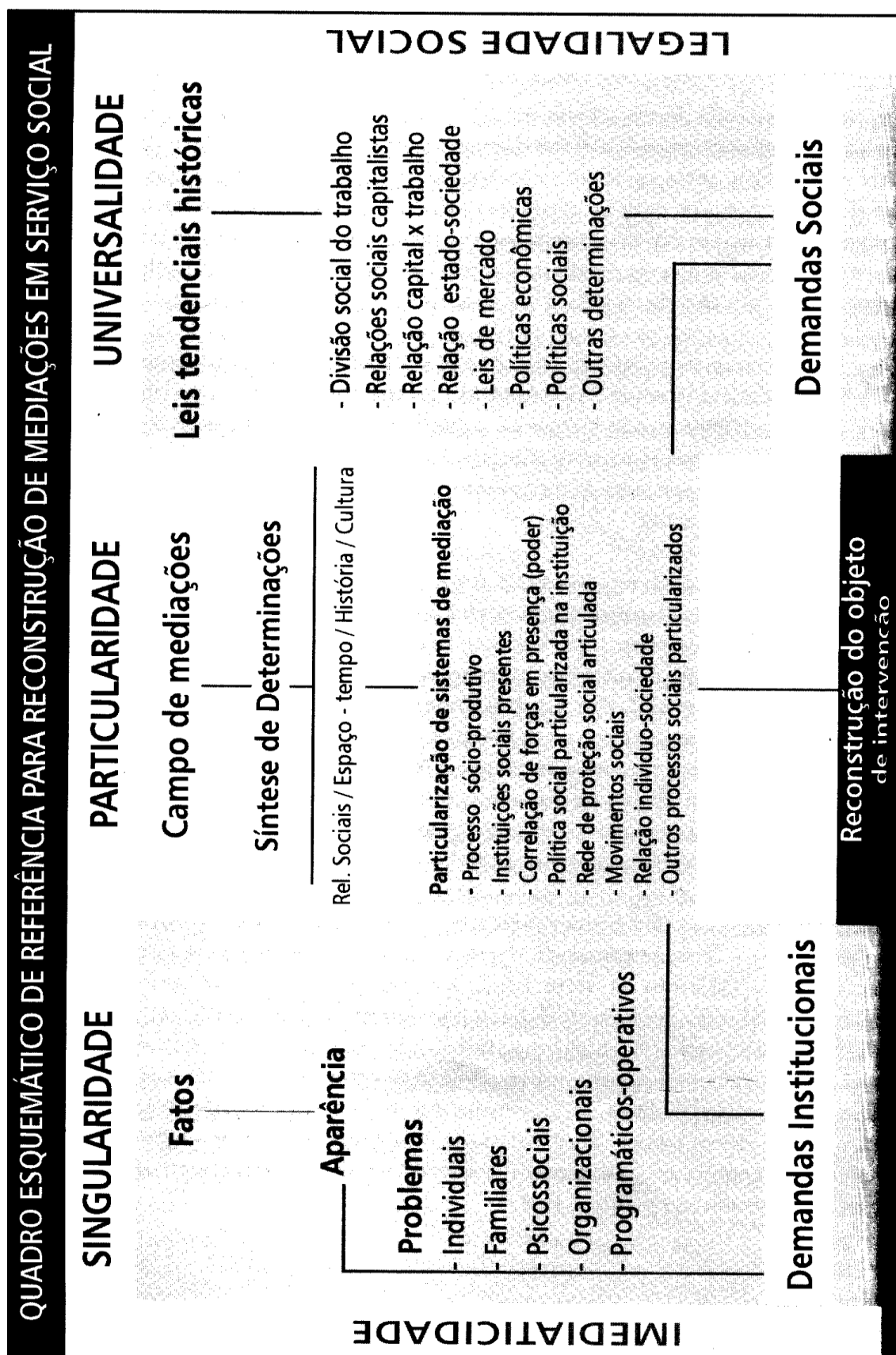
Assinatura e carimbo do Responsável da Entidade

Recibo: ____/____/____

Data

Assinatura do Técnico Responsável

ANEXO C – Quadro-Síntese



Fonte: Capacitação em Serviço Social e Política Sociais – Módulo 04.

ANEXO D – Instrumental Técnico: Entrevista

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

ENTREVISTA PSICOSSOCIAL

Data: ____/____/____

Cadastro Nº: _____

1- IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: _____

Sexo: () Masculino () Feminino Nacionalidade: _____

RG: () Não () Sim Nº _____

CPF: () Não () Sim Nº _____

Estado Civil:

Solteiro () Casado () Viúvo () Separado () Divorciado () União Estável ()

Raça/cor que melhor descreve você:

Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena ()

Endereço residencial: _____

Bairro: _____ Cidade/Estado: _____

CEP: _____ - _____ Telefone: _____

Região da cidade: Norte () Sul () Leste () Oeste () Grande São Paulo () Outros ()**Pessoa de Referência/contato:**

Nome: _____

Telefone: _____ Parentesco: _____

Filiação: Pai: _____

Mãe: _____

Família ciente da PSC: () Sim () Não

2- DADOS DE ESCOLARIDADE E PROFISSIONAIS**PROFISSIONAL**

Trabalha atualmente? () Sim () Não Profissão/Ofício: _____

Vínculo Empregatício:

Desempregado () Autônomo () Aposentado () Servidor Público ()
 Empresa Privada () Emprego formal () Emprego Informal ()

Endereço do trabalho: _____

Telefone: _____ Horário de Trabalho: _____

Empregador ciente da PSC: () Sim () Não

Renda:

() sem renda () abaixo de 1 salário mínimo () 1 salário mínimo
 () acima de 1 até 2 S.M. () acima de 2 até 3 S.M. () acima de 3 até 5 S.M.
 () acima de 5 até 10 S.M. () acima de 10 S.M.

3- ESCOLARIDADE

Analfabeto () Alfabetizado ()
 Ensino Fundamental () Completo () Incompleto
 Ensino Médio () Completo () Incompleto
 Ensino Superior () Completo () Incompleto () Pós-Graduação

Atualmente estuda e/ou faz curso de profissionalização?

() Sim. Qual? _____
 () Não. Por quê? _____

4- DADOS DO PROCESSO

N.º do Processo/Execução: _____

Vara/ Juizado Especial Criminal de Origem: _____

Artigo/ Delito(s): _____ Lei nº _____ Data do delito ____/____/____

Condição: () Pena () Medida () SURSIS **Tempo de Pena** _____ horas _____ mês

Cumprimento de Pena Anterior

Regime Fechado () Semi-Aberto () Aberto () PSC () Outra Pena Alternativa ()

Sem cumprimento anterior () LA ()

5 – USO DROGAS ILICITAS

Não Usuário() Experimentador() Ocasional() Habitual() Dependente()

Em caso de uso:

Droga de escolha: _____ Quando iniciou: _____

Desejo de parar: () Sim () Não

Procurou ajuda: () Sim () Não

6 - DADOS FAMILIARES E SOCIAIS

Mora atualmente com: _____

Tem filhos () Sim () Não - Número de filhos: _____

Tem filhos em idade escolar, fora da escola () Sim () Não – se sim quantos? ____
 É o único provedor da família () Sim () Não

Relacionamento Familiar: _____

7 - SAÚDE

Apresenta problemas de saúde? () Sim () Não

Quais? _____

É portador de doença infecto/contagiosa/ tratamento () Sim () Não
 () Tuberculose () Hepatite () Hanseníase () Diabetes () Hipertensão
 () Insuficiência renal crônica () colostomia () outras _____

É portador de necessidades especiais () Sim () Não
 () Motora () Visuais () auditivas () mentais
 Faz uso de bebidas alcoólicas () Sim () Não
 Faz use de medicamentos controlado () Sim () Não
 Faz tratamento psicológico / psiquiátrico () Sim () Não

8 – OBSERVAÇÕES RELEVANTES

Estado emocional / comportamental manifesto durante a entrevista:

Encaminhamento para avaliações complementares externas: () Sim () Não

Outros encaminhamentos necessários: _____

9 – DISPONIBILIDADE PARA A PSC

Dias disponíveis: () 2ª feira () 3ª feira () 4ª feira () 5ª feira () 6ª feira
 () sábado () domingo

Horário disponível: _____

Atividades indicadas: _____

Entrevistador: _____

10 – MUDANÇA ENDEREÇO

Data: _____

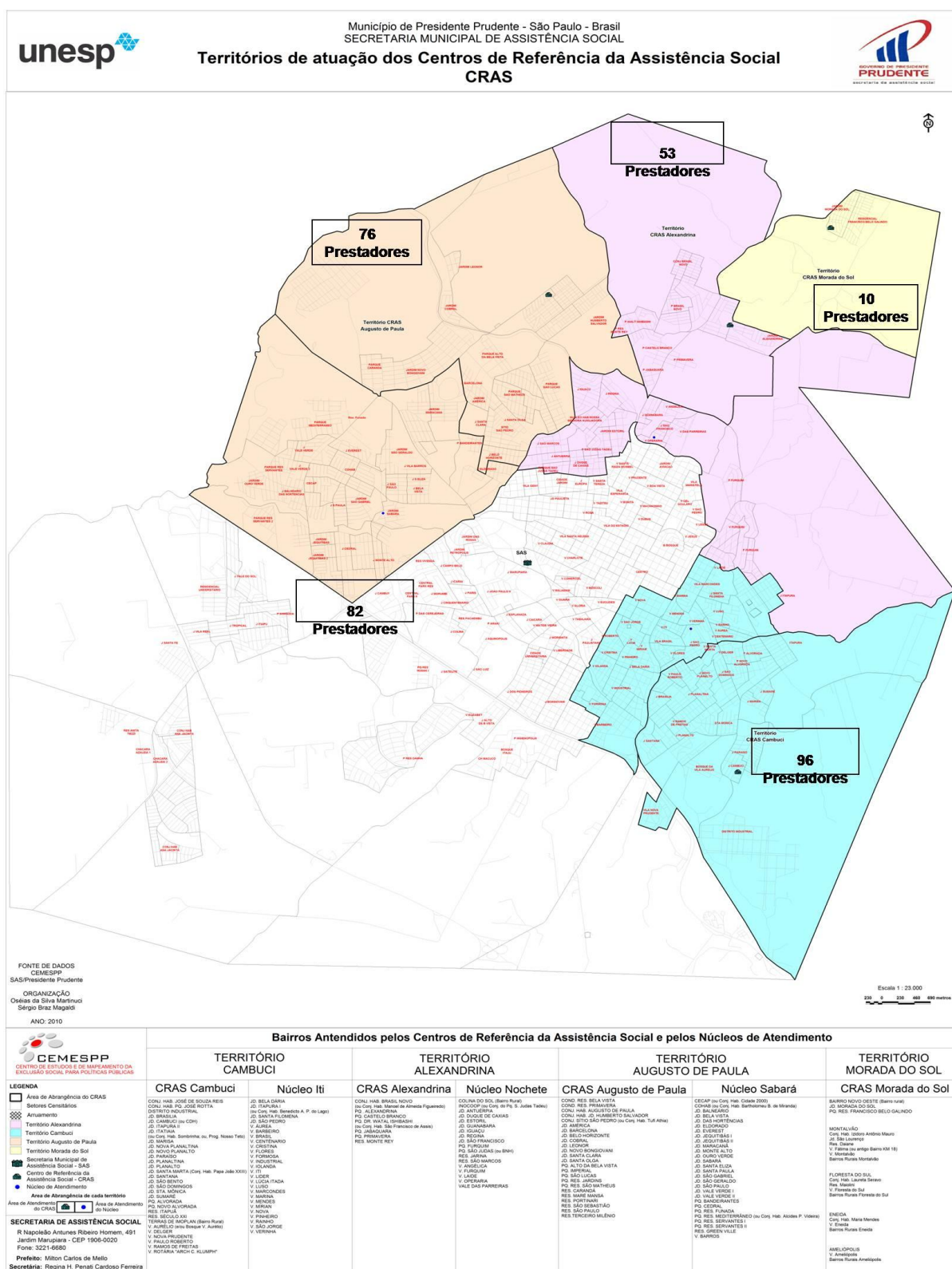
Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Telefone: _____

EVOLUÇÃO DO CASO

ANEXO E – Mapa



Fonte: SAS – Secretária Municipal de Assistência Social. Dados numéricos referente a quantidade de prestador acrescentados pelas autoras (2010).

ANEXO F – Instrumental de Avaliação para as Instituições**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**

COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

DEPARTAMENTO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

AVALIAÇÃO DAS ENTIDADES PARCEIRAS

1- Qual o grau de satisfação da entidade com a CPMA?

☐ Excelente ☐ Bom ☐ Regular ☐ Insatisfatório

2- Qual o grau de satisfação do trabalho desenvolvido pelo prestador?

☐ Excelente ☐ Bom ☐ Regular ☐ Insatisfatório

3- O serviço do prestador trouxe alguma contribuição para a entidade?

☐ Não ☐ Sim

Em caso positivo, quais?

4- Os prestadores trouxeram algum problema para a entidade?

☐ Não ☐ Sim

Em caso positivo, quais?

5- Como V.Sra enquadraria o relacionamento do prestador com:

5.1- O responsável pela entidade?

☐ Excelente ☐ Bom ☐ Regular ☐ Insatisfatório

5.2- Os demais funcionários da entidade?

☐ Excelente ☐ Bom ☐ Regular ☐ Insatisfatório

5.3- Os usuários da entidade?

☐ Excelente ☐ Bom ☐ Regular ☐ Insatisfatório

6- Comparando o desempenho do prestador ao dos funcionários da entidade, como V.Sra. considera:

6.1 -A qualidade dos serviços realizados?

☐ Igual ☐ Pior ☐ Melhor

6.2- O compromisso e zelo?

☐ Igual ☐ Pior ☐ Melhor

6.3- A pontualidade e assiduidade?

☐ Igual ☐ Pior ☐ Melhor

7- Qual é a sua maior dificuldade na relação com o prestador?

8- Sua entidade tem alguma restrição com relação aos delitos cometidos pelos prestadores? Quais? Porque?

9- Que sugestões V. Sra. daria para o melhor andamento da PSC e atendimento pela Central?

10- Na sua opinião as oportunidades oferecidas aos prestadores de serviço como meio de mudança é válida?

() Sim () Não

Justifique:

11- Na sua opinião, qual o melhor meio para o prestador cumprir sua obrigação com a justiça?

12- A acolhida do prestador é feita por quem?

13- E quem acompanha o trabalho do prestador?

14 – Quais as atividades desenvolvidas pelos prestadores? E qual o dia da semana?

Atividade	Dia da Semana

15 – Quais atividades são necessárias para a sua instituição?

16- Esta avaliação foi realizada por:

Nome:

Função:

ANEXO G – Avaliação Final para o Prestador

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

AVALIAÇÃO FINAL DO CUMPRIMENTO DA PENA/MEDIDA ALTERNATIVA – BENEFICIÁRIO SOBRE A PSC E A LFS

NOME: _____ CADASTRO : _____
ENTIDADE(S) RECEBEDORA(S): _____

1. O que você achou:
 - 1.1 da Equipe Técnica (Assistentes Sociais e Psicólogos)?
() Ótima () Boa () Regular () Péssima
 - 1.2 da Defensoria Pública, caso tenha sido assistido por esta?
() Ótima () Boa () Regular () Péssima
 - 1.3 do atendimento prestado pela Central?
() Ótimo () Bom () Regular () Péssimo
 - 1.4 da Entidade Recebedora?
() Ótima () Boa () Regular () Péssima
 - 1.5 das atividades realizadas por você?
() Ótimas () Boas () Regulares () Péssimas
 - 1.6 da PSC/LFS como oportunidade de ampliar seu círculo de amizades?
() Ótima () Boa () Regular () Péssima

2. A PSC/LFS trouxe benefício(s) para você?

() Não () Sim

Em caso positivo, qual(is)?

3. Na PSC/LFS houve algum fato que lhe deu satisfação?

() Não () Sim

Em caso positivo, qual(is)?

4. Na PSC/LFS houve algum fato que lhe trouxe constrangimento?

() Não () Sim

Em caso positivo, qual(is)?

5. Houve algum outro problema no cumprimento da PSC/LFS?

() Não () Sim

Em caso positivo, qual(is)?

6. Durante a PSC/LFS houve alguma mudança na sua vida?

() Não () Sim

Em caso positivo, cite-a.

7. Você aprendeu novos ofícios (trabalhos)?

() Não () Sim

8. De que forma foi tratado durante a PSC/LFS:

8.1 Por seu responsável na entidade? _____

8.2 Pelos funcionários da entidade? _____

8.3 Por seus familiares? _____

8.4 Por seus colegas e amigos? _____

9. Você realizou as atividades para as quais foi encaminhado?

() Não () Sim

Em caso negativo, por quê?

10. Quais seus planos para o futuro?

11. Você tirou algum aprendizado desta experiência?

() Não () Sim

Em caso positivo, cite-o.

12. Que sugestões você daria para o melhor andamento da PSC/LFS?

_____, ____/____/____.

_____(assinatura opcional)